

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CULTURA E SOCIEDADE
MESTRADO ACADÊMICO

VIVIANE DE JESUS FARIAS RIBEIRO PINHEIRO

**A GEOGRAFICIDADE EM JOSUÉ MONTELLO: o romance *Janelas Fechadas* à luz
da Geografia Humanista Cultural**

São Luís

2019



VIVIANE DE JESUS FARIAS RIBEIRO PINHEIRO

A GEOGRAFICIDADE EM JOSUÉ MONTELLO: o romance *Janelas Fechadas* à luz da Geografia Humanista Cultural

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para a obtenção de título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Cordeiro Feitosa

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Márcia Manir Miguel Feitosa

São Luís

2019

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

PINHEIRO, VIVIANE DE JESUS FARIAS RIBEIRO.

GEOGRAFICIDADE EM JOSUÉ MONTELLO : o romance Janelas
Fechadas à luz da Geografia Humanista Cultural / VIVIANE
DE JESUS FARIAS RIBEIRO PINHEIRO. - 2019.

104 p.

Coorientador(a): MÁRCIA MANIR MIGUEL FEITOSA.

Orientador(a): ANTONIO CORDEIRO FEITOSA.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em
Cultura e Sociedade/cch, Universidade Federal do Maranhão,
UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2019.

1. Geografia. 2. Janelas Fechadas. 3. Literatura. 4.
Lugar. 5. Paisagem. I. FEITOSA, ANTONIO CORDEIRO. II.
FEITOSA, MÁRCIA MANIR MIGUEL. III. Título.

VIVIANE DE JESUS FARIAS RIBEIRO PINHEIRO

A GEOGRAFICIDADE EM JOSUÉ MONTELLO: o romance *Janelas fechadas* à luz da Geografia Humanista Cultural

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para a obtenção de título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Cordeiro Feitosa
Co-orientadora: Prof.^a Dr.^a Márcia Manir Miguel Feitosa

Aprovada em: ____/____/____

Banca Examinadora

Prof. Dr. Antonio Cordeiro Feitosa
Universidade Federal do Maranhão

Prof.^a Dr.^a Márcia Manir Miguel Feitosa
Universidade Federal do Maranhão

Prof.^a Dr.^a Silvana Maria Pantoja dos Santos
Membro externo ao PGCult-UEMA

Prof. Dr. José Ribamar Ferreira Júnior
Membro interno do PGCult

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ser tudo em minha vida e a Nossa Senhora, pelo abrigo e proteção.

Ao meu querido esposo Clodomir Junior, pelo apoio necessário e amoroso durante toda jornada do mestrado e pelas palavras que restabeleceram minhas forças, tantas vezes.

Aos meus pais Vitório e Nilce pela missão paterna tão amorosamente desempenhada e pelos esforços e palavras de incentivo aos estudos.

Aos meus irmãos Carlane e Artur Guilherme, amigos de todo uma vida.

Aos meus sobrinhos que desaguam amor e paz em minha vida, agradeço por compreenderem meu afastamento.

A Célia Maria, uma mãe que a vida me presenteou, por ter cuidado do meu lar durante esses dois anos.

Aos meus docentes da UFMA, que ao longo das disciplinas, somaram conhecimento e subtraíram lacunas da ignorância, destaque para o Prof. Dr Antonio Cordeiro Feitosa e Prof.^a Dr. ^a Márcia Manir Miguel Feitosa pela forma tranquila, compreensiva e paciente com que orientaram este trabalho, sem esses elementos ele não se concretizaria.

Aos meus colegas do mestrado da turma 2018, que nos momentos de plenitude ou dificuldades, estavam sempre ali estendendo as mãos, em particular: Suellen, Aremys , Andress Palência, Dorilene, Danielle Ferreira, Vanderley e Ariane.

Ao IFMA, especialmente à Pró Reitoria de Ensino que, acreditando na importância da qualificação dos profissionais, possibilitou meu afastamento para os estudos.

Ao Grupo de Estudos Literatura e Paisagem- GEPLIT, pelo aprendizado, abrigo e pelas amizades construídas. Uma lugaridade encontrada nesse percurso acadêmico.

Por fim, a todos aqueles que contribuíram, direta ou indiretamente para a realização desta dissertação, o meu sincero agradecimento.

E por mais que tenha sido difícil, trabalhoso e desgastante esse percurso, não importa. Valeu ter construído e admirado a beleza do percurso.... e sigo acreditando que

Apesar das ruínas e da morte,
Onde sempre acabou cada ilusão,
A força dos meus sonhos é tão forte,
Que de tudo renasce a exaltação
E nunca as minhas mãos ficam vazias.

Sophia de Mello Breyner Andresen

RESUMO

O percurso da Geografia registra diferentes abordagens de sua prática, contemplando desde a descrição até análise das relações do homem com a natureza, sempre com características e limites bem delineados pela singularidade dos fenômenos espaciais. A partir de meados do século XX, inicia-se certa abertura para o diálogo com outras ciências, mediante a renovação do pensamento geográfico com a incorporação da Geografia Cultural, cujo desdobramento resultou na formulação e na valorização da abordagem humanista pautada na observação das experiências humanas no espaço, para entender sua construção do mundo pelos meandros da percepção, estudos que robustecem a concepção de paisagem e de lugar na contemporaneidade vêm assumindo papel significativo nas discussões geográficas por meio dos estudos das experiências com o espaço e sua intersubjetividade. No presente trabalho, reforça-se tal delineamento ao analisar a paisagem e o lugar no romance *Janelas Fechadas*, de 1982, do autor Josué Montello, que tem como palco a condição humana e retrata a expressão da população de São Luís, na primeira metade do século XX. A obra trata de relações que revelam o drama humano da sociedade de São Luís, em especial a posição social da mulher no primeiro quartel do século XX, traduzida pela exclusão experimentada pela jovem Maria de Lourdes, a Benzinho, que, após assumir a gravidez na condição civil de solteira, passa a viver restrições sociais com a privação do seu convívio escolar, tendo que residir em um bairro afastado. A pesquisa tem como foco de estudo a paisagem percebida pelo narrador e os significados de lugar por meio das experiências vividas pelos personagens na trama, em especial a protagonista Benzinho, a partir da relação que tem com os lugares narrados no romance. Dentre os ensejos que justificam a realização da pesquisa estão o reconhecimento da dimensão espacial na Literatura e a possibilidade de analisar a paisagem e o significados do lugar por experiências materializadas vividas no espaço. A investigação centra em uma abordagem qualitativa, cujo cerne se encontra na subjetividade do objeto analisado. O arcabouço teórico perpassa pela abordagem interdisciplinar entre a compreensão de paisagem e lugar à luz da Geografia Humanista Cultural e a Literatura.

Palavras-chave: Geografia. Literatura. Paisagem. Lugar. *Janelas Fechadas*.

RESUMEN

A lo largo de su historia la geografía registra diferentes abordajes de su práctica, contemplando desde la descripción hasta el análisis de las relaciones del hombre con la naturaleza, siempre con características y límites bien delineados por la singularidad de los fenómenos espaciales. A partir de mediados del siglo XX, se inicia una cierta apertura para el diálogo con otras ciencias mediante la renovación del pensamiento geográfico con la incorporación de la Geografía Cultural, cuyo desarrollo resultó en la formulación y en la valorización del abordaje humanista basada en la observación de las experiencias humanas con el espacio, para entender su construcción del mundo por los meandros de la percepción, estudios que robustecen la concepción de paisaje y de lugar en la contemporaneidad y que vienen asumiendo un papel significativo en las discusiones geográficas por medio de los estudios de las experiencias con el espacio y su intersubjetividad. En el presente trabajo, se refuerza ese delineamiento al analizar el paisaje y el lugar en la novela *Janelas Fechadas*, de 1982, del autor Josué Montello, que tiene como escenario la condición humana y retrata la expresión de la población de Sao Luis, en la primera mitad del siglo XX. La obra teje un entramado de relaciones que revela el drama humano de la sociedad de Sao Luis, en especial la posición social de la mujer en el primer cuarto del siglo XX, representada por la exclusión experimentada por la joven María de Lourdes, quien después de asumir su embarazo en la condición civil de soltera, pasa a vivir restricciones sociales con la privación de la convivencia escolar, teniendo que residir en un barrio distante. La investigación tiene como foco de estudio el paisaje percibido por el narrador en la novela. Dentro de los objetivos que justifican la realización de esta investigación están el reconocimiento de la dimensión espacial en la literatura y la posibilidad de analizar el paisaje y los significados del lugar por experiencias materializadas vividas en el espacio. La investigación se centra en un abordaje cualitativo, cuya raíz se encuentra en la subjetividad del objeto analizado. El marco teórico comprende un abordaje interdisciplinar entre la comprensión de paisaje y lugar a la luz de la geografía humanista cultural y la literatura.

Palabras clave: Geografía. Literatura. Paisaje. Lugar. *Janelas Fechadas*.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 A GEOGRAFIA HUMANISTA CULTURAL.....	17
2.1 O horizonte humanista.....	24
3 PAISAGEM E LUGAR À LUZ DA GEOGRAFIA HUMANISTA CULTURAL.....	35
3.1 A Paisagem Humanista	35
3.2 O significado do Lugar.....	38
3.3 O diálogo com a Literatura.....	46
4. O ROMANCE JANELAS FECHADAS.....	52
4.1 A Paisagem percebida no romance	53
4.2. As manifestações populares percebidas e vividas na narrativa.....	59
4.3. O desfile do corso, o carnaval de rua e o baile do Maneco Azevedo	61
4.4 Reflexões sobre as condições humanas	65
4.5. O sentimento de exílio	71
5. ANÁLISE DA GEOGRAFICIDADE NA OBRA.....	77
5.1 Lugares e seus significados em meio ao processo de deslocamento e conversão.....	77
5.2 O Lugar íntimo e de memória representado pelo Colégio Santa Teresa	85
5.3 As Janelas e as nuances da Paisagem.....	89
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	94
REFERÊNCIAS.....	98

O conhecimento geográfico que privilegiamos está fundado no cotidiano das pessoas em suas mais diversas atividades. Entre as atividades, a Literatura, por intermédio da imaginação está comprometida com as mais variadas relações que o homem estabelece com a terra.

(CAVALCATE, 2019, p. 146)

Sempre há um lugar para se chegar ou se partir. E sempre há necessidade de saber o sentido que se atribui a esse lugar.

(Oliveira, 2014, p.3)

São Luís pulsa e derrama nas essências dos meus romances.

(MONTELLO, 1998, p.19).

1 INTRODUÇÃO

Estudos que versam sobre a convergência da Geografia com a Literatura, a partir da análise espacial das obras literárias, têm sido objeto de interesse de pesquisadores dessas duas áreas do conhecimento à medida que é formatada uma investigação interdisciplinar, fundada no estudo das percepções, experiências e concepções de mundo vivido dos sujeitos-personagens.

A Geografia encetou a abertura para o diálogo com outros campos do saber em meados da década de 1970, por meio do pensamento humanista cultural, o que promoveu a renovação do pensamento geográfico. Essa senda humanista representou um dos mais significativos esforços de busca por alternativas epistemológicas para a análise das categorias espaciais, para tanto considerando a percepção. Na perspectiva do geógrafo sino-americano Yi-Fu Tuan (1982), que deu valiosas contribuições para a ciência geográfica, a Geografia Humanista busca, na observação da relação entre a natureza e o homem, contribuições para a percepção do espaço, para a observação dos sentimentos relativos a essa relação e, conseqüentemente, para o entendimento das condições humanas.

Apoiada pela fenomenologia como aporte filosófico para a análise do espaço, a corrente humanista se ocupa da relação homem/meio, da paisagem e dos valores atribuídos ao lugar. Essa senda geográfica se opõe à postura positivista e é perpassada por uma visão holística, que enseja possibilidades interdisciplinares com áreas nas quais despontam a relação íntima entre o homem e o espaço. Nessa acepção, são focados os elementos: percepção, sentidos e atitudes humanas, que figuram no estudo das particularidades, posto que “uma pessoa é um organismo biológico, um ser social e um indivíduo único; percepção, atitude e valor refletem os três níveis do ser” (TUAN, 2012, p. 284).

Diante desse cenário, a paisagem, enquanto categoria geográfica intensamente estudada passa a ser interpretada como produto das relações entre a natureza, o indivíduo e suas experiências, ultrapassando os limites estéticos positivistas. Para Oliveira (2017), a paisagem adquire um caráter polissêmico e se desdobra em multissentidos, que incluem a fisionomia, o olhar, e a escrita. Como testemunha da presença humana, é na paisagem que o passado é revelado e, nesse contexto, “muito mais que uma justaposição de detalhes pitorescos, a paisagem é um conjunto, uma convergência, um momento vivido, uma ligação interna, uma ‘impressão’ que une todos os elementos” (DARDEL, 2015, p. 30).

A paisagem, então, é o resultado da produção humana em uma estética de estrutura própria, e contém particulares significados econômicos e culturais; é, ainda, o reflexo do

relacionamento do homem com seu meio, e dos valores e sentimentos atribuídos ao habitar, além do que, revela “os homens que a modelam, que a habitam ou que já a habitaram: dá a conhecer as necessidades e os sonhos do presente, sem deixar de se reportar aos sonhos do passado” (FEITOSA, 2010, p. 164).

Nessa nova conjuntura geográfica, a paisagem inspira interpretações diversas, condicionadas às particularidades humanas. O modo como é percebida está condicionado à reunião de elementos das características humanas, colhidos da experiência e do conhecimento, bem como de fatores socialmente estabelecidos. Portanto, a mesma paisagem fornece um leque de interpretações e de símbolos, necessariamente vinculados à concepção do indivíduo, além de estar intrinsecamente ligada ao conhecimento de mundo vivido, em múltiplos lugares. Nesse entendimento, cada pessoa tem em si suas próprias paisagens.

Os estudos que privilegiam a categoria espacial *lugar* também passaram pelo filtro das concepções humanistas culturais e ganharam conceitos mais abrangentes. Ao se distanciar da vertente materialista, o lugar assume um papel significativo nas discussões entre os estudiosos de diversas áreas do saber, pois a relação entre homem e lugar, por esse prisma, subsidia o desenvolvimento de pesquisas sobre identidade, e memória individual e coletiva, partindo da análise das experiências e dos sentimentos atribuídos ao espaço pelo indivíduo nele localizado. É “pelo lugar que nos identificamos, ou nos lembramos, constituindo, assim, base de nossa experiência no mundo” (MARANDOLA JR., 2014, p. 228).

Assim sendo, com a renovação das categorias espaciais, a Geografia se aproxima das artes, em especial da Literatura, com o objetivo de analisar fenomenologicamente a paisagem, e de investigar o significado do lugar na ficção, a qual é repleta de emoções e de subjetividades das personagens. Assim, é traçada uma *Geograficidade*¹ da obra, de modo a observar as relações entre personagens/narrador e a terra, a cumplicidade entre o homem e o espaço, e o conjunto de relações de troca que se configura na existência humana e no ser.

Diante dessa possibilidade interdisciplinar de identificar as categorias espaciais humanistas na Literatura, é empreendido o presente estudo. A análise da paisagem e do lugar na obra do escritor maranhense Josué Montello foi consideravelmente ampliada quando das discussões levantadas no Grupo de Estudos de Paisagem em Literatura (GEPLIT), da Universidade Federal do Maranhão. No processo de leitura e de análise das obras do autor, foi possível perceber a aproximação entre a Literatura e a Geografia, haja vista a insistência na

¹ Geograficidade, ou seja, o envolvimento entre o homem e a terra, “representada pelo amor ao solo natal ou pela vontade intrépida de correr o mundo” (NABOZNY, 2012, p. 59).

revitalização do espaço de São Luís ao passear pela paisagem da cidade, narrando às relações e as condições humanas que compõem o seu arcabouço, em seus vários contextos históricos com sutileza e naturalidade. Para Cruz (2017, p.21), essa naturalidade é uma importante característica de Montello “que narra e inclui em suas narrativas histórias contadas pelo povo ou retiradas de nossos documentos históricos”. Esse perfil literário, ainda segundo a autora, contribui para que o leitor assimile mais facilmente seus enredos e adquira o prazer para recontá-los “quem partilha do universo maranhense, identifica no romance montelliano a experiência coletiva de nosso povo e de sua história”.

A escolha da obra montelliana *Janelas Fechadas* (1982) resultou do interesse desta pesquisadora pela maneira como são narrados os elementos citadinos da São Luís na primeira metade do século XX que remetem, na ficção, a expansão urbana para o interior da Ilha, instigada pelos investimentos industriais e pela alternativa de mobilidade e povoamento, ampliada pela instalação do bonde. O deslocamento de personagens no itinerário centro/periferia, representados pela Praça da Alegria e a Vila do Anil é narrada na obra de maneira bastante interessante. Essa movimentação foi impulsionada pela necessidade de fugir dos preceitos sociais excludentes de uma São Luís da primeira metade do século XX, que impôs à família migrante viver em lugares distintos física e socialmente do seu lar primeiro. As emoções resultantes do deslocamento e da vivência na Vila do Anil impregnam a trama de elementos simbólicos que consideram a relação entre o sujeito e o espaço, bem como observações e análises acerca da percepção da paisagem.

Partindo do que foi exposto, no presente estudo, é levantado o seguinte problema: será possível analisar as unidades espaciais à luz da Geografia Humanista Cultural no romance *Janelas Fechadas*, de Josué Montello, dando ênfase ao estudo da percepção da paisagem e do lugar. Essa indagação se desdobra nas seguintes perguntas: como se alicerça a abordagem interdisciplinar entre a Literatura e a Geografia Humanista Cultural. Como se configuram a paisagem e o lugar nessa perspectiva, de modo que seja traçado o liame com o contexto literário. E, por fim, de que maneira pode ser conduzida a análise da paisagem e do lugar na obra *Janelas Fechadas*, considerando as temáticas das condições humanas, a percepção do narrador e as experiências vividas pelas personagens.

Na intenção de realizar uma análise da *Geograficidade* na obra *Janelas Fechadas*, este estudo pretende interpretar a paisagem e o lugar na narrativa por meio dos elementos percebidos pelo narrador, e das experiências vividas pelas personagens, em especial da protagonista Maria

de Lourdes, a Benzinho. Essas categorias espaciais serão estudadas com base no arcabouço teórico da Geografia Humanista Cultural.

Como objetivos específicos propõe-se, em primeira instância, refletir sobre essa interdisciplinaridade, trazendo, para este fim, concepções de geógrafos humanistas que abordam as categorias *paisagem* e *lugar* sob o viés fenomenológico. Por fim, também é pretensão desta pesquisa investigar os elementos da paisagem e do lugar na obra de Josué Montello, verificando a recorrência de temas que se voltam para as condições humanas, as experiências.

Assim, este estudo é reforçado por autores como Yi-Fu Tuan (2012, 2014), Edward Relph (1974, 2014) e Eric Dardel (2015), e seus conceitos-chave de lugar e paisagem, entrelaçados com estudos que tratam dos elementos atribuídos aos dramas humanos vividos nos espaços diversos, como perspectiva matrimonial fracassada, exclusão, sentimento de exílio, dando primazia às emoções atinentes a relação entre personagens e aos lugares. Tais fatores contribuem para a análise da obra, uma vez que desvelam elementos constitutivos das identidades dos personagens e de suas relações com a paisagem.

No segundo capítulo, será elaborada, de maneira sucinta, a evolução do pensamento geográfico, e a própria formação humanista cultural da Geografia, mencionando autores e escolas que protagonizaram essa trajetória da ciência, explicitando estudos que corroboram as relações entre a Literatura e a Geografia.

No terceiro capítulo, serão discutidos os conceitos, significados e sentimentos atribuídos a *paisagem* e o *lugar*. Para fundamentar a unidade espacial *paisagem*, o estudo articula as construções intelectuais de geógrafos que abordam a categoria por diversos prismas, com o propósito de estabelecer um paralelo entre eles e de justificar a escolha pela paisagem dardeliana como ponto nodal para a presente pesquisa. Também serão consideradas as diferentes concepções de geógrafos sobre o *lugar*, para que seja elucidada a opção pela visada humanista de Edward Relph e Yi-Fu Tuan. Ao final dessa sessão, serão trabalhadas as construções conceituais humanistas no que toca às emoções e sentidos que a paisagem e lugar proporcionam ao indivíduo nas diversas circunstâncias.

Um breve enfoque na fenomenologia se faz necessário nesta seção, considerando as produções intelectuais de filósofos fenomenólogos como Merleau-Ponty (1999) e Heidegger (2006), que foram referências aos estudos humanistas em geografia. Por fim, será traçado estudo sobre o diálogo entre a Geografia e Literatura considerando as possibilidades teóricas representadas pelos geógrafos humanistas contemporâneos.

O quarto capítulo abordará o escritor Josué Montello, com ênfase no contexto da primeira metade do século XX, realçado pelo projeto literário que resgata e exalta a identidade maranhense, cujos temas estão voltados para as manifestações populares produzidas por uma classe que diverge dos preceitos elitistas conservadores da São Luís do século XX. Para este fim, são pinçadas pesquisas que tratam do referido plano literário, dos agrupamentos populares desvelados na ficção, e dos romances publicados no mesmo período que o livro *Janelas Fechadas*, os quais sinalizam a intenção literária de enaltecer a identidade maranhense. Ainda nesse capítulo, foi necessária a leitura das publicações dedicadas às análises das obras montellianas, em especial daquelas que tratam do espaço nas obras e da construção da identidade. Em segundo plano, ainda no esteio da percepção do narrador, serão apontadas as condições humanas frente à paisagem opressora vivida. Essas situações sociais serão embasadas por teóricos que tematizam o drama humano a partir de um entendimento antropológico e sociológico, que inclui o sentimento incestuoso, as perspectivas de matrimônio, e o sentimento de exílio, exiliência, embalados pela teoria Alex Nouss (2019)

O quinto capítulo abordará a *Geograficidade* no romance, de maneira mais íntima, ao investigar as evidências da relação entre o Homem e a Terra, esboçadas na perspectiva de lugar, e que são fundamentadas por Eric Dardel (2015), Edward Relph (2014) e Yi-Fu Tuan (1965, 2012, 2013) como categorial espacial que traduz as experiências e as individualidades do sujeito, o seu lugar vivido. A análise do lugar, conforme mencionado, está encetada na interpretação das emoções vividas e das memórias evocadas pela personagem Benzinho, que ensejam sentimentos que podem ser topofílicos, de apinhamento e de espaciosidade, produtos dessa relação, na sua vivência enquanto mulher excluída do contexto social da São Luís de outrora. Longe do convívio social do seu bairro, Benzinho vivencia tempos de solidão e de saudade, de remorso e desespero, mas também, de lucidez e esperança, sentimentos antagônicos, experienciados na Vila do Anil, os quais repercutem na sua relação com o lugar e no seu significado.

Portanto, considerando que a intenção desta pesquisa é a de propor caminhos interdisciplinares a partir da leitura do romance de Josué Montello, será procedida uma investigação de natureza básica e de abordagem qualitativa. Nos termos de Bastos (2016), a pesquisa qualitativa objetiva revelar elementos que não são percebidos de maneira visível no cotidiano, muito embora estejam presentes e intervenham na configuração dos fenômenos. Para serem apontados, precisam de um olhar mais cuidadoso do pesquisador.

Quanto aos objetivos propostos, o presente trabalho se alinha à categoria de pesquisa exploratória, visto que se pretende buscar uma maior familiaridade com o tema pesquisado e, conforme Gil (2010, p. 27), nesse enquadramento, “o seu planejamento tende a ser bastante flexível, pois interessa considerar os mais variados aspectos relativos aos fatos ou dos fenômenos estudados”.

Os procedimentos metodológicos desenvolvidos no estudo compreendem três fases. A primeira consiste na revisão da literatura das questões investigadas, o que contribui para uma visão mais aprofundada e ampliada sobre diferentes aspectos da pesquisa. Sobre a pesquisa bibliográfica, Gil (2010, p. 30) observa:

Praticamente toda pesquisa acadêmica requer em algum momento a realização de trabalho que pode ser caracterizado como pesquisa bibliográfica [...] que é elaborada com o propósito de fornecer fundamentação teórica ao trabalho, bem como a identificação do estágio atual do conhecimento referente ao tema.

A pesquisa bibliográfica alicerça um estudo que se pretende consistente e que arrola a Geografia Humanista Cultural, seus antecedentes históricos, principais representantes e as contribuições para renovação dos conceitos espaciais de *paisagem* e de *lugar*. Teorias de análise do espaço na Literatura também serão contempladas nessa etapa de revisão bibliográfica, tendo em vista o necessário aprofundamento das questões teóricas que respaldam a aproximação entre a Geografia e a Literatura. Serão, também, articuladas à pesquisa publicações que tratam dos fenômenos sociais da paisagem ludovicense do século XX, na concepção dos teóricos que discutem as normas e as condutas sociais que constituem o drama humano familiar vivido na obra, pontuando o liame entre os conceitos da sociologia, os conceitos literários, e as categorias humanistas da Geografia.

A releitura do romance *Janelas Fechadas* (1982) atende a necessidade de que sejam identificados os indicadores da percepção da paisagem, nos quais serão apreciados os elementos citadinos, percebidos e referidos pelo narrador, vividos pelos personagens e/ ou evocados por meio das lembranças. São esses aspectos estruturais, sociais e humanos da paisagem, e os modos de vida frente às imposições de conduta da sociedade que são revelados na obra. Nesse ponto, são trazidos à baila os teóricos que tratam desses fenômenos sociais, especialmente da vulnerabilidade da mulher diante dos códigos de postura social que embalam os estudos de identidade da personagem. Essa abordagem está em consonância com o pensamento e com as concepções de Eric Dardel (2015) e Besse (2015).

A análise da *Geograficidade* será empreendida ainda pelo estudo da unidade espacial *lugar*, cujas fontes são as histórias de vida dos personagens e as emoções manifestadas nas

relações entre eles e seus lugares. Para tanto, será feito um recorte especial no que diz respeito aos anseios de Benzinho e de sua família, na experiência de exilância promovida pela migração forçada. Nesse enfoque, serão abalizados os pressupostos humanistas de reunião e de lugaridade, conceituados por Relph, e de apinhamento e de espaciosidade, estudados por Yi Fu Tuan.

O método de análise utilizado nesta pesquisa propõe que a realidade deve ser apreendida por meio da observação dos sentidos, da elucidação de vivências e da percepção. Nos termos de Merleau-Ponty (1999, p. 10):

A percepção não é uma ciência do mundo, não é nem mesmo um ato, uma tomada de posição deliberada; ela é o fundo sobre o qual todos os atos se destacam e ela é pressuposta por eles. O mundo não é um objeto do qual possuo comigo a lei de constituição; ele é o meio natural e o campo de todos os meus pensamentos e de todas as minhas percepções explícitas.

O interesse pelo estudo da percepção, ancorado na fenomenologia, tem sido crescente desde a década de 1970. Esse tem sido o modelo adotado nas ciências humanas e sociais no intuito de alcançar respostas para investigações que se interessam por temas relativos às particularidades dos sujeitos devido a sua condição humana e diante das realidades nas quais estão inseridos, pois “a ciência não tem e não terá jamais o mesmo sentido de ser que o mundo percebido, pela simples razão de que ela é uma determinação ou uma explicação dele” (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 07).

A fenomenologia revela as múltiplas perspectivas do sujeito por meio de sua vivência, de relatos descritos da vida social, e de significações que somente o indivíduo pode estabelecer. Gil (2010) esclarece que um projeto de pesquisa que adota esse método se propõe a descrever a experiência vivida, a consciência, resultantes das características empíricas, além de buscar interpretar o fenômeno que se apresenta à percepção. Esse método de análise amplia a leitura e a interpretação da *paisagem* e do *lugar* na trama de Josué Montello, partindo da compreensão das condições humanas ficcionais estabelecidas em São Luís, carregadas de especificidades da cidade, do modo de vida, das angústias e das alegrias de uma época e, especialmente, das relações íntimas entre os personagens e seu habitat, incluindo o amor ou o desamor à terra natal, sentimento que pode ser alternado, construído e desconstruído de acordo com a reorganização das experiências vividas nos lugares.

Ao fim da proposta, espera-se que sejam revelados elementos suficientes para responder às questões norteadoras da pesquisa, explicitadas nos seus objetivos, e, assim, contribuir com subsídios para a realização de novas abordagens da obra montelliana, particularmente sob a perspectiva da geografia de conteúdo humanista cultural.

2 A GEOGRAFIA HUMANISTA CULTURAL

No presente capítulo, aborda-se a evolução do pensamento geográfico, fazendo recorte dos marcos teóricos que traduzem o desenvolvimento e a sistematização do conhecimento, desde os primeiros apontamentos na Antiguidade até a consolidação como ciência, com vistas a compreender o surgimento do pensamento humanista e da própria Geografia Humanista Cultural. Traz, à baila, os principais teóricos que contribuíram para se pensar a geografia na senda humanista, como Carl Sauer (1925), John Kirtland Wright (1946) e Eric Dardel ([1952] 2015), além de geógrafos responsáveis pela sustentação e implementação do pensamento humanista das unidades espaciais lugar e paisagem, como Yi-Fu Tuan ([1983] 2012), Edward Relph (1976, 2014) e Anne Buttimer (1980). A sessão trabalha ainda estudos que reforçam o liame entre a Geografia Humanista Cultural e a Literatura como possibilidade de analisar as experiências humanas articuladas na obra e que compõem a paisagem.

A humanidade sempre manifestou interesse pelos conhecimentos geográficos. A busca pela noção espacial na Antiguidade, por exemplo, exigiu tais conhecimentos para a construção de registros cartográficos de povos e lugares. Mapas e símbolos eram construídos para fins de orientação e deslocamento de indivíduo.

Os gregos possuíam a habilidade de sistematizar os dados cartográficos, de descrever e aglutinar os aspectos dos povoamentos e das terras exploradas; vale ressaltar que uma das características imanes desse povo era a capacidade de sintetizar e descrever os aspectos das regiões, ainda que imaginárias (CARVALHO, 2006). Conforme este autor, na Antiguidade, além da catalogação de lugares e povos, os interesses estavam centrados também em desvendar a forma do mundo, sua extensão e tamanho, estudos sobre dimensão dos espaços costeiros e a astronomia.

Os primeiros esboços receberam contribuições significativas de estudiosos como Homero, Heródoto, Aristóteles, Eratóstenes de Cirene e Estrabão. Nas obras *Ilíada* e *Odisseia*, de Homero (séc. VIII a. C.), a exemplo, em linguagem poética, são narrados e descritos os lugares e paisagens visitados pelas personagens que, embora por vezes ficcionais, mostram visão de amplitude do espaço, contextualizado a capacidade técnico-espacial da época.

Na Idade Média, o conhecimento geográfico era conduzido pela Igreja, uma extensão da Bíblia, e os estudos referenciavam o imaginário bíblico, a cartografia do fantástico. A forma da Terra e a extensão territorial não eram consideradas um problema intelectual, mas mistério, de viés religioso. Na era renascentista, os dados geográficos auxiliaram na construção da concepção de mundo como sistema matemático mecânico. Na Geodésia, as preocupações com

o estudo das dimensões, das formas e do campo de gravidade da Terra fortaleceram a implantação de um pensamento descentralizado da visão de mundo, reforçado pela Igreja, na medida em que permitem medir, representar e analisar o espaço (CARVALHO, 2006).

O planisfério Mercator (1560) mostra os continentes e as linhas imaginárias, contribuindo para estudos da superfície terrestre, especialmente no que tange sucessão e organização de fusos horários, partindo do ponto central à Inglaterra. Para Moreira (2008), essa geografia oferece a cartografia dos cinco mares já sistematizados, de forma a servir como segurança e orientação na tarefa de desbravar os mares à procura de um novo mundo. Os dados compilados nas viagens eram disponibilizados aos estados “em função de organizar as grandes navegações, fazer avançar a política do metalismo e dar início à divisão do mundo em domínios imperiais dos países da Europa (MOREIRA, 2008, p. 15)”.

A saga pela busca de uma geografia que sustentasse interesses políticos e econômicos tem continuidade no Iluminismo, movimento marcado pela Revolução Industrial e ascensão da burguesia como classe dominante. O mundo precisa ser redesenhado, atendendo às leis do mercado de exploração de matéria-prima e de ascensão dos bens industriais, financiados pela exploração de grandes territórios; reforça-se, então, a busca por conhecimentos da cartografia. Nos termos de Ruy Moreira (2008), “a Geografia transforma-se, então, na ciência preocupada com grandes espaços e o geógrafo num especialista em teoria e prática da localização. E por todo o correr da segunda metade do século XIX e da primeira do século XX será este o perfil do conhecimento geográfico”.

A consolidação do conhecimento geográfico enquanto ciência contou com valiosas contribuições das escolas francesa e alemã. Para Moraes (2007), a exemplo dos subsídios alemães, temos os irmãos Alexander e Wilhelm Von Humboldt e Karl Ritter. Humboldt, de formação naturalista, deu valiosas contribuições para estabelecimento da cartografia, climatologia, geografia humana, fitogeografia e geopolítica, conhecimentos adquiridos nas expedições a diversos países do continente americano. Karl Ritter, historiador por formação, semeou na geografia raízes do determinismo alemão para uma antropogeografia. Ainda em território alemão, o geógrafo Frederich Ratzel implantou a concepção de determinismo geográfico, segundo a qual o homem seria produto do meio e das condições naturais que produzem e conduzem os modos de vida de um povo. Ratzel também envereda pela abordagem de visão política, em defesa da dominação territorial, mostrando engajamento em projetos de cunho estatal. Moraes (2007).

Sobre as concepções geográficas de Ratzel, Moraes (2007, p. 69) acrescenta:

Ratzel vai ser um representante típico do intelectual engajado no projeto estatal [...] a Geografia de Ratzel expressa diretamente um elogio do imperialismo, como ao dizer por exemplo semelhante a luta pela vida, cuja finalidade básica é obter espaço, as lutas dos povos são quase sempre pelos mesmos objetivos. Na história moderna, a recompensa da vitória foi sempre um proveito territorial.

Em oposição à concepção geográfica alemã, o pensamento francês faz ponderações às ideias de legitimação estatal de Friedrich Ratzel. Paul Vidal de La Blache, representante da escola francesa, definia como objeto da ciência geográfica a relação homem-meio, sob influência recíproca na qual o homem é ser ativo e também interfere na dinâmica da natureza.

Segundo Claval (2010), para La Blache, a geografia deveria ter como foco a análise das relações entre grupos humanos e o meio ambiente onde habitavam, concebendo influências recíprocas que conformaram o possibilismo geográfico. Este autor assinala que, apesar de não ter mencionado o termo “cultura” nos seus estudos, esta ideia tinha lugar central nas concepções vidalinas com o termo “força do hábito”, tão balizado por Vidal e sublinhado tantas vezes pelo geógrafo ao analisar modos de vida dos migrantes europeus.

Nessa esteira cultural vidalina, Claval (2010, p. 150) escreve:

A cultura estava presente na obra de Vidal de La Blache, com uma dupla face: a da técnica, com a possibilidade de inovação (daí o possibilismo vidalino) e a da força de hábito, que apareceria com o maior fator de inércia dos grupos humanos. Podemos ver que o criador da geografia moderna na França, Vidal de La Blache conferiu um papel central à cultura, nas suas interpretações entre sociedades humanas e meios ambientes.

Percebe-se aqui a inserção do elemento cultura nos estudos geográficos, ligados às trocas entre o homem e a natureza, dando importância à ação dos dois agentes na missão construtora e modeladora nos modos de vida de grupos. A sociedade, então, é analisada por meio da correlação homem espaço; pensamento que incide posteriormente nos estudos sobre a paisagem, não apenas como elemento concreto, estático, mas como maneira de compreender a ocupação e a organização social.

Nas primeiras décadas do século XX, a senda cultural ganha espaço no seio das discussões geográficas, representando uma das áreas mais dinâmicas na disciplina, espelho das variedades e diferenciação no pensamento geográfico. A Geografia Cultural surgiu a partir do projeto ambicioso equivalente à geografia humana francesa de Paul Vidal de La Blache, por seu conceito de gênero de vida e do possibilismo. Também recebe influências da geografia da escola alemã, especialmente pelas abordagens citadas por Ratzel e seus investimentos na antropogeografia. Porém foi nos Estados Unidos que a discussão e a análise do viés cultural na

geografia assumiram aspecto mais metodológico, com concepções acadêmicas sistematizadas pela Escola de Berkeley.

Para os geógrafos Corrêa e Rosendahl (2010), a Escola de Berkeley contribuiu, de maneira significativa, com a evolução da Geografia Cultural, calcada na visão abrangente de cultura, versada em cinco temas: cultura, paisagem cultural, áreas culturais, história da cultura e ecologia cultural, implementados por estudos, como limites, contatos e mudanças culturais, dimensão espacial, migrações, religião, lugares, tipos de habitação (casa), *habitat* rural, sistemas e regiões agrícolas, características e diversidades regionais e impactos ambientais devido à ação humana. Esse leque de possibilidades para o estudo geográfico, gerido pela veia cultural, descentraliza as intenções positivistas de se pensar o modo de vida dos povos e parte para um olhar mais abrangente que contempla diversas abordagens.

Corrêa (2014) se refere à Escola de Berkeley como palco da mobilização cultural na geografia, que transitou pelos estudos de geógrafos a partir de 1925, quando foi publicada a obra *A Morfologia da Paisagem*, de Carl Sauer, geógrafo estadunidense, um dos mais importantes nomes da história do pensamento geográfico e precursor da Geografia Cultural. Ducan (2010) destaca que Sauer foi fortemente influenciado pelas ideias e correntes da antropologia americana, fortalecendo vínculos com o Departamento de Antropologia de Berkeley, ao longo dos seus primeiros anos acadêmicos. Sauer, então, enveredado pelo caminho de investigação do modo de vida das comunidades indígenas americanas e, por meio de pesquisas de campo, passa a se interessar pelas observações dos hábitos e valores das comunidades tradicionais.

Essa postura exploratória foi profícua para que o geógrafo pudesse compreender a formação do território estadunidense e os hábitos dos migrantes e colonizadores. Embasado pelas análises atinentes às observações em campo, Sauer passa a manifestar interesse pelos elementos da teoria da cultura, influenciado pelas análises de Alfred Kroeber, discípulo de Franz Boas, que, por sua vez, fora aluno de Ratzel e predisposto a opor-se ao determinismo ambiental. Dessa conjuntura, Sauer adotou o conceito de cultura como o conjunto de criações humanas, “uma entidade acima da sociedade e com total autonomia para determiná-la em suas formas estéticas, linguísticas, bem como sua psicologia social” (PEDROSA, 2016, p. 35).

A noção de cultura de Sauer serviu de aporte teórico para pesquisas posteriores, deixando rico legado para estudos sobre Geografia Cultural. Conforme explica Corrêa (2014, p. 03), “a importância de Sauer está expressa em artigos e coletâneas que tecem comentários”

sobre sua obra ou republicam textos do próprio Sauer por mais de 30 anos após o seu falecimento, denotando a força e a continuidade do seu pensamento.

Na obra de Sauer, a paisagem é um conceito-chave da Geografia, um complexo de formas naturais, culturais e humanas constantes em uma área, entrelaçadas de tal forma que se constituem unidade. A paisagem é resultado da ação humana, materializada pela cultura, conceito tratado no livro *Morfologia da Paisagem* (1925), obra precursora do autor.

Para Cosgrove e Jackson (2010, p.136), a análise da paisagem de Sauer ainda estava focada no estudo de lugares de regiões específicas; abordados por meio de comparações, identificados e descritos a partir da observação e do mapeamento dos elementos visíveis e da cultura material produzida e, inevitavelmente, “eram identificadas como produtos de sociedades estáveis, pré-modernas e predominantemente agrícolas, ameaçadas pelo processo de modernização”.

Ainda assim, o significado de paisagem para Sauer abre caminhos para se pensar os lugares por meio da ação da cultura, fruto da relação homem e sua subjetividade e a natureza. Para Feitosa, Márcia (2018, p. 24), “Carl Sauer sustentava que o estudo da paisagem deveria ter por princípio a criação de um sistema crítico demarcado pela fenomenologia da paisagem enquanto método epistemológico que se fundamenta na relação entre homem e ambiente”.

É importante ressaltar que a concepção cultural de Sauer não era consenso entre os geógrafos que se interessam pela temática cujo interesse residia no estudo da maneira como o indivíduo explora o ambiente, incluindo os instrumentos e utensílios necessários para a ação e na forma como organiza o *habitat*, considerando os diversos modelos de vida das pequenas células da sociedade (CLAVAL, 2003).

Contudo, ainda que não tenha usufruído de aceitação expressiva e de uma visão abrangente da paisagem, é necessário reconhecer que Sauer abriu um leque de possibilidades para o estudo da cultura sob o viés geográfico, incorporando elementos da antropologia, o que incentivou o desenvolvimento da geografia humanista.

Os avanços da construção intelectual de Geografia Cultural de Sauer e seus discípulos passam por crise em decorrência do fenômeno tecnológico, pelo advento da eletricidade, da mecanização e pela conseqüente uniformização do modo de vida, que transferiu boa parte da população tradicional para as atividades dos setores secundário e terciário, em que o cotidiano adquire perfil padronizado.

Pode-se dizer que “as sociedades concebidas a partir do gênero de vida caminham para o desaparecimento. Isso parece condenar a pesquisa de Geografia Cultural nos moldes

sauerianos” (CLAVAL, 2003, p. 49), que foram considerados ultrapassados e inaplicáveis para o avanço do conhecimento, pois “mecanização e a modernização introduzem arsenal de máquinas e de tipos de construção tão padronizados que o objeto de estudo é esvaziado de interesse” (CLAVAL, 2003, p. 48). Para Corrêa (2009), esse cenário de mudança desviou os estudos sobre paisagens culturais do habitat rural, sistemas agrícolas e difusão cultural para os estudos urbanos.

A uniformização cultural que esvazia as concepções de Sauer é fenômeno mundial crescente, pois hábitos, costumes e modos de vida ultrapassam as barreiras físicas e são constantemente reproduzidos e copiados. Os indivíduos, independentemente da sua nacionalidade e região, adotam formas de vida que caminham para a homogeneização, em contraponto aos valores regionais. Nesse cenário, cabe ao geógrafo rever os conceitos e os métodos de observação dos elementos culturais, renovar e ampliar o olhar para as representações simbólicas diversificadas, pois o desequilíbrio causado pela modernidade impossibilita compreender a paisagem somente por meio de observação das sociedades tradicionais e estáveis nos moldes de La Blache e de Sauer. Esses meios de estudos são considerados, agora, predominantemente ultrapassados, concentrados nos artefatos físicos, como as cabanas de madeira, cercas e delimitações dos campos cultivados, quase superados na modernidade. A geografia cultural, então, ficou incapaz de teorizar e dar encaminhamentos ao seu objeto de estudo (COSGROVE E JACKSON, 2010).

Após a Segunda Guerra Mundial, uma nova configuração implantada comanda um novo contexto político e econômico europeu, revelando as diferenças entre as condições de existência humana moderna e as relações sociais do contexto dos séculos anteriores, o que inviabilizou ainda mais os paradigmas tradicionais do pensamento geográfico cultural da Escola de Berkeley.

A Geografia, mais uma vez, passa por renovação do pensamento que rompe com as concepções culturais tradicionais. Nessa perspectiva, duas correntes são introduzidas: a Geografia Pragmática e a Geografia Crítica. Para Moraes (2007), a Geografia Pragmática tem preceitos ligados ao estudo do desenvolvimento do capitalismo monopolista, baseado na maximização dos lucros, na ampliação da acumulação de capital e na exploração do trabalho; em contrapartida, a Geografia Crítica é sustentada pelo materialismo histórico e pela dialética marxista. Trata-se de uma postura crítica radical, de conteúdo político do conhecimento, com viés militante de libertação do homem.

Para os geógrafos críticos, o que define o homem não são os elementos naturais nem a relação com o meio em que vive, contrariando os preceitos possibilistas de La Blach, e sim as suas condições econômicas e sociais estabelecidas pelo sistema político vigente, relacionando, assim, os conhecimentos geográficos ao estudo da superestrutura de dominação de classe na sociedade capitalista.

A década de 1970 marca o período de renovação do pensamento geográfico. A ciência passou por embates epistemológicos, teóricos e metodológicos, resultado também das variantes advindas das correntes geográficas. Nesse cenário, Cosgrove e Jackson (2010) acrescentam que, no palco da globalização, novas perspectivas para a abordagem cultural em Geografia foram levantadas. Uma das abordagens gira em torno das relações entre cultura dominante (elite) e cultura subordinada (popular); até então, estudos das culturas dos subordinados teriam sido negligenciados pela Geografia Cultural. Outra perspectiva da Geografia Cultural perpassa pela cooperação vantajosa entre a geografia humanista e a social marxista.

A veia social marxista recebe inferências do existencialismo e das teorias pós-modernas que começavam a desenvolver-se e ganhar força no pensamento geográfico. A senda humanista, ligada à fenomenologia, manteve o liame com a antropologia e foi implementada pelas obras de geógrafos humanistas percursores, como Yi-Fu Tuan e Edwar Relph. Essa frente revela um campo diverso da geografia que propunha refundar as bases epistemológicas. A Geografia Cultural passa a ter uma explicação que excede os termos de eticidade e religião e de uma dimensão de cunho político e social, pois “o cotidiano, a vida material, as representações sociais e a identidade passam a ser o foco de algumas questões, incorporando, muitas vezes, o debate pós-moderno” (PEDROSA, 2016, p. 40).

A partir da década de 1990, a senda Cultural ganha espaço no cenário nacional com a criação do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Espaço e Cultura (NEPEC), ligada ao Departamento de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), que publica o periódico Espaço e Cultura, com a produção voltada para teorizar e sistematizar estudos da Geografia Cultural, em que se destacam os trabalhos de Corrêa e Rosendahl (MARANDOLA JR., 2010).

Esse período coincide com a denominada “virada cultural” de visão ampla comparada aos preceitos da Escola de Berkeley, implementada com estudos que reforçam a observação mais íntima e nos quais as categorias espaciais lugar e paisagem ganham novos conceitos. Diante do movimento renovador, de abrangência global, a Geografia se propôs a estudar os

significados que abordam temáticas de questões culturais do mundo moderno, por meio de várias perspectivas e coube ao geógrafo acolher as que se aproximam à intenção da pesquisa.

Nessa seara, Corrêa (2009, p. 6) aponta:

Em realidade não há limites em termos de escala para a pesquisa em geografia cultural, quer seja a geografia saueriana, quer seja a geografia cultural renovada. A escolha da escala geográfica depende dos questionamentos que foram elaborados e para cada escala adotada o geógrafo, cultural ou não, deve ter em mente que o foco de investigação e os procedimentos não podem ser os mesmos.

Os argumentos de análise espacial da Geografia Humanista ganham a atenção dos geógrafos interessados nos estudos da construção cultural, nos aspectos da condição humana e, especialmente, na ressignificação da análise da paisagem. Cosgrove e Jackson (2010) chamam atenção para fontes de análise da paisagem nesse modelo de representações, pois as fontes não foram advindas da literatura geográfica e as amostras para análise foram percebidas nas leituras da paisagem em cerimônias de rituais e em apresentações teatrais que fazem referência à paisagem, e não como textos que deram impulso aos estudos geográficos.

A essência da paisagem, nessa conjuntura, pode ser percebida por meio das experiências constantes em diversos meios. Nesse sentido, a unidade espacial é considerada imagem cultural constantemente transformada categoria produtora do texto e responsável pela guarda dos significados sociais e humanos. É uma nova forma de analisar a paisagem, uma possibilidade de vislumbrar elementos humanos na sua composição. Essa concepção de abordagem humanista da paisagem, múltipla e particular, é a investida cultural adotada no presente estudo. O percurso dessa senda geográfica será realizado com conceitos que ultrapassam vieses culturais tradicionais e enriquecidos por pensamentos filosóficos que darão suporte fenomenológico às análises espaciais, como será abordado na sessão seguinte.

2.1 O horizonte humanista

Diante do que foi exposto, percebe-se que pensamento humanista caminha em conjunto com o processo de renovação da Geografia Cultural colaborando com o movimento de valorização dos temas trabalhados por essa abordagem. Para Holzer (2016), é difícil trabalhar aspectos da Geografia Humanista sem o aporte da Geografia Cultural, pois os temas mais expressivos da corrente humanista estão entrelaçados aos culturais e, desta corrente, recebem contribuições imprescindíveis para seu desenvolvimento. É importante frisar que alguns dos principais teóricos da corrente humanista vieram da produção culturalista ou tiveram sua formação ligada à Escola de Berkeley. Mais ainda, em meio ao quadro de fortes influências positivistas nas ciências humanas e sociais na década de 1970, os estudos culturais contribuíram

para a manutenção do culturalismo e do antropocentrismo que, assim, pôde caminhar para a essência existencialista da geografia humanista.

Porém, a geografia humanista manifesta algumas objeções aos ideais defendidos pela Escola de Berkeley e à concepção saueriana, e passa a assumir raízes epistemológicas para pensar o espaço com olhar da psicologia e do existencialismo, enfatizando os aspectos subjetivos das relações humanas e a valorização do mundo vivido como fatores de modificação e de ligação afetiva com o *habitat*, privilegiando, assim, o sujeito.

A nascente do pensar humanista pode ser ligada aos preceitos de geógrafos que dedicaram seus estudos ao saber holístico e dinâmico da Geografia, um pouco antes desse contexto histórico. John Kirtland Wright, da Universidade de Harvard, publicou em 1946 o artigo “*Terrae Incognitae: the place of imagination in geography*” que versa sobre a preocupação por aspectos incomuns do conhecimento geográfico e pelas curiosidades geográficas que existem nos indivíduos em ampliar o olhar para a existência de terras incógnitas literais (um território totalmente inexplorado) e simbólicas.

Para o autor, não existem mais terras incógnitas literais, porém existe uma necessidade, levada pela curiosidade, de conhecer mais intimamente as terras incógnitas simbólicas, pessoais que estão ocultas, além das fronteiras do conhecimento geográfico. O sentido de terra incógnita varia ainda segundo a proporção do conhecimento disponível de cada geógrafo, conforme discorre (WRITER, 1947, p. 06).

Obviamente, uma determinada área será denominada “desconhecida” ou não dependendo tanto de quem é o conhecimento como de qual tipo de conhecimento será considerado. Como usado literalmente nos primeiros mapas europeus, as palavras terra incógnita significavam uma terra desconhecida para o cartógrafo, depois que, presumivelmente, ele consultasse todas as fontes de informação disponíveis; mas se os tais “territórios desconhecidos” estivessem além do conhecimento de geógrafos e cartógrafos na civilização ocidental, eles eram conhecidos para seus habitantes – se tivesse algum – e, frequentemente, também para povos de outras civilizações

Sobre a relativização das terras incógnitas e cógnitas, Wright (1946, p. 7) reforça:

Mesmo que uma área seja minuciosamente mapeada e estudada por um exército de microgeógrafos, muito sobre sua geografia sempre permaneceria desconhecida e, deste modo, se hoje não há terra incógnita em sentido absoluto, não há também terra absolutamente cógnita.

Essa defesa da trilha relativista é a proposição central de Wright que inclina para disposição mental advinda da própria subjetividade do ser, de seus interesses e desejos com o intento de absorver e conceber o objeto. Para Wright (1946, p. 06), as concepções geográficas subjetivas do mundo existem no universo de muitos indivíduos.

Esse tipo de abordagem coaduna dois objetos de estudo, sendo um deles a sofogeografia, a geografia das várias formas do conhecimento:

[...] é o aspecto da geografia sistemática que lida potencialmente com o conhecimento e crenças de todos os tipos, seja religioso, científico, filosófico, estético, prático ou qualquer outro. As várias formas e manifestações de conhecimento são investigadas à luz de sua distribuição e relações, precisamente como relevo, cidades, línguas, ou outras categorias de fenômenos terrestres que são investigados nos ramos da geografia.

A outra abordagem é a geosofia, o estudo do conhecimento geográfico que tem como objeto vários pontos de vista que ultrapassem o sentido estabelecido pelo núcleo da geografia sistematizada, do conhecimento científico ou da geografia do conhecimento. Sobre essa abordagem, Wright (1946, p. 15) discorre:

Levando em consideração todo o domínio periférico, que cobre as ideias geográficas, tanto as verdadeiras quanto as falsas, de todo tipo de pessoa – não apenas geógrafos, mas fazendeiros, pescadores, executivos e poetas, romancistas e pintores, beduínos e hotentotes – e por esta razão ela necessariamente precisa lidar em alto grau com concepções subjetivas.

Para Wright, a geosofia e a sofogeografia deveriam ter primazia universitária, devido à importância de se considerar fontes de pesquisa diversas para a construção do conhecimento e a ciência deveria incluir como objeto de estudo não só os estudos naturais e humanos, mas também as humanidades, as artes, as letras, o mundo de experiências subjetivas e a expressão imaginativa. Essa postura auxiliaria na construção do saber com incentivo à imaginação artística e poética do sujeito, enriquecendo os modelos de literatura geográfica.

As construções intelectuais de John Wright se configuram como arranjo humanista mais expressivo no início das abordagens subjetivas do conhecimento geográfico, uma subjetividade não apartada da consciência do mundo, emergida das experiências geográficas, ampliando o olhar científico para estudos das condições humanas. O autor considera não apenas os valores simbólicos contemplados por várias formas de conhecimento, o que se configura como inovação, mas também manifestações de construção do saber geográfico, que não estão reservadas somente aos profissionais de geografia e podem ser encontradas em tantos outros labores, dando à produção geográfica a possibilidade de apreensão em vários segmentos que a dessa atividade, um marco nos incentivos aos estudos interdisciplinares.

Para Galvão Filho (2019, p. 84), a geosofia é conhecimento intrínseco a todo sujeito, por meio de elementos do saber geográfico que emergem da própria condição do habitar na terra, que pode desvelar ainda a possibilidade de resistência ao distanciamento do habitar que condena o homem ao esquecimento da sua relação com a terra e o impele a voltar-se para sua própria essência e “voltar-se a tal conhecimento é cuidar da própria existência, é pôr-se a pensar nas experiências marcantes enquanto caminho para melhor compreender o próprio habitar”.

Essa subjetividade e o senso geográfico de homem comum, para Wright, aproximaram a geografia das humanidades e serviram de referência para outros estudiosos interessados na veia humanista e na geografia comportamental, implementada com assuntos que tratam da funcionalidade da percepção humana, como é o caso de David Lowenthal.

Lowenthal foi aluno de Carl Sauer e sua produção passou a ser conhecida desde 1960 com a publicação do artigo “*Geography, experience and imagination: towards a geographical epistemology*”, apresentado no XIX Congresso Internacional de Geografia, em Estocolmo. Tal artigo retoma questões apontadas por John Wright principalmente no que concerne às terras incógnitas e à geosofia, implementadas com assuntos pertinentes às relações entre o mundo e as imagens pessoais (HOLZER, 2017).

O geógrafo Lowenthal se dedicou às pesquisas sobre assuntos atinentes à Geografia comportamental e, para fundamentar suas concepções, influenciadas pelo pensamento de Wright, buscou em outras áreas do conhecimento pressupostos para entender a percepção a partir do viés epistemológico. Dedicou-se, ainda, a discutir a dialética entre a visão de mundo pessoal vivenciada e percebida e a visão geral compartilhada, dando primazia aos estudos das impressões pessoais. Para ele, a fantasia (impressões pessoais) tem em qualquer ambiente pessoal um espaço mais significativo do que a geografia em geral. (HOLZER, 2017).

No que concerne aos estudos da visão de mundo, impressões pessoais, Lowenthal adverte que, embora as impressões dos ambientes possam aparentar aquém do real e, como tal, não seja possível traço fiel entre o real e o percebido, elas também podem se aproximar da realidade consensual e objetiva, pois o que é percebido, vivido é único, editado e até distorcido pelos sentimentos, mas é fruto do mundo real, compartilhado. Faz-se necessário, então, perceber e observar as coisas não apenas pelo que elas são, mas como poderiam ser: consciente e inconsciente, objetiva e subjetiva. (HOLZER, 2017)

As visões de mundo analisadas por Lowenthal conduzem a concepções importantes sobre a paisagem e lugar, sobre a relação e as impressões pessoais do homem em relação ao ambiente, pois, para o geógrafo, os lugares em que vivemos e onde experienciamos momentos híbridos contribuem para a imagem pessoal do sujeito que reverbera na imagem da realidade.

Os estudos de Lowenthal constituem ponto de partida e terreno fértil para as discussões sobre aspectos subjetivos da relação homem-meio, especialmente dos lugares que a ciência e sua objetividade só conseguem compreender de maneira fragmentada. Seus trabalhos abrem espaço para outros autores que abordam o lugar, abalizado pela subjetividade do mundo vivido e das imagens pessoais. (HOLZER, 2017)

O geógrafo Yi-Fu Tuan, um dos principais nomes da Geografia Humanista, possui ideias próximas às de Lowendhal, principalmente no que tange à valorização da lembranças, do vivido e das impressões pessoais (HOLZER, 2017). No acervo do autor, destaca-se o livro *Topofilia²: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente* (2012). A obra é expressão maior dos estudos de Tuan: trata-se de arcabouço teórico para análise das relações afetivas entre o homem e ambiente. Para Feitosa, Marcia (2017), essa inferência afetiva e poética de Tuan surpreende o meio geográfico com uma proposta de abordagem voltada ao estudo da relação amorosa com a natureza, partindo da concepção de ambiente como lar, mais humanizado, para espaços, paisagens mais distantes, selvagens.

No livro *Paisagens do Medo* (2005), Tuan confronta a dialética entre o homem e o espaço e as construções simbólicas advindas dessa relação permeada por sentimentos negativos. Tuan resgata as bases biológicas dos seres humanos para explicar o sentimento de medo no contato com espaços opressores e como ele se torna complexo e ganha dimensão quando alimentado pela imaginação e pelos fatores externos.

No livro *Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência* (2013), Tuan teoriza sobre os significados de espaço e de lugar, que, para ele, trata-se de categorias diferenciadas. Para Tuan (2013), o espaço é liberdade, é detentor de significados organizados afetivamente, e o lugar é segurança: “Na experiência, o significado de ‘Espaço’ frequentemente se funde com o de lugar. O espaço é mais abstrato do que o ‘Lugar’. O que começa com o espaço indiferenciado, transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor” (TUAN, 2013, p. 14).

Tuan explica que, para se compreender os fenômenos lugar e espaço, é necessário pensar e senti-los conjuntamente:

As ideias de espaço e lugar não podem ser definidas uma sem a outra. A partir da segurança e estabilidade do lugar é que estamos diante da amplidão da liberdade da ameaça do espaço e vice e versa. Além disso, se pensar no espaço como algo que permite movimento, então lugar é pausa: cada pausa no movimento torna possível que a localização se transforme em lugar. (TUAN, 2013, p. 14)

O ponto de partida para análise do espaço nas obras de Yi-Fu Tuan está centrado no estudo da experiência humana, para compreender o significado de mundo a partir da observação dos modos de vida dos sujeitos. Assim, entende-se que o autor almeja investigar o íntimo e a essência do ser humano para compreender as unidades espaciais e seus significados particulares.

² O termo “Topofilia” é uma alusão aos estudos traçados na obra *A poética do espaço* ([1957] 2008), do filósofo e poeta francês Gaston Bachelard.

Anterior a essa conjuntura, o geógrafo francês Eric Dardel, por meio de sua leitura fenomenológica do conceito de ser-no-mundo, a concepção de lugar adquiriu traço mais expressivo da Geografia Humanista (FEITOSA, Márcia, 2017). Para Dardel³ (2015, p. 5), “a geografia não implica somente no reconhecimento da realidade, nem sua materialidade, ela se conquista como técnica de irrealização sobre a própria realidade”.

A expressão ser-no-mundo é cunhada pelo filósofo Martin Heidegger, reconhecido por suas pesquisas sobre o tempo. Por meio das suas convicções intelectuais, o autor cede valiosas contribuições sobre estudo do sentido do mundo, espaço e o lugar (habitar). Em *Ser e Tempo* (1927), o teórico se dedica à tarefa de recolocar a questão do “sentido do ser”; a expressão ser-e-estar em um lugar é constantemente evocada pelo autor como referência para a compreensão da questão fundamental do ser e da dimensão da experiência por meio da ideia de pertencimento ao lugar, ser e estar em um lugar, interioridade e distanciamento são elementos próprios do ente o sujeito e o lugar, o ser-no-mundo.

As proposições de Heidegger são reconhecidas pelos geógrafos humanistas, pois auxiliam nas abordagens ontológicas da ciência geográfica. Para Saramago (2012, p. 196), Heidegger entende o *mundo*, por exemplo, como “um caráter tão originário que não haveria qualquer outra instância anterior que pudesse explicá-lo ou introduzi-lo. Tudo que pode ser compreendido já o é no interior da rede de significações mundana”.

Em suas obras, Martin Heidegger atribuía a relação do espaço com o homem. O espaço para Heidegger, segundo Marandola Jr. (2014, p. 235-236), só pode ser pensado recorrendo-se ao mundo, pois só é possível pensar espacialidade se entendermos o espaço como parte integrante do próprio mundo:

Trata-se, pois, de inverter a ordem do pensar: o espaço a partir do ser- no- mundo e não o inverso. [...] O espaço não se encontra no sujeito e nem considera o mundo como se estivesse no espaço. É “sujeito” entendido antologicamente, a presença, que é espacial, sem sentido originário. Isso implica uma procedência do encontro com o espaço no mundo circundante, e não a projeção do espaço a partir do sujeito.

A análise sobre o lugar tem primazia nos estudos de Heidegger. Segundo Saramago (2012), o filósofo, em seus ensaios sobre o tema, recusa aceitar a categoria lugar sob abordagem objetificadora, alicerçada apenas no conhecimento teórico e com compreensão distante do ser-no-mundo.

Diante dessa esteira fenomenologia de interpretar espaço e lugar, faz-se necessário atentar para a grandeza desses subsídios na construção do pensar renovado sobre essas unidades

³ Eric Dardel publicou em 1952 a obra *O Homem e a Terra: a natureza da realidade geográfica*, que enfrentou esquecimento até a década de 1970, quando foi resgatada por Edward Relph.

espaciais. Holzer (2014) sustenta que a introdução da fenomenologia na Geografia pela frente humanista foi responsável pela importância dada aos conceitos de espaço, paisagem e lugar, como essência, antes marginalizados nas discussões geográficas. Mais ainda, é a partir da fenomenologia – estudos do ser, do corpo – que vai se desvelar o mundo, não apenas a sua compreensão para o sujeito, mas o ser-em-comum no mundo, compartilhado intersubjetivamente.

Sobre a incorporação da fenomenologia na Geografia, Besse (2014) contribui afirmando que, com o advento dessa perspectiva filosófica, a Geografia se abriu para novos campos de pesquisa, novas possibilidades de análise espacial a partir das percepções, representações e atitudes diante do espaço. São considerados novos corpos de saberes e significações geográficas, a filosofia, a religião, bem como as artes plásticas e a literatura. Percebem-se, aqui, aproximações com as construções de Wright (1946) em seus ensaios sobre geosofia e sofogeosofia que vislumbra abordagens geográficas que ultrapassem a barreira da sistematização do conhecimento sob domínio do núcleo geográfico.

Diante da dimensão fenomenológica, pode-se inferir que Eric Dardel, ao recorrer aos estudos de ser- no-mundo de Heidegger para recolocar a compreensão das categorias espaciais, se mostrou na contramão dos pressupostos defendidos pela Geografia à época, o que pode ter justificado a falta de interesse pela obra. Entretanto, Besse (2006, p. 83) faz outra reflexão acerca desse esquecimento:

L'Homme et la Terre durante muito tempo ficou à margem da reflexão sobre geografia. Mas talvez fosse melhor dizer que foi o próprio Dardel que deliberadamente se pôs à margem das problemáticas e dos discursos então dominantes- tanto dos discursos “oficiais quanto os ‘contestadores’” - o que é, sem dúvida, razão pela qual o livro de Dardel não teve à época o eco que tem tido, desde alguns anos tanto na França quanto no mundo anglo-saxão.

Nesta ordem, Besse (2006, p. 84) faz ainda a seguinte ilação: “assim sendo, se Dardel ficou à margem é porque ele, na realidade, trabalhou na margem, neste intervalo que separa a ciência, no caso a geografia, e a filosofia”.

Na obra *O Homem e a Terra: a natureza da realidade Geográfica* (2015), Dardel trabalha conceitos-base muito importantes para se pensar as unidades espaciais de maneira humanista. Em relação à definição de espaço geométrico e espaço geográfico, ele acaba por descrever dois tipos de geografia: a geografia moderna e renascentista, que compreende os aspectos geográficos a partir do mundo exterior, bem como das ações de mapeamento e delimitação das regiões; e uma geografia vivida, em que os elementos são compreendidos a partir do mundo vivido, da exploração e da ligação do homem com a terra, aqui vista como

lugar e palco das realizações que revela significados ao homem através de sua condição humana e seu destino.

Pode-se inferir que, para Eric Dardel, o espaço geográfico que tem elementos nomináveis e qualificáveis seria para a Geografia objeto de estudo com abordagens mais contextualizadas, apreciando os aspectos humanos que permeiam sobre ele, considerando os sentidos, as subjetividades da relação íntima com o espaço, traduzindo, então, como possibilidade de romper com a ciência do laboratório, acrescentando mais valor simbólico ao conhecimento geográfico, pois, para Dardel (2015, p. 02):

O conhecimento geográfico tem por objetivo esclarecer esses signos, isso que a terra revela ao homem sobre a sua condição humana e seu destino. Não se trata inicialmente de um atlas aberto diante de seus olhos, é um apelo que vem do solo, da onda, da floresta, uma oportunidade ou uma recusa, um poder, uma presença.

Faz-se, assim, uma leitura da *Geograficidade* do modo da sua existência humana. Para Dardel (2015, p. 31) a *Geograficidade* é a consciência da Terra como lugar, base e meio das realizações humanas, é a totalidade do ser nas suas ligações existenciais com a natureza “presença atraente ou estranha e, no entanto, lucida. Limpidez de uma relação que afeta a carne o sangue” .

Para Besse (2015, p. 120), a escolha do termo *Geograficidade* não foi aleatória, “significa a inserção do elemento terrestre entre as dimensões fundamentais da existência humana como a noção de historicidade, implica na consciência que o ser humano tem de sua situação irremediavelmente temporal”. Dando continuidade, enfatiza que a menção à historicidade vem da formação filosófica que o geógrafo francês recebeu de Heidegger e que traduz uma tomada de consciência pela época histórica em que o destino do homem é que ele se realize e se construa historicamente, uma compreensão histórica do mundo que reverbera no existir.

Para Holzer (2015, p. 72), essa *Geograficidade* traduz a cumplicidade constante entre a terra e o homem, pois “ela se desenrola, portanto, em um espaço material, matéria da qual não podemos em hipótese alguma nos desvincular que está sempre ligada a nós. O termo cunhado por Dardel e bastante referenciado pelos geógrafos da veia humanista tem raízes na relação íntima entre homem e meio, amparada pela afetividade de círculo real ou imaginário.

Dardel trabalha ainda as noções de distância, no sentido humanista, partindo do referencial não fixado pelas demarcações geométricas, mas sim pelo próprio corpo. As linguagens geográficas dos termos “perto e longe”, por exemplo, são percebidas pelas experiências, lembranças afetivas e imaginárias do lugar. Esses sentimentos ligam as regiões e

exprimem a real concepção de distância do espaço geográfico, dificilmente alcançável pela ciência.

A paisagem aqui é a categoria espacial que ganha expressão maior na obra do geógrafo francês. Na construção intelectual de Eric Dardel, ela não é só a estética, mas também a movimentação do cotidiano e a impressão da convergência dos elementos de momentos vividos e construídos pelos sujeitos:

A paisagem é a geografia compreendida como o que está em torno do homem, como ambiente terrestre. [...] Muito mais que uma justaposição de detalhes pitorescos, a paisagem é um conjunto, uma convergência, um momento vivido, uma ligação interna, uma ‘impressão’ que une todos os elementos. (DARDEL, 2015, p. 30)

Os temas levantados por Eric Dardel, contemplados em sua única obra, abriram passagem para pesquisas de tantos outros geógrafos, em especial por conter abordagem fenomenológica tão expressiva sobre o espaço, pois na obra se pode observar importantes referências a Martin Heidegger de mundo e *habitat*.

Edward Charles Relph, em 1973, resgata a obra de Dardel na construção de sua tese de doutorado *The Phenomenon of place*, revelando concordância com a elaboração intelectual do geógrafo francês no que concerne à leitura das unidades espaciais a partir da visão fenomenológica e dos aspectos subjetivos da espacialidade.

Anterior a essa data, em 1970, o geógrafo canadense já manifestava interesse pelo enfoque fenomenológico nos estudos geográficos. Essas possibilidades foram especialmente direcionadas aos geógrafos pensadores da ala humanística que não aceitavam ser inclusos no viés comportamentalista. De visão antropológica e refeita à postura mecanicista das ciências, o método fenomenológico para Relph valoriza o mundo das experiências humanas e a relação do ser com o mundo (HOLZER, 2015).

Relph ressalta ainda dois conjuntos de consequências para a compreensão da natureza geográfica a partir da análise pelo método fenomenológico: “a primeira implica numa visão holística e unificadora da relação do homem com a natureza, derivada da noção de intencionalidade; a segunda relaciona-se com a crítica fenomenológica ao cientificismo e ao positivismo e suas implicações para a geografia” (HOLZER, 2015, p. 145). Para Relph, se a geografia se preocupa em pensar somente a partir de leis e teorias objetivas, então a crítica fenomenológica deveria ser considerada e, mas ainda se a geografia se preocupa em entender o homem na sua condição humana, os conceitos e métodos fenomenológicos também se tornam profícuos nessa empreitada. Assim sendo, a possibilidade fenomenológica na geografia se apresenta como saída para uma ciência geográfica construtiva e preocupada com os estudos do espaço, atrelados às categorias humanas.

Sobre a visão fenomenológica de Relph, Feitosa, Márcia (2017) discorre que a intenção do geógrafo humanista é se posicionar contrário ao sistema positivista preponderante que explica as leis do espaço e, a partir do método fenomenológico, investigar o mundo através da abordagem holística e unificadora.

Em 1974, Anne Buttimer, ancorando-se em um posicionamento existencialista, muito próximo aos preceitos de Relph, publica o artigo “*Valores em Geografia*”, apresentando visão mais implementada e, por assim dizer, segura da geografia a partir da construção fenomenológica. Ela enfatiza que o existencialismo e a fenomenologia não separam os valores dos fatos e das ações do sujeito, mas enfatizam e sugerem uma discussão mais aprofundada do problema que envolve os significados do espaço. Para Buttimer, os valores (crenças pessoais, virtudes e ideologias), ora negligenciados no âmbito do saber geográfico, nascem do diálogo entre o homem e o seu ambiente. Em 1990, publica o artigo “*Geografia, humanismo e o conceito global*”, no qual considera o humanismo como conceito libertador, tarefa revolucionária; é uma visão da Terra como Gaia, é a emancipação da humanidade a partir dos estudos dos problemas ambientais (HOLZER, 2015).

As contribuições dos autores citados deram sustentação para a inevitável consolidação do pensamento humanista e, em meio a esta galeria de embates em busca de alinhamentos teórico-metodológicos, em 1976, surge o manifesto de propostas para pesquisas humanistas em geografia. No início das discussões dos paradigmas, Yi-Fu Tuan lança, como possíveis temas de interesse para os estudos humanistas, o lugar, a religião, o conhecimento geográfico, o modo de vida e economia. Em 1981, Relph, preocupado com a criação de um paradigma humanista, lança quatro possibilidades de temas amplos e diversificados, a saber: a crítica dos significados e valores a partir da fenomenologia, uma busca por laços geográficos e seus métodos a partir das humanidades; aproximação entre Geografia Humanista, Ciência Social e derivações das abordagens histórica e Cultural. (FEITOSA, Márcia, 2018).

Nesse cenário de construção e implantação, a frente humanista ganha adesão de vários geógrafos de todo mundo; os acervos de publicações dessa temática crescem e enriquecem os estudos das unidades espaciais com uma abordagem fenomenológica. No que concerne à denominação e à identidade do campo disciplinar, enquanto Geografia Humanista Cultural, Feitosa, Márcia (2017, p. 28) explica que:

[...] em nenhum momento, a Geografia Humanista procurou se afastar da Geografia Cultural, tanto que, em 1989, Tuan demonstra que grande parte dos temas do humanismo havia sido absorvido pelo contexto geográfico, o que promoveu uma nova identidade a esse campo disciplinar: a Geografia Humanista Cultural, com uma mundividência de temas a serem trazidos à baila sob o viés do método fenomenológico.

Em se tratando da realidade brasileira, Holzer (2016) afirma que, após a década de 1970 e pouco depois da adesão norte-americana, os estudos dessa corrente humanista da Geografia ganharam espaço no território nacional e abriram caminhos para estudos na linha de percepção do meio ambiente. Nesse período, a professora (UNESP) de Rio Claro, Livia de Oliveira, traduziu os livros do geógrafo Yi-Fu Tuan, tornando-se pioneira nos estudos de percepção geográfica e dando importante contribuição para os estudos humanistas culturais da Geografia no Brasil.

Os geógrafos humanistas brasileiros, mergulhados na *Geograficidade*, enveredaram por diversas possibilidades de temas e pesquisas. Grupos de Pesquisa foram implantados e têm proporcionado trocas de conhecimento, ampliando as leituras e publicações sobre a temática. Nesse cenário se destaca a abrangência do Grupo de Pesquisa Geografia Humanista Cultural GHUM (UFF/CNPq), criado em 2008 e que reúne pesquisadores humanistas de todo o país e de várias instituições: “Esse é o primeiro esforço sistemático e abrangente de reunir os pesquisadores que se identificam especificamente com o movimento humanista no país, por isso, até a sua constituição, a pesquisa desse campo era feita de forma não articulada em seu conjunto” (MARANDOLA JR., 2016, p. 10). O GHUM ampliou sua ação para criação do periódico *Geograficidade*, que reúne produções de geógrafos humanistas, objetivando ampliar as discussões dedicadas à temática, que enriquecem as pesquisas de estudiosos que percorrem por esses caminhos.

Percebem-se, nos artigos e demais produções da revista *Geograficidade*, quantidades expressivas de textos com viés interdisciplinar e parcela importante de produções dedicadas aos estudos referentes à leitura do espaço na literatura, onde a paisagem e o lugar são analisados pelo olhar humanista e estudado através da observação do comportamento e sentimento humanos frente às circunstâncias espaciais, presentes na ficção.

Por meio desse arcabouço teórico, vislumbra-se possibilidades de análise geográfica em outros saberes, especialmente na arte, contudo, faz-se necessário aprofundar conhecimentos sobre sentimentos da relação entre o homem e a terra. No terceiro capítulo, foi realizada uma abordagem minuciosa sobre a origem das conceituações dos sentimentos que são a base para entendimento da paisagem percebida na narrativa da obra analisada.

3 PAISAGEM E LUGAR À LUZ DA GEOGRAFIA HUMANISTA CULTURAL

Ao longo do trabalho, foram apontadas as construções conceituais do espaço, paisagem e do lugar na trajetória do pensamento geográfico, especialmente nas abordagens das escolas alemã, francesa e norte americana. Em uma visão mais recente, a Geografia Crítica e sua leitura marxista da realidade também imprime conceitos importantes desses elementos, muito embora, distintos do que foi representado pela veia cultural e humanista. Conforme abordado no primeiro capítulo, a visão marxista do espaço é voltada para fortalecer os estudos sobre desenvolvimento do capitalismo. A percepção é elemento importante nas análises, porém se distingue da percepção humanista e se constitui uma convenção, como o homem percebe e concebe a realidade social que o envolve.

3.1 A Paisagem humanista

A exemplo, Milton Santos (1997, p. 37) entende que “a paisagem nada tem de fixo, de imóvel. Cada vez que a sociedade passa por processo de mudança, a economia, as relações sociais e políticas também mudam, em ritmos e intensidades variados”. Nessa seara, a paisagem é vista quase sempre como produto das relações sociais embaladas pelos interesses econômicos.

Mas é nos fundamentos humanistas que a paisagem ganha valor mais particular. Segundo Besse (2014), na visão humanista fenomenológica a paisagem é compreendida como representação de valor simbólico, “uma dimensão do discurso e da vida humana”, um “paisageamento” advindo do processo contínuo de intenção e de ações humanas passíveis de análise por método iconológico. Em Éric Dardel, paisagem ganha aspectos que impulsionam caminhos para observações das condições humanas, “a paisagem é a geografia compreendida como o que está em torno do homem, como ambiente terrestre” (DARDEL, 2015, p. 30).

Para se chegar a esse entendimento holístico da paisagem percebida de Dardel e seus sentidos, sentimentos advindos da relação entre o homem e o meio, faz-se necessário contextualizar unidades como espaço e lugar, a terra, o mundo e o *habitat*, nas concepções do autor, pois o sentido da paisagem assume aqui o resultado do contexto espacial amplo e dinâmico. Conforme já referenciado, Éric Dardel se edifica nas concepções fenomenológicas espaciais de Merleau-Ponty (1999) e Martin Heidegger (2009) Nessa perspectiva, Besse (2015, p. 115) traduz o pensamento dardelino de espaço como algo de difícil compreensão se não pensarmos numa reflexão sobre o ser-no-mundo. O **mundo**, nessa abordagem, “é antes o mundo da existência, antes de ser aquele que acedemos pela operação representativa do conhecimento”. A Geografia, dessa forma, reconhece uma fenomenologia do espaço, um espaço humano que

“nos coloca no espaço em nossa direção, em espaço que se dá e que responde, espaço generoso e aberto diante de nós” (DARDEL, 2015, p. 26).

Sobre o **espaço** geográfico de Dardel, aquele construído de espaços diferenciados, com significados e singularidades em seus aspectos, é trabalhado na sua obra (2015), ampliando o olhar para além das especificidades e limitações geométricas. São observados os significados que cada espaço tem para a humanidade e para o indivíduo, fundamentado em relatos de experiências e observações do comportamento humano, frente às circunstâncias espaciais.

É nessa seara que os sentimentos relativos ao envolvimento entre o homem e o meio ganha base para contextualizar os significados do espaço para o sujeito em particular, pois Dardel (2015) trabalha esses espaços, não obrigatoriamente associados às localizações e definições geométricas e, por isso, são importantes elementos para entender os emoções que podem provocar. A exemplo, o espaço aquático, muito bem trabalhado em suas especificações, possui elementos que podem remeter a aspectos negativos advindos de experiências inquietantes. O mar, em meio a tempestade e seus obstáculos originários, pode ser assim traduzido:

A tempestade revela brutalmente o seu desejo de tragar [...] eram ruídos insanos; ninguém poderia prevê-los; eram tons discordantes, tão agudos eram os assovios [...] que se tapava as orelhas. “Contra o homem, acima do homem, força hostil e superior, o mar em fúria faz as vezes pensar que uma potência sem alma surge das entranhas do mundo. (DARDEL, 2015, p. 21).

O mesmo espaço aquático pode ser representado por outra perspectiva, imprimindo sentimentos e/ou concepções opostas ao que foi relatado anteriormente, com ênfase na observação dos sentimentos atinentes a relação homem/meio que acompanham a variante ora explicitada.

Dardel (2015, p. 21) assim descreve essa perspectiva:

Ele (o mar) banha a costa, a carícia de suas vagas morrendo na praia, arrefece o clima. Chamado para o frescor e a natação. “Eu jamais pude estar próximo à água”, confessa Swinburne, “sem desejar estar na água. [...] Ele é cruzado sobre a piroga ou no vaso de guerra; ele une os povos e os continentes. Ele é o que se confia a potência marítima dos deuses, dos holandeses e dos ingleses.

O relativismo aqui apontado também acompanha a ideia subjetiva de distância. Para Eric Dardel (2015, p. 10), o afastamento de um lugar depende dos obstáculos naturais e humanos a serem superados:

O afastamento não depende diretamente da distância efetiva: tal localidade situada a três quilômetros é de fato mais afastada num pendente elevado na montanha, que outra situada a cinco quilômetros, mas no vale. O afastamento real, o que é geograficamente válido, depende dos obstáculos a serem vencidos, do grau de facilidade que o homem coloca um lugar ao seu alcance. Nos ocorre mesmo de sermos obrigados a tomar distância, a recuar para colocar um cimo montanhoso ao alcance da nossa vista ou para fazer uma fotografia aérea.

O sentido do espaço, então, vem expressar o real significado que ele tem para o sujeito, a partir do que foi qualificado enquanto espaço explorado e corresponde à espacialidade da existência humana (BESSE, 2015)

No que concerne à compreensão sobre o **lugar** e as emoções que provem da vivência nele, na geografia fenomenológica de Dardel, faz-se necessário uma triagem dos sentidos de mundo vivido, de Heidegger, e as conclusões sobre a magnitude dardeliana do elemento terra, pois o francês não dedica um capítulo ou item específico para tratar a categoria espacial lugar. Então, é preciso recorrer à compreensão de lugar como a construção de todas as relações temporais e espaciais do ser-no-mundo, pois, é a partir dessa nomenclatura de Heidegger, que Dardel constrói o sentido de lugar. “O lugar é compreendido pelo geógrafo porque ele faz parte de suas possibilidades e existências, porque no fundo ele desvela uma possibilidade de ser no mundo, com o qual o geógrafo se comunica ‘lateralmente’” (BESSE, 2015, p. 133).

Quanto à magnitude dada ao elemento **Terra**, o geógrafo a descreve não como matéria-prima ou um planeta, nem um corpo móvel que percorre espaço vazio infinito, como pensa o astrônomo. Para Dardel (2015, p. 43), a terra é o solo fundamental, o homem e a terra estão intimamente conectados e se entendem de imediato. “O homem procura a terra, ele a espera e a chama com todo seu ser. Antes mesmo de tê-la encontrado, ele vai adiante dela e a reconhece”. Segundo o autor, a terra é para o homem aquilo que surge no ser, onde ele ergue todas as suas obras, de onde extrai todas as condições e fontes de energia para a construção do habitar, do cultivar, é o plano onde vivencia o seu triunfo e penar.

Antes de qualquer escolha, a terra é o lugar onde ocorre a fundação de nossa existência terrestre e onde estabiliza a existência humana. É o mundo vivido do homem só é a partir da Terra, a partir da qual ele constrói e arquiteta (DARDEL, 2015).

Sobre o elemento Terra, nessa seara, Para Holzer (2010, p. 06) descreve:

Este dinamismo de nossa relação com a Terra se expressa a partir dos eventos que ocorrem no espaço concreto, a experiência da realidade-acontecimento, próxima da linguagem cotidiana, do vernacular que determina a localização de um elemento geográfico como resultado destas relações recíprocas entre lugares-acontecimentos.

Habitar, então, é a condição inerente ao existir que reverbera na construção humanista de se pensar a terra. Essa relação entre o homem e a terra, pensada antes de preocupação

científica como redução fenomenológica, a *Geograficidade* é sobretudo o envolvimento entre o homem e a terra, “representado pelo amor ao solo natal ou pela vontade intrépida de correr o mundo” (NABOZNY, 2012, p. 59).

Desse caminhar epistemológico que perpassa pelos elementos mundo, espaço, lugar e terra, Dardel chega ao entendimento sobre a representatividade da paisagem defendendo como unidade que se constrói em torno dessa totalidade Homem-Terra-Habitar. É convergência resultante da impressão de todos os elementos geográficos; ela é composta por todos os subsídios que estão ladeando o homem e dão suporte às suas ligações existenciais com a terra e “é através da paisagem que o homem toma consciência do fato de que habita na terra” (BESSE, 2015, p. 119).

Mais que uma sobreposição da estética, ela é o mundo vivido e, assim, cada paisagem tem seus significados próprios, possui similaridades, porém acepções distintas atribuídas pelo homem por meio das experiências próprias, tornando-a singular em suas interpretações e percepções. É uma possibilidade interminável de interpretações, horizonte flexível em constante construção.

Por fim, Dardel (2015, p. 31) acrescenta:

A paisagem se unifica em torno de uma totalidade efetiva dominante, perfeitamente válida ainda que refratária a toda redução puramente científica. Ela coloca em questão a totalidade do ser humano, sua Geograficidade original: a terra como lugar, base e meio de sua realização.

Para Serpa (2019, p. 25) essa redução fenomenológica guiada por Eric Dardel desvela uma paisagem para além da relação entre sujeitos e objetos, mas “sobretudo uma relação entre sujeitos que intersubjetivamente relacionam objetos, constituindo paisagens como universais”. É uma paisagem que pode ser percebida, vivida, resultando em sentimentos de amor, desamor, considerando os fatos e maneira (inclusive compartilhada) como são filtradas pelas emoções. Nessa esteira, para analisar a paisagem na Literatura, considerando os sentidos atribuídos pelo narrador e/ou personagens, é preciso entender a afetividade que o ser nutre pela terra, pelo lugar onde habitar, pelo sentido de esse habitar, observando a totalidade do indivíduo que percebe, o seu mundo vivido.

3.2. O significado do Lugar

Percebe-se, com clareza, que o interesse pelo estudo do lugar tem se destacado nas pesquisas de diversas áreas de conhecimento, como Arquitetura, Psicologia, Biologia e outras. A Geografia, como centro desse debate, não pode deixar de ampliar seu horizonte e pensar o

significado do lugar sob vários prismas. Como resultado, a unidade espacial tem sido alvo de pesquisa em várias correntes geográficas. Harvey (2006), representante da veia do materialismo histórico-geográfico, dá ao lugar enfoque estritamente sociológico: lugares fazem parte de uma teia construída por fatores externos que reforçam sempre a sobrevivência do capitalismo “onde o excesso de capitais super acumulados podem mais facilmente ser absorvidos, criando novos mercados e novas oportunidades de investimentos rentáveis” (HARVEY, 2006, p. 118).

Assim como a paisagem, para que se possa conciliar os estudos da emoções relativas aos lugares na Literatura, centrados nos significados, deve-se recorrer também ao viés humanista, apoiado em análises que se coadunam nas concepções de lugar enquanto *lócus* do sujeito que o constrói e que constitui a si mesmo ao se relacionar afetivamente com o ambiente, apoiado nas construções intelectuais de mundo vivido. O pensar ontológico busca nos estudos sobre lugar respostas aos problemas sociais, às angústias e demais intempéries das condições humanas, pois “é no lugar que os problemas nos atingem de forma mais dolorida e é também nele que podemos nos fortalecer” (MARANDOLA JR., 2014, p. 02). Destarte, essa postura fenomenológica geográfica nunca foi tão necessária para alcançar respostas aos problemas da contemporaneidade; os valores humanistas nunca foram tão imprescindíveis frente ao mundo nocivo e de desumanidade.

Marandola Jr. (2014) aponta como pioneiro dessa discussão na geografia Armando Correa da Silva que, em seu livro *O Espaço Fora do Lugar* (1978), reuniu reflexões sobre a fragmentação do saber, as fragilidades das humanidades em encontrar meios para discutir a dimensão espacial de forma holística. Na obra, o geógrafo manifesta especial atenção às particularidades do lugar, abordado a sua singularidade e universalidade e o lança como possibilidade para estudo contextualizado em geografia. Para Marandola Jr (2014), Armando Silva percebia o lugar como uma fonte de compreensões ao pensar as relações entre os lugares e entre as pessoas com e nos lugares, sempre atentando para especificidades locais. No entanto, para autor (2014), é nas concepções de Edward Relph e de Yi-Fu Tuan que a geografia humanista ganha expoente para a renovação dos conceitos de lugar nos moldes da percepção.

Edward Relph, em seu livro *The Phenomenon of Place* (1973), resultado da tese defendida em 1973, mostra influências do pensamento humanista de Eric Dardel, alinhados aos preceitos de Heidegger. Na supracitada obra, o geógrafo se dedica à tarefa de diferenciar as experiências de espaço e de lugar, dando ênfase ao espaço experiencial, expressão utilizada na obra *Place and Placelessness* (1980), que evidencia os estudos atinentes aos significados atribuídos ao espaço. A nomenclatura “espaço vivido” é a mais importante para se compreender

a visão fenomenológica defendida por Relph, conceituada por Ferreira (2000, p. 42) como “estrutura íntima do espaço, intersubjetivo repleto de experiências concretas de mundo que provem dos lugares existenciais de nossa experiência”. Nessa esteira de pensar o lugar, para (HOLZER, 2014, p. 43) “seria um modo particular de relacionar as várias experiências do espaço. Particular porque os lugares são singularizados ao atrair e ao concentrar nossas intenções”.

No texto *Reflexões sobre a Emergência, Aspecto e Essência do Lugar* (2014), Edward Relph aponta múltiplas correntes que servem de sustentáculo para se pensar o lugar, temas que discorrem em uma série de aspectos sobre essa temática. O autor (2014) inicia a discussão apontando o tema “**Lugar como Reunião**”, e dessa maneira, condiciona o lugar à capacidade de reunir determinados elementos constitutivos do espaço. A saber, reunião para Relph (2014, p. 29), “reúne a fisionomia de lugar, atividades econômicas e sociais, história local e seus significados. Em sentido psicológico, reunião integra nosso corpo, o estado do nosso bem-estar, a imaginação, o envolvimento com o outro e nossas experiências ambientais”.

Relph (2014, p. 22) ratifica que “qualquer parte sem nome que não reúna não é um lugar. Lugar (em oposição a um lugar) tem em si conceito de especificidade e abertura, que acontece em virtude da reunião”. Quando um espaço não promove a reunião ou sempre que a aptidão em promover a reunião for fraca, não temos o lugar nos termos positivos.

Os temas *Localização e Fisionomia* também são elementos apontados pelo autor nas discussões acerca do lugar. A fisionomia traduz ainda pensamento conservador, porém os princípios básicos da localização ultrapassam as barreiras cartográficas, sendo possível vislumbrar lugares em várias escalas, na mídia e nos espaços virtuais, por exemplo. Quando Relph aponta o tema “O Espírito do Lugar”, enfatiza a ideia de que deriva da crença de ocupação territorial por deuses ou espíritos que deixam características próprias sobrenaturais nos lugares, reforçadas por cerimônias religiosas, lugares simbólicos em decorrência de valores e crenças. “Todos os lugares possuem uma fisionomia própria (a fisionomia do lugar), mas o espírito de lugar é associado apenas a lugares excepcionais” (RELPH, 2014, p. 23). Ferreira (2002, p. 47) cita que apesar de óbvio em nossa sociedade, o espírito do lugar “se mantém mesmo através da mudança, é sutil e nebuloso e não facilmente analisável em termos formais e conceituais”.

É no tema *lugar sem lugaridade e não lugar* que se concentra os estudos de Relph sobre as emoções advindas da relação com o lugar, esses elementos são considerados os tópicos de maior representatividade nos estudos do autor, considerando essa abordagem em suas

diversas produções teóricas e por tratar de elementos diretamente ligados às experiências humanas com os lugares e, portanto, a expressão maior do estudo humanista. Para se fazer compreender sobre o conceito de lugaridade, o autor recorre ao tema de reunião, anteriormente trabalhado, pois “sempre que a capacidade do lugar de promover reunião for fraca ou inexistente temos não lugares ou lugares sem lugaridade (RELPH, 2014, p. 25). Dessa forma, o geógrafo convida a pensar o lugar tanto pela presença quanto ausência, pois a falta dos elementos constitutivos da reunião também considera o lugar, classificando-o de forma não positiva, um lugar sem lugaridade.

Os conceitos de lugaridade e sem lugaridade partem das experiências e dos sentimentos relativos à troca entre o homem e o meio, portanto subjetivos e particulares. As identidades do lugar não são rotuladas e não estão estabelecidas, pois qualquer local pode ter significado de lugar ou lugar sem lugaridade, num equilíbrio entre a uniformidade estabelecida pelos aspectos gerais do lugar e as particularidades da experiência.

O não-lugar é observado em ambientes construídos, planejados e padronizados, como aeroportos, supermercados, locais públicos de grande fluxo, impostos na paisagem e, por si só, elementos da “**deslugaridade**”. Lugares que não remetem pertencimento e sentimentos e não refletem hábitos e costumes da população residente (RELPH, 2014). É válido lembrar que a expressão *não lugar* é bastante recorrente na fala do antropólogo francês Marc Augé (1994), que compreende a categoria espacial de forma muito similar aos preceitos da geografia humanista, pois, para o antropólogo, o lugar é o espaço vivido, o cotidiano repleto de afetividade, implementado com uma definição antropológica que apresenta características identitárias, relacionais e históricas. O não lugar, para Augé (2014), são espaços criados para consumo do homem, são lugares construídos e planejados para atender às necessidades de locomoção e demais serviços da vida moderna, como exemplo, rodoviárias, bancos e aeroportos.

Os temas *Raízes e Enraizamento*, de Relph, foram pensados a partir das discussões sobre o pertencimento ligados à imobilidade, barreira que foi reconsiderada pela teoria rizomática, cuja linha de pensamento sugere significado para raízes que supere a ideia de localização única, possibilitando a existência de várias raízes para o sujeito em vários locais diferentes, porém conectados. “Essa é uma ideia que oferece grandes possibilidades para compreensão da transitoriedade e do transnacionalismo que agora parece permear a experiência de lugar para muitos de nós” (RELPH, 2014, p. 24). O tema *raiz e enraizamento* funciona como peça-chave para que Relph (2014) inicie a sua discussão sobre os tópicos interioridade e lar,

que são elementos inerentes ao lugar em sua forma mais intensa. Para o geógrafo (2014), o **lar** é onde as raízes são mais profundas e resistentes, de caráter profundamente familiar, onde as relações são mais próximas, onde se conhece e se é conhecido pelos outros, o onde se pertence, trata-se do ambiente particular e todas as outras experiências de lugar tomam como referência o lar, o lar é a essência do lugar, “insubstituível centro de significações”.

O geógrafo humanista ainda se dispõe por fazer breves ponderações acerca das críticas de geógrafos marxistas à ideia de lugares enquanto *nós*, onde os sujeitos e os grupos possuem raízes e encontram nos lares abrigos e segurança. As ponderações têm como representantes os geógrafos da corrente crítica fundada no materialismo histórico-dialético, representada por David Harvey e Doreen Massey e, no Brasil, pelas concepções de Milton Santos. Esses teóricos são influenciados pelos estudos da globalização e sua conseqüente fragmentação dos espaços e, diante de uma leitura embasada nas relações estabelecidas entre o global cada vez mais homogêneo e o local fragilizado, consideram a visão humanista e fenomenológica de lugar provinciana e sentimental, de concepção estreita e limitada, desconexas da realidade global.

Lugar, para Harvey, é uma construção social e deve ser compreendido por meio da análise espaço-temporal e ambiental, numa contraposição ao sentido de habitar, de viés fenomenológico, especialmente defendido por Heidegger (FERREIRA, 2002). Sobre essa crítica, Relph (2014) reconhece que os parâmetros para a construção do pensamento de habitar utilizados por Heidegger são espelhos de um olhar tradicional, estritamente delimitados, enraizados nas vivências europeias, como cabanas camponesas e templos gregos que representam espaços privilegiados e segregados. Nessa perspectiva, o lugar e o envolvimento com o lugar são vistos de forma aversiva pelos geógrafos não humanistas.

Essa concepção dos geógrafos marxistas é o que Relph denomina *sentido envenenado de lugar* que se baseia no enraizamento e na convicção de que o lugar é o *meu* lar, que pode vir a representar uma visão preconceituosa e excludente que “na sua forma mais extrema é revelado pela limpeza étnica e pelo deslocamento compulsório daqueles que são considerados estranhos, apenas porque são diferentes de alguma forma” (RELPH, 2014, p. 26). O autor defende que esse entendimento surge porque o lugar, nessa ilação, é sempre considerado como algo bom, um local que simboliza benevolência, porém o geógrafo ratifica que lugar pode ser compreendido também como algo representado por fatos ruins, lugares-sem-lugaridade, nos termos do autor.

Outra observação de Relph é no que concerne à preocupação quanto ao tratamento superficial dado ao lugar no progresso tecnológico, quando enfatiza que é importante manter

uma atitude crítica e reflexiva sobre as várias formas de ameaça ao lugar, representadas por pensamentos reducionistas ou distorcidos que tratam o mundo e seus lugares como meios de exploração e experiências comerciais. Os estudos sobre a importância do lugar necessitam estar continuamente resistentes para serem renovados e reforçados, “como o caráter dos desafios e das tecnologias muda, as formas de pensar lugar e habitar também precisam mudar” (RELPH, 2014, p. 31).

Relph (2014) conclui essa discussão, ressaltando a necessidade de se analisar todas as ponderações e críticas ao estudo do lugar nos moldes fenomenológicos e reconhecer as fragilidades é ponto prioritário para os avanços dos estudos e suas múltiplas formas de analisar a condição humana.

Se os geógrafos estão desempenhando um papel crucial nessa tarefa, será necessário que mantenham um entendimento ponderado e crítico, um entendimento que admita fraquezas e susceptibilidade à exploração, ao mesmo tempo que promova a força as possibilidades do lugar. (RELPH, 2014, p. 32).

As potencialidades geográficas do estudo de lugar nos moldes humanistas e a urgência para se pensá-lo como fonte de compreensão dos fatos espaciais são temas trabalhados no texto *Boletim de Fenomenologia sobre um sentido pragmático de lugar*, publicado por Relph no ano 2009. No texto, o autor aborda questões ligadas ao planejamento urbano e conflitos étnicos provenientes de migrações. Para compreender as consequências sociais, tensões culturais advindas dos deslocamentos humanos e do modo de vida citadino, o autor entende que se faz necessário estudar o senso do habitar e o sentido de lugar para que, em meio às mudanças globais, possa o geógrafo encontrar fundamentos para compreender essas alterações de forma política e humana, bem como tentar vislumbrar formas de equilíbrio entre a preservação dos espaços, das identidades, do lar e da comunidade, elementos constantemente atacados pelo sistema econômico global.

Percebe-se, então, que Relph (2009) trabalha o lugar dando primazia às condições humanas, chamando atenção para a necessária revisão constante dos conceitos, de maneira a implementar o conhecimento geográfico tornando-o holístico e preocupado com as particularidades dos sujeitos em suas variáveis circunstâncias. Dessa maneira constrói conceitos da ligação entre o homem e o lugar que são a base para o pensar condição humana no meio.

Para estudar as emoções atinentes lugar, faz-se necessário ainda recorrer aos escritos de Yi-Fu Tuan, em que o autor explana a sua concepção de espaço, a partir da relação homem/meio que só pode ser entendida por meio da observação dos sentidos, experiências e atitudes. Essa trilogia é explorada no livro já mencionado *Topofilia: o estudo da percepção atitudes e valores do meio ambiente* (2012), que aborda as experiências humanas em ambientes diversos,

considerando as particularidades biológicas e sensoriais dos sujeitos e a capacidade de interagir com o espaço em múltiplas circunstâncias.

Na obra, a discussão é gerida e alinhada de forma bem detalhista e bastante exemplificada, considerando o sujeito em suas múltiplas diferenciações físicas, biológicas, incluindo sexo, faixa etária, estrutura emocional, sem deixar de considerar as diversidades ambientais, constantes nos espaços habitados. Para Tuan (2012), somente assim pode-se vislumbrar resultados coerentes de uma pesquisa baseada na observação e perceber a íntima relação entre homem e *meio*. Considere-se aqui expressiva manifestação fenomenológica nos estudos geográficos, visto que nas explicações de Yi-Fu Tuan, percebem-se longos espaços destinados à investigação dos sentidos e dos significados existentes no habitar humano.

Os sentidos, experiências e atitudes estudados de maneira entrelaçada se configuram importantes elementos para análise do eu, pois “muito do que se percebe por meio dos sentidos tem valor para homem para a sobrevivência biológica, e para satisfações enraizadas na cultura” (TUAN, 2012, p. 18), abalizando ser a partir da percepção que o sujeito se posiciona frente às intempéries ambientais e *exibe atitude* frente às circunstâncias e esse jogo implica em *experiências* que reverberam na sua *visão de mundo*.

Para Tuan (2012, p. 19), visão de mundo:

é a experiência conceitualizada Ela parcialmente pessoal, em grande parte social. Ela é uma atitude ou um sistema de crenças, a palavra *sistema* implica que as atitudes e crenças estão estruturadas, por mais arbitrários que as ligações possam parecer sob uma perspectiva impessoal (objetiva).

Segundo Holzer (2015, p. 152), o mundo para Tuan “é um campo de relações estruturado a partir da polaridade entre o eu e o outro, ele é o reino onde nossa história ocorre, onde encontramos as coisas, os outros e a nós mesmos”. Assim sendo, a visão de mundo pode ser considerada liame entre os valores sociais e individuais, que envolve ainda e percepção de símbolos culturais que reverberam na forma como o indivíduo se vê no mundo e, assim, manifesta atitudes frente ao ambiente. Esse arranjo, apesar de não explicitado na obra, se aproxima das convicções fenomenológicas de mundo vivido, apontada por filósofos supracitados no presente estudo.

Por meio dessa consciência das inter-relações entre percepção e experiências é que Tuan (2016) chega ao conceito de lugar como espaço que, a partir dos sentidos, da pausa e da vivência, é capaz de imprimir significados e agregar valores. Dessa forma, pode-se compreender os conceitos humanistas por um espaço vivido, onde o sujeito pode sentir o espaço e lugar em suas múltiplas faces, através da experiência.

No livro *Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência* (2013), o ponto inicial da discussão está centrado nessa necessária diferenciação entre as unidades espaço e lugar. A obra acompanha a estratégia metodológica exemplificativa do livro *Topofilia* (2012), detalhista e fenomenologicamente alicerçada e dá continuidade à busca por repostas humanistas que venham clarificar situações e sentimentos advindos da relação homem/lugar com base na experiência.

Tuan (2013) atenta para a conveniência de se analisar espaço e lugar em conjunto, com o propósito de fazer compreender o espaço, principalmente pela ausência de elementos constituintes do lugar. O autor (2013) entende espaço como local onde o sujeito, por falta de uma vivência adequada para construção de vínculos, não vislumbra significados. O lugar é pausa, pausa para que se construam no espaço experiências necessárias para edificação de vínculos, enraizamento, pertencimentos e segurança. O homem está ligado ao lugar que pode ser a sua casa, o bairro, a velha cidade ou a pátria. Lugar é o espaço vivido, e a experiência, portanto, é o elemento pulsante para se diferenciar espaço de lugar.

Assim como Edward Relph e seus preceitos sobre lugaridade e não lugaridade, que representam indicadores positivos e negativos atribuídos aos lugares, Yi-Fu Tuan (2013) também trabalha anseios antagônicos provenientes das experiências. **Espaciosidade e Apinhamento** são sentimentos que sinalizam os conceitos dos lugares atribuídos pelas pessoas em suas variantes de mundos vividos.

Nos termos de Tuan (2013, p. 70):

Espaciosidade está intimamente associada com a sensação de estar livre, Liberdade implica espaço, significa ter poder e espaço suficiente em que atuar. [...] O fundamental é a capacidade para transcender a condição presente, a forma mais simples em que essa transcendência se manifesta é o poder básico de locomover.

Sentir-se livre no ambiente, manter uma relação harmoniosa com ele é estar imbuído de espaciosidade, mais que isso, é se sentir parte do lugar, conhecer e perceber o local em suas potencialidades e fragilidades e, ainda assim, transitar com segurança. Essa ligação salutar é o que Tuan (2012) traduz como relação topofílica entre o homem e o meio ambiente, é a maior expressão de afinidade e afetividade entre o indivíduo e seu lugar. “**Topofilia** é o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico. Difuso como conceito, vivido e concreto como experiência pessoal” (TUAN, 2012, p. 19).

Em oposição à espaciosidade, o apinhamento se constitui sentimento atribuído às experiências em lugares geralmente limitados que reverberam em desejos frustrados. Todavia, lugares apinhados ou densamente povoados não necessariamente indicam apinhamento. Assim como a espaciosidade, o que define apinhamento são as condições de vida dentro do ambiente

e as relações mantidas nos espaços, pois “são basicamente as pessoas que nos apinham; elas, mais do que as coisas, podem restringir liberdade e nos privar de espaço” (TUAN, 2013, p. 78).

Em oposição ao envolvimento topofílico, Yi-Fu Tuan aponta a existência de relações **topofóbicas** que representam a aversão a um determinado ambiente. Uma relação topofóbica gera sentimentos negativos, rejeição ao espaço. Assim como topofilia é a maior expressão de elo entre o homem e o meio, a topofobia assume o sentido oposto dessa relação em seu teor mais aversivo. No livro *Paisagens do Medo* (2005), Tuan elenca várias situações topofóbicas às quais foram submetidos os seres humanos, situações que geram humilhações e medo, são estudos sobre as condições carcerárias, os manicômios, espaços onde prevalece o desejo de *não estar*, onde as possibilidades para sentimento de lugaridade e espaciosidade são quase nulas.

É importante frisar que, assim como foi apontado nos estudos de *lugaridade e não lugaridade*, de Relph, os lugares não podem ser rotulados enquanto locais de apinhamento ou espaciosidade, topofílicos ou topofóbicos, pois são sentimentos e, como tais, variam de acordo com as experiências e as individualidades dos sujeitos, como bem apontam Silva e Feitosa (2019, p. 05). “De acordo com as experiências individuais, um mesmo ambiente pode ser um lugar topofílico para uns, mas de sensação topofóbica para outros e, ainda, essas sensações podem se alterar de acordo com as circunstâncias que influenciam as vivências”.

Considerando os vieses evidenciados por Yi-Fu Tuan e Edward Relph, é possível compreender que os lugares são centro das manifestações humanas, são locais de socialização, palco de atitudes individuais, onde são construídas culturas e que podem gerar aversão ou afeto. Lugares podem ser criados e reconstruídos. O mesmo lugar pode transmitir sentimento de apinhamento e espaciosidade, permitindo ainda alterações das emoções, por meio da dinâmica múltipla das vivências. Os sujeitos podem avaliar os mesmos lugares de maneiras diversas e modificar os sentimentos pelo mesmo lugar em função de suas perspectivas e futuros. Essa transitoriedade, é válido ressaltar, é bastante recorrente na ficção e foi um ponto observado na obra montelliana foco de análise.

3.3 O diálogo com a Literatura

A atmosfera humanista cultural de compreender o espaço, as noções de lugar e totalidade da paisagem, embalada pelas disposições fenomenológicas que fundamentam os teóricos nos estudos da percepção, traz à Geografia possibilidades para interdisciplinar com a arte. Essa postura remete ao pensamento de Wright (1946, p. 9) nos seus conceitos de geosofia, que vislumbra o conhecimento geográfico para além das fronteiras disciplinares e busca analisar

a geografia sob prisma universal. Segundo o autor, “esse novo caminho deveria ser objeto de estudo de qualquer geógrafo. O conhecimento geográfico não está nos livros de geografia: está no mundo”.

Sobre a pesquisa interdisciplinar, Edgar Morin (2005) teórico com importantes estudos que versam sobre diálogo entre os saberes na linguagem do conhecimento científico, entende que só o pensamento complexo sobre a realidade pode disponibilizar um saber contextualizado. Esse modelo de contextualização do complexo busca a inseparabilidade entre o fenômeno e o contexto no qual está vinculado, além de analisar o universo mundial, caminhando para a articulação entre os saberes, promovendo o pensamento interdisciplinar. Trata-se de pensar a estrutura abstrata do real como base para sustentação ao conhecimento.

Destarte, o autor conclui que a estrutura fragmentada só contribui para o isolamento do objeto do seu meio, do seu contexto como um todo, “a inteligência parcelada, compartimentada, mecanicista, disjuntiva e reducionista rompe o complexo do mundo em fragmentos disjuntos, fraciona os problemas, separa o que está unido, torna unidimensional o multidimensional”. (2000, p. 43).

Fazenda (2002) alimenta o raciocínio de Edgar Morin (2005) em termos metodológicos e enfatiza que precisamos exercer métodos que proporcionem troca de conhecimento, abandonando o modelo único e fechado das disciplinas em busca de movimento de interação com diversas áreas de conhecimento, abrindo espaço para outras possibilidades de ensino que as demais disciplinas possam ofertar. Interdisciplinarmente envolvida com outra área de conhecimento, a geografia busca em outros campos unidade que possa contextualizar o saber, a compreensão espacial. Nos termos da autora, “a necessidade da interdisciplinaridade impõe-se não só como forma de compreender e modificar o mundo, como também por uma exigência interna das ciências que buscam o restabelecimento da unidade perdida do Saber” (FAZENDA, 2002, p. 49).

Ao submergir nos textos literários na compreensão das relações espaciais nas narrativas, a Geografia, em seu viés humanista cultural, analisa os símbolos culturais e humanos na paisagem, os sentimentos para com o espaço e as condições humanas contempladas no mundo vivido, no cotidiano dos personagens. Nos fundamentos de Guimarães (2018, p. 72):

Escrever sobre Geografia e Literatura é estabelecer conexões sobre a própria vida, interpretando e ressignificando paisagens vivenciadas no cotidiano, buscando a compreensão da integralidade e das complexidades destas experiências e relações existenciais que, na perspectiva geográfica deveriam, segundo Buttimer (1985, p. 167), se constituir em tentativas de “um esforço combinado para reconciliar coração e mente conhecimento e ação, em nossos mundos diários.”

A partir de então, abre-se caminho para possibilidades de análise da dinâmica espacial, da percepção da paisagem e da relação com o lugar na literatura. É válido lembrar que essa proposta só pode ser possível a partir de prisma que parta da intersubjetividade, ampliando o olhar científico para a observação das condições humanas apresentadas na trama literária; espaço dos sentimentos mais íntimos do ser, materializados em letras pelo escritor, pois “a literatura é uma realidade, algo que consolida relações várias, na forma de uma obra. A Literatura também é um processo segundo o qual a realidade se corporifica no processo da ficção” (BRANDÃO, 2013, p. 72).

Para Cavalcante (2019, p. 22), o liame entre a Geografia e Literatura deve ser entendido como uma forma de descrever o mundo, tornando-o inteligível, compreendido, “mesmo que para isso tal mundo precise ser reconstruído, (re) elaborado, (re)criado”. As duas áreas são motivadas, então, a pensar, imaginar as particularidades que envolvem a relação entre o homem e o mundo.

É imperioso ressaltar que a Literatura sempre esteve próxima da Geografia, em um equilíbrio entre o científico e a ficção; de fato, houve um tempo, sobretudo na Antiguidade e no Renascimento, em que a ligação entre os saberes geográficos, históricos e literários se construía quase de forma cogente. Segundo Lima (2000, p. 09), esse diálogo permaneceu ao longo dos anos e se tornou profícuo para a compreensão da paisagem e seu viés humanista.

O termo Geografia Literária passa a existir no início dos séculos XX, aplicada aos estudos que relacionavam as obras literárias aos seu lugar de origem, um regionalismo literário, mapeando os lugares em que o escritor viveu. A Geografia Literária, apesar do valor atribuído à Literatura não se constituiu como um campo de estudo, assumindo papel de documento que revela a paisagem e os lugares ainda não estudados. (CALVACANTE, 2019). Ainda que seja uma visão comparatista, essa abordagem foi considerada um marco da geografia vivida e passou a construir avanços epistemológicos na virada espacial e cultural, palco do pensamento humanista, quando o espaço passa a ser considerado como palco da construção social e das condições humanas. Assim, o diálogo entre a Geografia e Literatura passa a ser assimilado como “mais uma maneira de compreender a condição humana no mundo ou modo como o espaço é vivenciado, percebido, habitado, representado e imaginado” (CALVACANTE, 2019, p. 26).

A Geografia Literária compreende uma pluralidade de relações e temas entre a Geografia e Literatura no que elas podem revelar do espaço vivido, suas organizações fatos históricos, estruturas sociais, valores, ideologias e da própria *Geograficidade* que envolve as

emoções, a cumplicidade entre homem e o ambiente, na sua individualidade, afetividades e sentidos. A arte como recriadora de mundos que expressa em letras as condições sociais e suas particularidades

Dessa esteira, surgem abordagens no campo da Geografia que incentivam e respaldam a pesquisa interdisciplinar A Geocrítica, a exemplo, muito referida por geógrafos interessados pelo espaço na literatura, apoia-se nas representações e nos significados das categorias espaciais no texto literário. Trata-se “menos de estudar as referências que sustentam o texto e mais as imagens e significações produzidas por ele, conduzindo a uma valorização da relação e entre espaços reais e os imaginários, numa troca recíproca entre o mundo e a obra”. (CAVALCANTE, 2019, p. 27). As abordagens geográficas, através da Geografia Literária, reúnem ainda pesquisas do contexto espacial em que as obras são construídas (a geografia da literatura) ou busca identificar as referências geográficas a que se referem as obras (a geografia na literatura).

Nessa esteira interdisciplinar existe ainda a abordagem geopoética que nos termos de Cavalcante (2019, p. 28):

concentra-se nas relações entre a criação literária e o espaço, mas também na forma como eles são apresentados no texto (a espacialidade própria do texto). [...] uma geopoética implica um ponto de vista relacionado a uma nova atitude frente ao mundo, sob o plano intelectual, sensível e expressivo que dizem respeito aos fundamentos da própria existência do homem na terra

As abordagens da Geografia Literária devem descartar limites claros e definidos, tendo em vista a diversidade das obras literárias e as múltiplas maneiras como podem ser entendidas, o importante é desvelar nas pesquisas as enfoques geográficas dos autores e suas obras, traçar percursos, imaginar mapas e lugares “ em que a geografia e história se mesclam à geografia e à história de seus personagens (CAVALCANTE, 2019, p. 27). Mais ainda, pensar a interdisciplinaridade entre Geografia e Literatura não é apenas aproximar, de forma simplista, dois campos do conhecimento com visões de mundos díspares. A arte e a ciência possuem especificidades que deverão ser consideradas, respeitadas e é preciso fugir da armadilha hierárquica, pois inevitavelmente, esse tipo de análise positivista abreviaria o rico potencial dos dois campos envolvidos. Para Marandola Jr (2010, p. 122), “ler literalmente a Geografia ou ler cientificamente a literatura, numa transposição de discurso, produziria deformações e reduções, diminuindo assim a riqueza da sua interação e impermeabilidade”.

Para a Geografia Humanista, esse diálogo com a Literatura é uma possibilidade ímpar e necessária de compreender os significados e sentidos dos lugares, a lugaridade e os sentimentos topofóbicos e topofílicos, de apinhamento e espaciosidade, advindos da relação

entre homem e meio; conceitos que foram construídos pelos geógrafos humanistas em suas pesquisas sobre experiência humana no espaço, ou seja, o reconhecimento dos traços humanos na construção da análise espacial que não estão contemplados nos livros de geografia. A literatura e sua arte de apresentar as emoções revela o modo como o narrador e a personagem atribuem valor à paisagem; a literatura mostra, com proeminência e sensibilidade, as condições humanas em sua subjetividade.

Por meio dessas construções teóricas, pode-se inferir que o diálogo entre a Geografia Humanista Cultural e a Literatura proporciona análise contextualizada da experiência humana no espaço, ou seja, o espaço, para além das fronteiras cartográficas e físicas, analisado numa perspectiva humanista, é uma maneira de interpretar a relação entre o homem e o lugar, imbuída de valores e significados, uma forma de contextualizar o saber, nos termos de Edgar Morin.

Em Lima (2000), nos estudos sobre a região, essa aproximação entre a ciência e a arte também se revela importante aliada, na medida em que a ficção possibilita uma leitura da paisagem e seus valores regionais culturalmente significativos na trama e estimula leitura crítica e social das experiências vividas pelas personagens. As narrativas romanescas de enfoque regional mostram lugares ficcionais arraigados de manifestações simbólicas de um povo e essa abordagem motiva muito geógrafos a enveredar por esse gênero literário enraizados de anseios do homem sertanejo.

Da mesma forma, o olhar geográfico sobre a cidade na Literatura é uma oportunidade de observar as experiências vividas no mundo citadino da trama, um cenário de construção e desconstrução arquitetônica e de diversidade cultural. A Literatura permite perceber e ler a dimensão cultural da cidade para além dos traços que apontam a infraestrutura, condições ambientais e socioeconômicas constantes nas estatísticas advindas de estudos de campo e nos convida a ver o cenário urbano pelos olhos e sentidos dos personagens que nele habitam, se edificam, vivem angústia e prosperidade, sujeitos que, pela própria condição do habitat na cidade, são capazes de atribuir valores aos lugares e perceber a paisagem em sua forma mais íntima que não consta nos dados quantitativos das pesquisas aplicadas.

Os romances de Josué Montello são exemplos de obras literárias que representam, em suas narrativas, a cidade e sua mais complexa teia urbana: comportamentos, memórias, identidades e sentimentos e mostram, por meio da ficção, visões de mundo e traços de afetividade com a paisagem. Na obra *Janelas Fechadas* (1982), pode-se ver como destaque a paisagem de São Luís, o elo entre personagens e os lugares, os elementos da condição humana,

das manifestações populares, da religiosidade e das normas e conduta social preponderante, a geografia existencial, a Geograficidade e a historicidade, diálogo possível entre a ciência e a arte.

Dessa forma, pode-se inferir que é possível analisar a paisagem e o significado do lugar no romance montelliano e os próximos capítulos do presente estudo são dedicados à análise espacial na obra, por meio das concepções humanistas em Geografia, resultante da observação da percepção da paisagem na narrativa e das vivências dos personagens na trama, bem como do mundo vivido da personagem Benzinho.

4. O ROMANCE JANELAS FECHADAS

Na primeira sessão do presente capítulo, será trabalhada a produção literária do escritor Josué Montello, dando ênfase ao contexto da primeira metade do século XX, realçado pelo projeto literário que resgata e enaltece a identidade maranhense, com foco na produção cultural e em manifestações populares produzidos por sujeitos que assumem papel social divergente dos preceitos elitistas conservadores de São Luís do século XX. Para tanto, recorre-se à busca por pesquisas que tratam do referido plano literário, dos agrupamentos populares desvelados na ficção e por romances que revelam também esse intento literário. Fez-se necessário ainda, busca por publicações dedicadas às análises das obras montellianas, enfatizando àquelas que se debruçam na observação espacial.

Traça-se então uma análise da paisagem percebida pelo narrador que contempla não apenas o espaço físico, a infraestrutura colonial do centro da cidade e os indivíduos socialmente privilegiados, mas também as condições estruturais precárias da periferia e a vida daquele sujeito à margem dos serviços públicos, dos direitos elementares à saúde, educação e infraestrutura adequada de moradia e de transporte, e àqueles que não acompanham as condutas estabelecidas conservadora e patriarcal que induz a mulher ao papel secundário sem expressão política, obediente aos preceitos opressores que a excluem e massacram.

É importante frisar que a análise não pretende se apoiar na temporalidade dos fatos históricos, considerando que a última edição publicada reúne fatos e vivências da paisagem percebida nas décadas de 1940 e 1980, anos de publicação da primeira e da segunda edição, revisada pelo autor. A intenção é fazer uma análise do espaço experienciado, dando ênfase à relação existencial entre homem e a terra, entre o narrador e sua cidade, sua *Geograficidade*. Uma paisagem que, nos termos de Dardel (2015), gira em torno de uma tonalidade afetiva dominante, perfeitamente válida ainda que refratária a toda edição puramente científica.

A análise é fruto da observação de uma paisagem percebida na narrativa que mostra, cuidadosamente, as particularidades, suas subjetividades não apartadas do mundo, emergidas das experiências ao longo da existência. Nos termos de Serpa (2019), uma paisagem onde os sujeitos estão intersubjetivamente relacionados aos objetos, constituindo a paisagem universal, considerando os símbolos e valores culturais.

Em segundo plano, ainda tendo como base a percepção do narrador, será realizada abordagem sobre condições humanas na paisagem opressora percebida. Para tanto, buscou-se nos teóricos que tratam das questões sociais concepções sobre o drama humano, incluindo

sentimento de incestuoso, perspectivas do matrimônio e sentimento de exílio, a exiliência nos termos de Nouss (2019),

Esses aspectos das manifestações populares, condições sociais e o drama humano constantes na obra são elementos da paisagem provida da narrativa carregada de significados para com o espaço ludovicense. O autor de *Janelas Fechadas*, em sua criação, conta um pouco da identidade, dos desejos, das histórias que permite cortejar o real humano do maranhense (SANTOS, 2018). Essa tessitura possibilita caminhos para o estudo humanista na obra em análise, pesquisa que desvela como o sujeito vive e absolve a paisagem, os lugares e o mundo, uma espacialidade vivida, um mundo do qual o sujeito participa e interage pelo sentir. (GALVAO FILHO, 2019).

4.1 A Paisagem percebida no romance

A obra *Janelas Fechadas* é o romance de estreia de Josué Montello, escrito na cidade do Rio de Janeiro em 1938 e publicado em 1941. O romance foi bastante admirado pelos leitores e exaltado pela crítica. A obra faria parte de uma trilogia a se constituir com as obras *Sobrados* e *Cidade Iluminada*. Oliveira (2017). Na sua primeira versão publicada “tem logo sua primeira edição esgotada, vindo a ser relançado em 1982, totalmente reformado pelo autor, conservado, porem a tônica geral da narrativa em sua originalidade’. (Corrêa, 2015, 136).

O período da publicação do romance, no maranhão, é assim analisado por Corrêa (2015, p. 60):

[...] a década de 1940 é marcada pelo movimento que aspira reconquistar a importância literária do Maranhão, buscando novas publicações como as da época de outrora. É sobretudo, dos anos de 40 em diante (século XX) que o Maranhão volta a contar com um expressivo contingente de escritores de boa qualidade, logrando a resgatar parte de um antigo prestígio de que o Estado desfrutava de dias pretéritos.

A autora (2015) enfatiza ainda que a partir dessa importante década para literatura maranhense, pode-se observar, em primeiro plano, o viés de cunho regionalista e o ensaio social com abertura do eu à sociedade, à natureza. Diante desse cenário, Josué Montello publica *Janelas Fechadas*, uma narrativa que traz a trajetória de vida da jovem Maria de Lourdes, carinhosamente nomeada Benzinho, que aos dezessete anos se envolve com José Augusto, apresentado a ela na festa de aniversário de quinze anos da amiga da escola. Nessa mesma noite, Benzinho cede às investidas do cortês desconhecido e se entrega a ele, apoiada nas promessas de casamento que se concretizaria após falecimento de sua esposa, gravemente doente e desenganadas pelos médicos dos hospitais do Rio de Janeiro.

Meses se passam e, após constatar uma gravidez na condição civil de solteira, sem perspectiva de casamento diante do desaparecimento de José Augusto, a jovem é vítima do julgamento social e foi levada a abandonar seu bairro, sua casa localizada na Praça da Alegria, o seu lar e o convívio escolar do Colégio Santa Teresa. Sua família passou a viver em local afastado do centro da cidade, com rotina e com características estruturais e sociais bem distintas. Esse espaço, narrado na ficção de maneira preponderante, é a região do Anil, zona rural da cidade de São Luís, à época, alvo de interesses por empreendimentos industriais, sítio de unidades fabris que teve seu apogeu na década de 1890, quando da instalação da Companhia de Tecidos Fábrica Rio Anil.

Segundo Feitosa, Danilo (2016), o Anil foi construído especialmente para atender aos planos industriais ainda no séc. XIX. A implantação de unidades fabris e a instalação da linha de bonde contribuíram para o primeiro povoamento da área, associadas aos sítios e chácaras cujas belezas naturais atendiam ao lazer das elites da sociedade ludovicense. O contrato para estabelecer a linha de transporte público em São Luís, documento que fortaleceu o povoamento da área, foi aprovado em 1871 pela Lei Provincial 926, de 19 de maio e, no mesmo ano, foi organizada a Companhia de Ferro-Carris São Luís do Maranhão. Os serviços prestados pelo bonde, apesar das denúncias contra a precariedade na estrutura e desorganização durante os itinerários era um importante elo de comunicação entre o centro a região do Anil.

A implantação de unidades fabris também contribuiu para o projeto de criação de zonas suburbanas, distantes do perímetro do centro elitizado, na tentativa de estimular o comércio e a especulação imobiliária em bairros afastados, favorecendo o surgimento de periferias e uma série de questões sociais. (FEITOSA, Danilo, 2016).

Uma das mazelas foi o crescimento demográfico desordenado, pois com a implantação da fábrica, o número de acomodações residenciais para abrigar a nova população operária aumentou consideravelmente. Ainda segundo Feitosa, Danilo (2016), nas décadas de 1940 e 1950, o bairro possuiu mais de dez mil habitantes e, apesar da instalação da Fábrica Rio Anil, o estado não se mostrou sensibilizado com as fragilidades do lugar, representadas pela precariedade dos serviços públicos; havia apenas o necessário para um desenvolvimento da fábrica e para sobrevivência da população residente. Quanto à saúde, o atendimento médico era bastante precário, pois não havia hospitais e postos médicos no bairro, existindo somente uma farmácia que servia a população.

A narrativa do romance em tela, traz um espaço ficcional e um olhar sensível às condições precárias de saúde pública nessa zona periférica de São Luís. O personagem Dr. Crispim, médico que reside nas proximidades da casa família de Benzinho, é o único profissional de saúde da região, atendia a todos do Anil e possuía uma farmácia na qual se fabricava e comercializava os medicamentos, era o único socorro para os moradores da área, como observada na fala da personagem D. Binoca, mãe de Benzinho, preocupada com a situação de saúde da filha que se mostra resistente às consultas do Dr. Crispim, após um parto complexo:

Pelo amor de Deus não se oponha, olha que sua mãe não tem forças para criar sua filha. Pense nisso e ponha a birra de lado. Por que essa birra? O Dr Crispim é um doutor como os outros. Além disso, aqui no anil, **a quem que eu vou recorrer, fora dele não tem outro benzinho.** (MONTELLO, 1982, p. 168-169).

O médico Dr Crispim, muito procurado pelos moradores em consultas diárias na farmácia de sua propriedade, enquanto único profissional da região, pouco descansava, vivia a atender à população crescente no Anil, conforme salientado pelo narrador:

Depois de uma atribulada manhã no consultório da farmácia, atendendo aos clientes das fábricas que lhe pareciam adoecer com espantosa facilidade. Tivera de lancetar dois panarícios e fazer curativos numa unha encravada, além de por novas talas no braço quebrado. E até o Moisés Sacristão, que já tinha melhorado de suas dores nas costas, tornara a aparecer-lhe, com nova carta de Frei Hilário, queixando-se das mesmas dores, agravada por uma dor fininha que o impedia de respirar. (MONTELLO, 1982, p. 142).

Além dos serviços públicos de saúde, a narrativa desvela precariedade na infraestrutura das vias de acesso, a iluminação ainda recorria aos serviços do seu Torquato, o acendedor de lampiões que percorria as estradas de chão batido, antes do anoitecer, “antes que as sombras se fechem escondendo os trilhos do bonde, os postes ao longo das estradas, [...] a apoiar no poste do lampião a trave superior da escada, para depois subir devagar, já com a mecha pronta para iluminar o pavio no interior do bocal do vidro” (MONTELLO, 1982, p. 17).

No que tange aos serviços de educação, a obra não revela existência de escolas. Para a jovem Benzinho, nas suas circunstâncias, expulsa do colégio de freiras Santa Tereza por acusa da gravidez, dar continuidade aos estudos era impossível. Para Feitosa, Danilo (2016), no Anil havia apenas dois grupos escolares que ofereciam apenas o curso primário (séries iniciais). Existiam ainda dois educandários, com regime de internato, sobre a orientação das religiosas da igreja católica, voltados principalmente para os filhos sadios dos hansenianos.

Assim, consciente da sua situação e da falta de oportunidade no espaço do Anil, a personagem Benzinho recorria às leituras das revistas e jogos do almanaque de Bristol, revista

muito comum para leitores no final do século XIX até meados do século XX, de grande circulação em todo país com conteúdo que perpassam assuntos sobre saúde, educação sanitária, higiene e publicidade (CABRAL, 2019).

As fragilidades das paisagens percebidas pelo narrador ultrapassam esse olhar estético e nos presenteia com abordagens acerca das condições sociais na cidade. Os códigos de postura estabelecidos, a normatização e o controle da vida social, os elementos da condição humana vividos pelos personagens trazem importantes reflexões acerca da paisagem citadina na ficção. A escrita que revela costumes e formas de vidas de seu povo é uma característica própria de Montello “o cuidado em transcrever para as páginas ficcionais, os costumes e formas de vida de seus conterrâneos é um traço peculiar das obras de Josué Montello” (LUCENA e SANTOS, 2018, p. 218). Diante desse perfil, é considerado por muitos críticos um autor regionalista, representante literário do Estado do Maranhão.

Essa representatividade é reforçada ainda pelas inúmeras funções e habilidades do escritor maranhense, dentre tantas, pode-se acusar as atividades de jornalista, professor, romancista, cronista e memorialista. Aos quinze anos publicava seus primeiros textos inserindo tão precocemente na arte da escrita. Santos (2018, p.29) descreve ainda que o escritor:

ocupou vários cargos públicos, fundou universidades, criou museus, organizou expedições, enfim, realizou ações em prol da cultura e da educação brasileira. Foi autodidata e aos trinta e sete anos foi eleito para cadeira nº29 da Academia Brasileira de Letras, sendo um dos mais jovens integrantes daquela instituição, exercendo também a sua presidência nos anos de 1994 e 1995.

Corrêa (2018) enfatiza que Montello é nosso magno representante em sua ampla e variada produção, quantidade que acompanha a qualidade na conjuntura de um acervo com linguagem clara, fluente que contempla enredos sobre temas das particularidades da sua terra natal. No *Diário do Amanhecer* (1992), importante obra do escritor, relatos que confidenciam a relação entre a ficção e sua terra natal.

Tudo quanto escrevo no âmbito da criação romanesca viria, sobretudo, de minha vivência maranhense, já que minha província está em mim, com as imagens e impressões recolhidas na terra natal. São Luís pulsa e derrama nas essências dos meus romances. (MONTELLO, 1998, p. 192).

Em *Janelas Fechadas*, percebe-se uma paisagem aprendida pelo narrador, envolto nos costumes maranhenses, dando primazia ao contexto social segregado e excludente que abriga sujeitos de posição social desprivilegiada, por meio da percepção esses indivíduos residentes em zonas periféricas, não aceitos pela sociedade ludovicense da primeira metade do séc. XX.

Faz-se importante pontuar que esse contexto social, o espaço Anil foi vivenciado pelo autor na infância e adolescência, onde foi buscar sossego necessário para tratamento de saúde. (MONTELLO, 1982) Sobre a personagem Benzinho, a exemplo, em entrevista concedida, no apêndice do romance, o escritor assim relata:

ao contrário de muitas figuras de mulher de toda minha obra, eu a recolhi na vida real. Conheci-a com o mesmo nome e a mesma beleza. Lembro-me dela como me lembro da minha infância [...]. Foi ela certamente, a minha primeira paixão, exatamente no cenário em que a recreei – o chalé que meu pai fez construir ao lado do casarão (MONTELLO, 1982, p. 273).

Essa referência do autor, remete aos apontamentos sobre paisagem percebida de Besse (2014), uma paisagem que é também um lugar de memória, uma sucessão de rastros de pagadas que se superpõe no solo e se constituem em camadas tanto materiais quanto simbólicas. Porém, é relevante enfatizar que o modelo entre o vivido e a ficção constrói uma realidade que sofre variações que obedecem ao imaginário do escritor e, por isso, a Benzinho do romance vista pelo olhar do escritor “foi transfigurada pela ótica da criação literária” (MONTELLO, 1982, p. 273),

Retomando a discussão sobre os desvalidos, no romance analisado, a ficção traz à baila personagens da paisagem maranhense representados por um povo oprimido, como a jovem “mãe solteira” Benzinho, a negra lavadeira e vendedora de mingau Dona Maria das Virgens, a prostituta da rua da Palma- Eleonora e o jovem Juca, desempregado, sem perspectiva de vida que se vê obrigado a migrar para o sudeste do país; são sujeitos vítimas de um cenário social segregado, pertencentes ao corpo cidadão.

O ponto de partida para a primeira parte da obra, é sinalizado com epígrafe da obra *O Vermelho e o Negro* (1830), de Stendhal, pseudônimo de Marie Henri Beyle, escritor francês do século XIX. A referida obra trata da trajetória do jovem Julien Sorel, filho de carpinteiro que recebeu educação no seminário, ingressou na sociedade por meio da função de preceptor do filho do prefeito da cidade de Verrières, mas era constantemente humilhado por causa de sua origem humilde e “sentia ódio e horror à alta sociedade em que fora admitido, na verdade, na ponta de baixo da mesa, o que explica talvez seu ódio e horror. Houve certos jantares de cerimônia nos quais só pode conter com grandes esforços seu ódio por tudo quanto cercava” (STENDHAL, 2003, p. 55)

Nessa teia literária, a narrativa da obra objeto de estudo sinaliza um espaço vivido, marcado pelas injustiças protagonizadas pelos sujeitos desamparados. Essa perspectiva é ainda ampliada pelas manifestações populares, a exemplo do carnaval de rua e dos agrupamentos festivos de outrora, como o bumba-meu-boi, embrionados nas experiências dos

personagens que assumem essa posição social. São narrados ainda normas e condutas, assim como os dramas humanos que desvelam sentimentos de exclusão e saudade.

Para Costa (2015), narrativas que elevam a saudade e a decadência constituem a literatura maranhense do escritor Josué Montello, concretizada por um projeto literário de (re)construção da identidade regional. Esse projeto, segundo Oliveira (2017), constitui uma saga romanesca que busca a identidade maranhense perdida, concretizada especialmente nas obras *Décima Noite* (1959), *Degraus do Paraíso* (1965), *Cais da Sagração* (1971), *Tambores de São Luís* (1975) e *Noite sobre Alcântara* (1978). A obra *Os Tambores de São Luís*, muito aclamada pela crítica, toma como referência a construção estética à religião afro-brasileira da Casa das Minas e revela resgate a saga do negro, sua posição social, crenças e tradições de caráter regional. Sobre essa abordagem, COSTA (2015, p. 171), assim analisa:

A análise das raças é complementada pela definição de “tipo” de caráter regional, afirmando que no Maranhão haveria um tipo mais vago e mais complexo do que aquele do “jagunço” (definido por Euclides da Cunha), o autor aponta vários “tipos maranhenses” relacionados a zonas geográficas do estado

Infere-se então que as narrativas nos romances supracitados é uma possibilidade de apresentar o indivíduo maranhense, suas tradições, costumes, nordestinos com modos de vida e caráter regional particular, dando prioridade aos sujeitos e situações que merecem um olhar mais acolhedor, como o negro e as manifestações afro-brasileiras.

Essa discussão é reforçada por Ferretti (2015) quando enfatiza a importância da obra *Tambores de São Luís* que contribuiu ainda para o interesse pelos estudos das manifestações afro brasileiras, como tambor de mina, bumba-meu-boi e outras manifestações populares maranhenses que passaram então a ser mais bem conhecidas e identificadas. Como recorte histórico que reforça essa análise, o autor ressalta que, em 1985, foi organizado em São Luís o Colóquio Internacional para discutir sobrevivências religiosas africanas na América latina e no Caribe, que contou com cerca de 300 participantes vindos de várias regiões do país. O resultado desse importante evento, promovido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura-UNESCO, foram as publicações de produções acerca da temática cultura de origem africana que possibilitou visibilidade e entendimento sobre a Casa das Minas e o Tambor de Crioula.

A versão editada do romance objeto de estudo foi a publicação em 1982, entre a divulgação de *Os tambores de São Luís* e o Colóquio Internacional promovido pela UNESCO, período em que as Universidades trabalham na perspectiva de incentivar o interesse pelos estudos das manifestações da cultura local, como maneira de definição de identidade, de uma

“maranhensidade”, uma busca pela identidade maranhense por meio da valorização do patrimônio cultural.

Vale ressaltar ainda que a primeira versão de *Janelas Fechadas* é de 1940, período em que ocorre no cenário nacional a “canonização das ciências humanas”, redescoberta do africano e influência social e histórica do afro-brasileiro. No Maranhão, esse pensamento traz duas frentes que se colocam a esse movimento, uma é sobre ideologia do branqueamento da raça que reverberou nas perseguições às tradições afro no estado, ao passo que a segunda frente defende que “afro-maranhenses são apresentados como responsáveis primeiros pela formação psicossocial da história da região” (BARROS, 2015, p. 70).

Diante do cenário, percebe-se nas narrativas montellianas uma inclinação pelas questões sociais, não apartadas da realidade, que abrigam ou que se tornam fala dos sujeitos que assumem uma posição social marginalizada na sociedade maranhense, dando ênfase aos movimentos adotados por eles. Em *Janelas Fechadas*, as identidades dos agrupamentos maranhenses podem ser apreendidas no decorrer da narrativa, cultivados em espaços segregados da paisagem duramente percebida pelo narrador, são festividades ficcionais e carregados de pertencimento, como abordaremos a seguir.

4.2. As manifestações populares percebidas e vividas na narrativa

Apropria-se dessa construção intelectual de resgate da identidade advinda do projeto literário de Josué Montello para falar do maranhense e suas práticas afro indígenas, especialmente dos brincantes dos bumba-meu-boi, abordando aspectos do pertencimento e da resistência ao branqueamento das culturas. No romance em tela, o narrador revela esses elementos no Anil, como maneira de dar visibilidade às manifestações populares nos espaços segregados.

Das manifestações populares do espaço na ficção, merece destaque nessa análise, o Bumba-meu-boi, eleito patrimônio cultural imaterial pela UNESCO-Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura, festa tradicional do estado do Maranhão por se tratar de importante elemento da cultura popular. Vale mencionar que, anterior à conjuntura que o eleva a símbolo cultural do estado, passou por etapas de discriminação e perseguição que atrelavam à prática realizada por indivíduos menos favorecidos de São Luís. Para Ferreti (2015), a brincadeira era perseguida e ridicularizada até meados do século XX por autoridades civis e religiosas, pois assim como os tambores eram identificados como heranças da África e dos povos nativos. No entanto, ao despertar interesse entre os intelectuais e escritores

maranhenses culminou em importantes inferências do bumba-meu-boi na cultura popular maranhense e na literatura, ampliado após a década de 1970. Essa década coincide ainda com os investimentos das universidades em pesquisas sobre a cultura popular maranhense, especialmente na temática bumba-meu-boi

Conforme mencionado, o Bumba- meu-boi ganha espaço na narrativa do romance *Janelas Fechadas*, pois a brincadeira encontrava, no Anil, terreno para sua concretização. As festividades do boi eram realizadas nos bairros mais afastados do núcleo citadino em direção ao caminho grande, ao Anil, onde se apresentavam os brincantes de vários municípios do estado. A região era palco dos festejos juninos em geral, cenário onde também eram comemoradas datas que faziam referência aos santos São João e São Pedro. A brincadeira de bumba-meu-boi era proibida de ser realizada no centro das cidades maranhenses, particularmente da capital São Luís “por ser barafunda de pretos e da dita semibárbara caboclada” (BARROS, 2015, p. 44), algo que a comunidade amante dos costumes europeus queria eliminar do seu cotidiano.

Os festejos juninos e as passagens do bumba- meu- boi é percebida pelo narrador do romance que, assim, descreve a celebração junina:

Embora as festas de São João e São Pedro se concentrassem no Anil e no João Paulo, confluindo para lá levas e levas de povo, que vinham da Maioba, do Cutim do Padre, da Jordoa, do Olho D’água e até mesmo do Turu e de São José de Ribamar, Benzinho não se animara na noite de São João a ir até a pequena praça em frente à igreja, onde os bois se exibiam com todos os seus figurantes. (MONTELLO, 1986, p. 83).

Durante a trama, existia uma motivação dos personagens para assistir aos espetáculos do bumba- meu- boi, especialmente a lavadeira Maria das Virgens, uma festividade enraizada de identidade que representava um povo sofrido, perseguido e oprimido socialmente. Apesar da discriminação, a presença do boi na sociedade era contínua e difundida, apreciada pelo povo e reforçada pela coletividade e pelos donos-de-bois que acabavam por negociar com as portarias, decretos e códigos de proibição da brincadeira. Existiam ainda os sujeitos afortunados da sociedade ludovicense que apreciavam e aderiam à cultura popular e contribuía com a prática a manutenção das cerimônias festivas do “povo- de- boi” (BARROS, 2015). José Senhor, personagem de *Janelas Fechadas*, era um homem rico, viúvo, a procura de um sítio no Anil que oportunizasse sossego, homem de posses e estilo de vida bem-sucedido, certamente pertencente a alta sociedade de São Luís e era amante da manifestação popular e, nas noites de toada, mandava servir todos os figurantes, conforme cena descrita pelo narrador:

A própria tiquira, que José Senhor sempre mandava servir de graça a todos os brincantes e cantadores, não estaria dando para esquentar o vaqueiro, e a mãe Catirina,

o pai Francisco, os índios com seus cocares a despeito do ritmo teimoso dos pandeiros e matracas. (MONTELLO, 1982, p. 82).

A paisagem percebida em suas manifestações festivas nos convida a refletir sobre a história desse movimento do bumba-meu-boi e a influência que exercia na vida dos moradores do subúrbio da cidade que, apesar de brutalmente marcado pela violência, tão divulgada pelos jornais da época, “passa a ser lido como uma tradição enraizada que está de acordo com a formação histórica e com os sentimentos religiosos do Maranhão e do maranhense” (BARROS, 2005, p. 107).

Por meio da percepção de paisagem na obra, infere-se uma construção literária que reforça ou desvela uma identidade da comunidade rural e contempla a toada, os batuques do boi por entre estrondo dos pandeiros, das matracas e das penas dos índios, o Maranhão e o maranhense. Um projeto literário que resgata esse povo guardião dos costumes e festividades da identidade maranhense e “vêm sendo constantemente escritos e reescritos, significados e ressignificados, e tais processos de invenção e reinvenção têm um momento exemplar em meados do século XX”. (BARROS, 2005, p. 114).

4.3. O desfile do curso, o carnaval de rua e o baile do Maneco Azevedo

Outra mostra de agrupamento popular, o carnaval, festa dita pagã que influencia na rotina da população de São Luís adepta às brincadeiras, também é percebida na narrativa e vivida pelos personagens, dessa vez, ampliando olhar para o espaço do centro da cidade, traçando um paralelo entre a forma como o povo experiêcia “o curso” da Rua dos Remédios e “seus carros alegóricos, os fios de serpentina cortando a rua, o bloco dos mascarados” (MONTELLO, 1982, p. 208), bem como a maneira os moradores do Anil apreciavam, como coadjuvantes, o baile à fantasia do Carnaval do Maneco Azevedo.

O carnaval de rua narrado no romance remete à festa, numa época onde o acesso à folia era livre e se concentrava nas ruas do centro da cidade, não existindo arquibancadas e nem desfiles de blocos organizados; brincava-se com muita animação e liberdade, durante um período de três dias, um tempo em que o lança-perfume não servia como entorpecente, muitas vezes usado para iniciar uma paquera. (SANTOS 2003).

O curso apreciado pelas personagens Benzinho, José Senhor e Dona Binoca era uma espécie de desfile dos carros de famílias tradicionais que ostentavam seus automóveis, como o V-8, o Studebaker e as Baratinhas Ford, enfeitados com o colorido vibrante de fitas e flores e de capota arriada. (SANTOS, 2003). Os carros eram transformados em alegoria e entoavam os grandes sucessos do carnaval, as marchinhas e suas letras de duplo sentido que animavam os

brincantes, à margem das ruas, que acompanhavam o cortejo com igual entusiasmo. Os passageiros atravessavam a passeata de veículos, fantasiados à moda carnavalesca, muitas vezes eram alvos de serpentina, confetes e lança-perfumes; os adereços jogados pelos brincantes traduziam-se “em famosas batalhas que se davam com os cortejadores que assistiam, deixando um saldo de grosso volume de papel que praticamente encobria toda a rua” (MATIAS, 2013, p. 85), um verdadeiro rastro da folia.

A narrativa de *Janelas Fechadas* nos presenteia com passagens dessas brincadeiras carnavalescas por meio da experiência das personagens moradores do Anil. Durante o desfile, a bordo das Baratinhas Ford do José Senhor, no banco de traz com sua filha pequena, Benzinho se divertia com a seriedade da mãe a se preocupar com os lança-perfumes e o vento que insistia em tirar seu chapéu, ficava feliz com a animação da filha iniciante no carnaval, com “a impotência dos carros alegóricos, os fios da serpentina cruzando a rua, os blocos de mascarados” (MONTELLO, 1982, p. 210).

-Vou ficar doente de tanto rir, dizia (Benzinho, grifos meus) com os olhos molhados. Por fim ruía também o José Senhor, ria a menina e riam os foliões e os mascarados, atirando o punhado de confete sobre D, Biboca que acabou rindo, com vontade de chorar.

Benzinho e D. Binoca participavam da brincadeira admiradas com a alegria dos brincantes, com movimentação nas ruas da cidade e com o envolvimento dos foliões tão dedicados aos rituais carnavalescos. O carnaval de rua sempre foi uma tradição no Maranhão; além do corso, tínhamos o entrudo, brincadeira onde os foliões, empossados com água tingida de várias cores, manchavam as roupas dos brincantes e todos que passavam na rua, durante o período festivo. Os brincantes do entrudo possuíam, ainda, talco ou maisena a jogar quase sempre nos olhos dos indivíduos. Os costumes do carnaval de rua é uma maneira própria de brincar o carnaval maranhense, eram implementadas ainda com os cordões de urso, o fofão, casinha da roça, e outros. (MARTINS, 2013). Uma pluralidade não encontrada em outras localidades, memórias e reflexo da identidade maranhense.

Em outros romances, Montello resgata a singularidade do carnaval maranhense. Em *Largo do Desterro* (1981) narra a trajetória do Major Tabora que, ao passar pelas ruas de São Luís a caminho da Igreja de Santaninha, em pleno domingo de carnaval, observa as brincadeiras, suas peculiaridades e diversidades encontradas nos cordões de sujo, caninha verde e, sobretudo, no entrudo:

O grande dia do entrudo em redor da igreja do Largo do quartel desde sábado de manhã, estão reunidos os baralhos, os cordões de sujo a caninha verde, os saruês, os blocos de dominós, os cruz- diabos, as bandas de mascarados e tudo pulando, cantando numa verdadeira pandega de satanás. [...]Na Rua do Passeio, assustei-me com uma tina de água suja. A cada momento, da janela de um mirante, ou de um sobrado,

despojavam baldes de anilina, sacos de alvaiada e pós de sapato [...] Na praça da Alegria, com exceção apenas de uma orla de casas baixas do lado da Rua do Norte, as demais estavam em pé de guerra, trocando baldes de água, pós de sapato, cabecinhas e punhados de alvaiada numa algazarra frenética. (MONTELLO, 1981, p. 76).

A brincadeira abordava mesmo aqueles que não estavam envolvidos pela magia carnavalesca, as normas da folia respaldavam essa intromissão. O comportamento dos foliões, nessa perspectiva, era descrito pelo autor maranhense com detalhes bem específicos de uma paisagem festiva experienciada.

Os bailes de máscaras, outra tradição carnavalesca maranhense narrada no romance objeto de análise, eram considerados festas de luxo, da alta sociedade, que aconteciam, tradicionalmente, nos clubes Casino Maranhense, Lítero, Jaguarema, Cantareira e Jacarepaguá, frequentados pela elite conservadora. Nos salões se apresentavam pessoas vestidas com trajes requintados, postando os adereços mais refinados, à época, como confete francês, serpentinas tricolores, bisnagas perfumadas, pó de ouro e prata, plumagem, chapéus de sol, máscaras finíssimas e leques (MARTINS, 2013).

No romance, o carnaval do Maneco Azevedo, era reconhecido pelo baile a fantasia que movimentava o Anil e foliões de vários lugares. A festa era ornamentada com adereços tradicionais do motivo carnavalesco mais variados, cintilados por luz elétrica, em uma localidade onde a iluminação era administrada de maneira artesanal pelo personagem Torquato, o acendedor de lampiões. Era um “tuque tuque sem parar” a noite inteira: “Na rua, plantaram palmas de ariri, como no tempo de São João. E até nas jaqueiras e mangueiras, em toda frente do sítio, puseram máscaras e chapéus de carnaval” (MONTELLO, 1982, p. 211).

A cena de euforia e agitação promovida pela festa carnavalesca do baile do Maneco Azevedo, foi assim narrada:

Já se ouviam os sons das orquestras, acompanhados pela cantoria. A cada momento volvia a estourar um foguete. Os cães latiam, assustados. E um penacho de luz se abria por cima das casas e das árvores, verdes, amarelo, roxos, que a claridade do luar tornava mais belo. (MONTELLO, 1982, p. 219).

No baile do Maneco Azevedo, na fala do personagem médico Dr. Crispim, “todo Anil vai”. E vem gente muita de São Luís. um verdadeiro conagraçamento maranhense (MONTELLO, 1982, p. 217). Ne entanto, percebe-se no desenrolar dos fatos narrados, que a festa não era bem destinada a todos no Anil, mas sim àqueles com melhor poder aquisitivo, à alta sociedade de São Luís, pessoas que assumiam altos cargos. Entre os moradores do Anil que assumiram a posição de plateia, estavam a Maria das Virgens, a personagem negra, pobre, vendedora de mingau e lavadeira, que relata a morte de sua família ocasionada pela impossibilidade de acessar a serviços de saúde e vivia à míngua de cuidados e afetos, em

vulnerabilidades socioeconômicas e de desesperança, frente à desassistência de Direitos Humanos básicos. Estava também a Benzinho, a protagonista excluída por uma elite conservadora devido sua condição de mulher, mãe sem marido.

Ambas assistiam à chegada dos brincantes do lado de fora da propriedade onde acontecia o baile, ao sereno, a contemplar os convidados ilustres fantasiados, as mais belas e luxuosas fantasias, ficaram ali sentadas do outro lado da rua, admiradas com tanto luxo ali dispensado: “é a melhor festa do mundo nem na China pode ter igual” (MONTELLO, 1982, p. 219), disse Benzinho, dando risadas soltas a cada folião que se apresentava, animada, porém conformada, cúmplice da fala de Maria das Virgens, “pobre quando não tem convite para festa, vai ao sereno” (MONTELLO, 1982, p. 214).

Com riqueza de detalhes, o narrador nos desvela o alegre clima carnavalesco do Maneco Azevedo:

E como outro candidato ia chegando, este com seu nariz postiço, aquele com seu fofão cheio de guizos, aquele outro com seu chapéu de palhaço e a sua ventarola do meio metro, continuavam aqui fora em redor do protão do sítio, as risadas altas e os comentários brejeiros, enquanto lá no alto se sucediam as músicas do carnaval. MONTELLO (1982, p. 220).

As duas manifestações carnavalescas narradas na obra, convidam para uma análise sobre a identidade nas festividades maranhenses, demarcadas e remodeladas por meio de trânsito inter-regional, envolvendo universos individuais em seus grupos sociais mais distintos, pelo olhar do mundo vivido dos sujeitos excluídos e enfatizando, nessas paisagens distintas, a diversidade carnavalesca, a particularidade dos agrupamentos carnavalescos maranhense, bem como a riqueza e criatividade dos carnavais de outrora. É válido ressaltar que em 1947, ano da primeira edição do romance analisado, o carnaval maranhense era conhecido por sua diversidade e criatividade, espelho da aceitação da população pelas festas de momo, esse o conjunto de manifestações festivas e a grande aceitação da população consagraram São Luís como o terceiro carnaval do Brasil em riqueza das alegorias e animação popular. (MATIAS, 2013).

A paisagem desvelada na narrativa mostra as festas populares mais enraizadas da cidade, centradas nas experiências dos personagens excluídos, figuras montellianos que desvelam um povo sofrido que guarda nas festividades expressão de suas identidades, anseios e fugas diante da realidade. Essa paisagem, faz alusão à teoria humanista geográfica de Dardel (2015) uma paisagem que se unifica em um elo afetivo dominante e é testemunha da ligação existencial entre o sujeito que vive e percebe e a terra em que habita,

Diante do que foi posto, pode-se reforçar o projeto literário do escritor Josué Montello nas festas populares vividas na coletividade que eleva a identidade maranhense, amaranhensidade, centrando o olhar para os moradores das periferias, sensibilizando o leitor para um olhar em que esses sujeitos podem ser vistos como espelho do Maranhão.

4.4 Reflexões sobre as condições humanas

A obra montteliana revela ainda importantes elementos do drama humano frente às normas estabelecidas pelos anseios e receios da sociedade conservadora, dando primazia aqueles que não obedecem às normas ou que se sentem, de alguma maneira, fora dos padrões estabelecidos. O incesto, muito discutido pelas ciências que estudam o comportamento humano, como antropologia e psicologia, é corajosamente abordado pelo narrador na trama. O fenômeno é tratado durante toda a narrativa de forma velada, mas é reservado um capítulo inteiro para falar dessa importante circunstância familiar recorrente e oculta porque, “embora proibido pela lei e pelos costumes, existe, sendo mesmo sem dúvida, muito mais frequente do que levaria a supor a convenção coletiva de silêncio” (STRAUSS, 1982, p. 55).

Os dramas familiares atinentes à culpa pelos desejos sexuais, ditos impuros, são recorrentes na literatura montelliana. Em *A Décima Noite* (1982), a narrativa nos encaminha para uma análise familiar embalada pela manifestação edípica. Abelardo é o protagonista do romance que nutre uma paixão pela mãe Sinharinha, uma mulher dedicada ao lar, esposa amorosa e mãe atenciosa assume, na imaginação do filho, ora posto de santa, ora de mulher desejável.

O desejo pela mãe é latente. A cena da narrativa que versa sobre a ida de Abelardo ao prostíbulo em São Luís revela muito bem esse anseio sexual. Para alcançar “a plenitude do ser, no relance da convulsão viril tinha de ir buscar na memória do corpo materno - tal como o tinha visto, com seus olhos de menino ao dar de frente com Sinharinha nua” (MONTELLO, 1982, p.119).

Abelardo viveu longos anos na cidade de Ouro Preto, sendo formado pela escola de padre. Quando retorna a sua terra natal, na obsessão pela compra da casa que pertenceu a sua família, casa-se com a jovem filha do atual proprietário do imóvel. Porém, o que se percebe no decorrer do romance é que esse não foi o único motivo que o incentivou ao casamento, a jovem possuía traços muito semelhantes aos de Dona Senhorinha, sua mãe. As impressões e comparações de Abelardo no primeiro encontro são assim descritas na narração:

O primeiro lance do olhar, Abelardo tinha visto Senhorinha baixando do mirante, na exata reprodução do seu corpo perfeito. Firmou mais a vista, deslumbrado ante a beleza do semblante que lhe sorria até desfazer a certeza de uma ressurreição da figura materna. E foi pelo contorno do rosto, de olhos claros rasgados, que afinal se compenetrou de que era outra figura de mulher que ali estava. (MONTELLO, 1988, p. 127).

Para Mello (2011), o que existe por traz da proibição do incesto é de natureza sociocultural e como não se reconhece nenhum sujeito destituído de cultura, ela, portanto, existe. Strauss (1982) argumenta que a proibição do incesto possui, dentre as explicações fundamentadas pela antropologia, medida protetiva com finalidade de defender a espécie das consequências biológicas nefastas do casamento consanguíneo, argumento muito compatível com a crença popular. No entanto, o autor não exclui a fundamentação cultural de Mello (2011), pois “as duas características em que podemos reconhecer atributos contraditórios de duas ordens exclusivas: ela constitui uma regra, mas uma regra dentre todas as regras sociais, que possui ao mesmo tempo uma característica de universalidade” (Lévi-Strauss, 1982, p.51)

O certo é que a proibição do incesto constitui uma regra que não reconhece limites e fundamentos históricos ou geográficos, um drama que acompanha a sociedade por longos anos. No romance *Janelas Fechadas*, o drama é vivido pelo jovem Juca que nutre um desejo carnal pela irmã Benzinho e sofre de maneira solitária, sem coragem de confessar nem mesmo ao padre da paróquia local, confessor oficial dos jovens cristãos. A infância de Juca é marcada pelas constantes punições devido ao amor carnal que nutre pela irmã mais velha, um sentimento que julga impuro e vergonhoso.

O sentimento de culpa por sentir-se atraído pela irmã o fez desejar, constantemente, fugir do espaço compartilhado com ela. A necessidade de fuga é fato recorrente em sua vida. Ainda criança, nutria a vontade de estudar no Colégio Militar na cidade de Fortaleza, Ceará, distância geográfica considerada suficiente para fugir de seus pensamentos o amor por Benzinho. Entretanto, sempre foi podado pelo pai que não via essa alternativa com bons olhos, conforme relatado na cena a seguir:

- Para namorar, como eles no tempo de férias?

Não, eu te quero aqui em São Luís, debaixo dos meus olhos. Nada de passar tanto tempo longe da família. Para andar fora, basta teu pai nos dias que eu tenho que levar o trem a Teresina. (MONTELLO, 1882, p.73).

A narrativa desvela cenas em que Juca observa a irmã nua, uma vez que “seu quarto fica contíguo ao quarto dela, na casa da Praça da Alegria, exatamente como ali no Anil. De noite, ao recolher-se sentia que ela trocava de roupa e deu por si logo depois, a espiar pela fresta da porta que ligava os dois aposentos”. (MONTELLO, 1882, p. 72). Ao ver a nudez da irmã, seu corpo dava sinais incontroláveis de desejos que conduzia suas ações e o fazia refém da carne “ao ver a gradativa nudez do corpo moreno, sobre o qual incidia, como de proposito, o foco

vermelho da lâmpada elétrica de início divisou os pequenos seios morenos de mamilos muito negros; em seguida, o umbigo, a curva dos quadris, o sexo, as coxas. (MONTELLO, 1882, p. 72).

O sentimento pela irmã acarreta em relacionamento conflituoso, ora amoroso com indícios de proteção, a exemplo, quando se sente responsável pela gravidez de Benzinho e vive a procurar o sujeito com a finalidade de forçar um reconhecimento paterno e quando, tantas vezes, se rendeu aos gostos da irmã, especialmente do concerto do gramofone, objeto de apreço da jovem. Entretanto, muitas vezes trata a irmã com brutalidade, com pontadas de agressividade, “irritando-se muito, andando de olhos baixos, rosto fechado, tratando a irmã com aspereza” (MONTELLO, 1982, p. 73), instabilidade emocional que simboliza falta de equilíbrio no administrar dos sentimentos.

A crise foi acentuada pelo ato dito ingênuo da irmã que se entrega nos braços de um desconhecido e engravida dele sem perspectiva de casamento. Essa situação deixou Juca ainda mais desestruturado em um misto de culpa e ódio, sentimento de culpa por não ter protegido sua amada que “não era uma moça como as outras, e sim uma ingênua, coitada, sem malícia alguma. E crédula, e pura, e capaz, portanto, de ser enganada pela esperteza e a lábria do velhaco que a seduzira” (MONTELLO, 1982, p. 73) e o ódio pelas consequências da paternidade não assumida, especialmente a vergonha e o deslocamento urgente e inesperado para uma localidade distante de seu lugar de infância, dos amigos e sem perspectiva econômica.

A vergonha e a realidade financeira foram elementos que impulsionaram o jovem partir para o Rio de Janeiro. Dias após o primeiro aniversário de Benzinho no Anil, Juca decide viajar e, dentre as justificativas, alega a falta de oportunidade na sua função de eletricitista, vivia de pequenos empregos mal remunerados. Entretanto, a viagem é uma espécie de punição pelo sentimento impuro que sentia pela irmã e, principalmente, pelo desconforto traduzido pela situação social de Benzinho e por sua total incapacidade diante dos fatos.

Ao se despedir de Benzinho a caminho do Rio de Janeiro, Juca percebe a revelação vital que venha ser resposta para seu sentimento “senti em cheio os seios altos da irmã contra seu corpo, e olhou- a nos olhos”, porém, reconheceu que, acima de qualquer pensamento impuro “enche-lhe agora a consciência, uma ternura maior pela irmã ingênua e meiga, que também o amava. Beijou-a na testa, tornou a abraçá-la” (MONTELLO, 1982, p. 80). No entanto, entendeu que o mais importante e sensato era partir e buscar novas histórias, novos empregos e amores, mesmo que seja com aparência semelhante da irmã “morena como tu, com os olhos assim como

os teus e quase com o mesmo corpo”, como disse D. Binoca sobre a nova namorada de Juca. (MONTELLO, 1982, p. 126).

O drama familiar da paisagem percebida pelo narrador se estende à temática obstinação matrimonial, embrionada na personagem Benzinho, espelho do comportamento das meninas da sociedade ludovicense de então. Para Mello (2011) todas as sociedades atribuem ao casamento uma estima considerável e o ato de casar representa um momento importantíssimo na vida dos sujeitos, oferecendo e legitimando a um outro papel social, razão pela qual se necessita de testemunhas no ato das cerimônias.

Os vínculos e símbolos criados por meio do casamento, dá à família funções muito relevantes e a torna instituição onde a tradição e a manutenção da cultura devem ser transmitidas a outras gerações, dentre elas a própria manutenção da prática do casamento “para manter a ordem social”. Nesse sentido, é conferida às mulheres, em sua formação, a natureza do casamento para que possam assimilar que união matrimonial é um propósito feminino, um sonho, caminho único para todas que pretendiam seguir às normas sociais conservadoras e sua bolha protetiva com falso sentimento de segurança. (MAIR, 1969)

Maria de Lourdes, a Benzinho, assim como as outras meninas do seu contexto histórico e social, acordam com esse juízo construído e sustentado pela formação a que são submetidas. São criadas para casar e pensar o futuro como esposas, donas de casa, mães de filhos bem-criados ao padrão cristão conservador. Um ideal baseado no tripé Deus, Pátria, Família “em que a mulher era colocada no centro dessa questão como guardiã desses valores e responsável pelo equilíbrio da ordem social” (BARBOSA, 2015, 160). A vocação natural das mulheres estava relacionada ao exercício da maternidade, à vida doméstica e, ainda crianças, eram preparadas por esse discurso para serem boas mães e excelentes donas de casa. “Tens de pensar que, assim bonita, terás de ter teu marido, tua casa e teus filhos” (MONTELLO, 1982, p. 30) disse D. Binoca a sua filha Benzinho, quando ainda ela encontrava alegrias nas bonecas.

Talvez essa perspectiva matrimonial tivesse encorajado Benzinho a se entregar ao pai de seu filho, deixando de lado o temor pela represália de uma sociedade onde a virgindade era entendida como um bem a ser preservado e que pertencia não apenas a mulher, mas a toda sua família e à própria sociedade, pois sua perda reverbera em desonra familiar e desrespeito às condutas consideradas legítimas. Pacheco (2015).

Além das juras de amor e de admiração que José Augusto dizia sentir por Benzinho, sua fala de sedução era ampliada pelas promessas de casamento, ato que se concretizaria após a morte da esposa, gravemente doente e desenganada pelos médicos do Rio de Janeiro. Na única

noite em que mantiveram contato, antes do seu desaparecimento, José Augusto dizia: “Estou apaixonado por você Benzinho. Cego, tonto. E capaz de tudo. Uma paixão como nunca senti. Agora, me diga uma coisa: assim que eu ficar viúvo, você casa comigo?” (MONTELLO, 1982, p. 31).

E como se respondesse às ideologias impostas às mulheres, no sentido de depositar suas perspectivas de vida no matrimônio, Benzinho responde:

__ mais isso é um sonho, José Augusto. E era nisso que eu estava pensando, diante do espelho, quando você bateu na porta. Claro que me caso com você. Eu também gostei de você. Sempre sonhei me casar mamãe é que teima comigo para eu acabar meus estudos, no colégio de freiras. Nasci para ter minha casa. Estou cansada de estudos. (MONTELLO, 1982, p. 31).

Para Elizabeth Abrantes (2015, p. 29) o século XX foi apontado como a era em que mulher deixa de ser ver como a escrava do homem, obscura no fundo do lar, em busca de sua emancipação, a gozar dos mesmos direitos do homem, porém, essa emancipação será admitida, até certo ponto, de maneira que a mulher não deveria se afastar das atividades do lar. Promover essa inversão de papéis no seio familiar é apontar perigos ao futuro da família, distanciando a mulher do seu verdadeiro foco “sacerdotisa do lar”. “Diziam que ela precisava abandonar as atividades que aumentavam dia a dia e ter a compreensão real da sua finalidade, e caso não houvesse uma forte reação contra avançada do ‘feminismo moderno’, mais e mais se agravaria o estado de puro anarquismo moral”. Sobre essa perspectiva, Juliana Barbosa (2015, 188), descreve:

À medida que certos espaços eram abertos ao feminismo, endureciam o discurso ressaltando a permanência inabalável do casamento e defendendo o lar como local sublime onde a mulher deveria exercer sua grandiosa missão de mãe, esposa, dona de casa e educadora das futuras gerações, contribuindo com o engrandecimento da nação.

Nessa esteira do pensar a condição da mulher enquanto sacerdotisa do lar, casar para Benzinho e outras moças da época, significava um sonho, uma realização pessoal. Não casar era considerado “mal passo” de uma moça. Para Carla Bossanezi (2000), a mulher que não tinha o casamento como propósito de vida não era bem vista no meio social e estaria contrariando a natureza, não sendo capaz de ser feliz ou promover felicidade se optasse pela condição civil de solteira.

Em vista disso, existia grande obstinação por parte dos pais em casar suas filhas, uma busca incessante pelos pretendentes que andava de braços com a vigilância em defesa da pureza das meninas O velho Anastácio, personagem que se dedicava a vender e entregar os jornais “Tribuna” e “O imparcial” aos moradores do Anil, sempre muito bem informado sobre a vida particular das pessoas que ali circulavam, em conversa com a mãe de Benzinho sobre a gravidez da jovem, revela qual foi a maior preocupação da sua vida , a missão de casar filhas e netas,

“mas tive sorte: casei todas as filhas. E Já começo a casar as netas” (MONTELLO, 1982, p. 124). Encerra seu comentário, lamentando profundamente o acontecido com Benzinho e distribuiu conselhos, como se os casamentos das filhas representassem conquista social, digna de referência.

Dentre os conselhos de Anastácio, está o necessário afastamento que Benzinho deveria ter de Aldenora, sua vizinha, mulher bonita, amante de Neco Fabrício, homem forte no Palácio do Governo. Era mulher do meretrício “O Dr. Neco Fabrício tirou aquela moça da zona. Sim senhora, Da zona. Isto é do centro mesmo do meretrício, num daqueles sobrados junto ao quartel da Polícia. O Neto Fabricio que manda e desmanda no Palácio do Governo montou casa para a moça.” (MONTELLO, 1982, p. 124-125). Essa fala de Anastácio, representa o papel das mulheres na sociedade, aquelas que não se enquadravam no modelo feminino conservador não eram dignas de contato e deveriam viver excluídas, como perigosa ameaça à reputação das outras.

A expectativa matrimonial na obra é reforçada ainda pela devoção a Santo Antônio, santo casamenteiro, entidade espiritual da devoção de D. Binoca e de Benzinho a quem recorrem nas horas de aflição e desesperança, na medida em que o tempo ia passando nos dias lentos do Anil, em contraste com a pressa com que barriga de Benzinho começa a crescer. E conforme a fala aflita de D, Binoca, “daqui a pouco o vestido levanta pra frente e não é mais possível esconder o sol com a peneira”. (MONTELLO, 1982, p. 53)

A cena de devoção e aflição de Benzinho é assim descrita:

_ No quarto inquieta Benzinho alongava o olhar para a imagem de Santo Antônio, depois de acender a vela do castiçal:

_ Não permita que isso aconteça, meu Santo Antônio. Não posso passar por mulher à toa. Preciso sair de braço com o pai do meu filho. Chega de passar o dia dentro de casa, apertando minha barriga, com risco de sufocar o neném. Já esperei muito. (MONTELLO, 1982, p. 41).

De fato, o clamor de Benzinho a Santo Antônio revela muito bem a pulverização que a inexistência do casamento e não reconhecimento de paternidade acarretou na vida da jovem. Expulsa do colégio de freiras e no intento de fugir dos julgamentos, foi abrigada a se afastar do convívio com amigos e família, destinada a viver na solidão e isolamento, prestes a assumir o papel social de Aldenora, uma ameaça às meninas de conduta esmerada, como suas amigas do colégio, certamente alvo de preocupação dos pais, obstinados em casar suas filhas de bom nome.

Sendo, portanto, uma inconveniência para a sociedade, Benzinho não recebe visitas das amigas, exceto a de Simone que, de viagem marcada para São Paulo, muito apressadamente foi

ao Anil rever sua colega de turma e presentear-lhe com casaquinho rosa e azul. A fala de Simone proporcionou alívio e felicidade a Benzinho, principalmente quando revela que ninguém da escola Santa Teresa censurava o ocorrido, “ninguém, a começar por mim, podia ter acontecido com qualquer uma de nós” (MONTELLO 1982, p. 95). Porém, quando Benzinho expressa o desejo de visitar as outras amigas na escola, Simone adverte com ironia: “Não faça isso. Não, não fica bem a você. Fique quieta no seu canto. Deixe seu filho nascer. Viva para ele. De São Paulo eu te escrevo, me escreva também” (MONTELLO 1982, p. 96)

Benzinho, então, inicia um processo de conscientização da sua conjuntura e compreende que seu papel social de mulher advinda de família de boa conduta e estudante do colégio de freiras foi direcionado para o elemento social que representa ameaça à conduta e às normas conservadoras, não digna de conviver com as moças de bom comportamento. Ainda que tenha resistido bravamente à represália social que intenta diminuir, Maria de Lourdes aceita sua definição marginalizada, se recusando a assumir qualquer papel que pode enaltecê-la.

Ao ser pedida em casamento pelo José Senhor, abdica do convite, como se não tivesse o direito ao matrimônio:

E você não quer ser minha mulher, Benzinho?

Ela, primeiro, riu alto, com as mãos no joelho; em seguida olhando-o de frente, recolheu o riso:

_ Sua mulher, José Senhor. No padre e no juiz?

Nunca pensei nisso. Nem tenho direito de pensar. Eu me dei a outro homem, e tive com ele uma filha, que morreu. Não posso ser mulher de José Senhor. Não Posso. Sou a primeira a reconhecer que não posso. E como conheço o meu lugar, também não quero. Não quero. (MONTELLO.1982, p. 255).

Diante desse cenário de opressão e convencimento, a jovem começa a desenvolver sentimento de tristeza, desapontamento e frustração, luto pelo fim da imagem de boa moça, que agora excluída de seu lar é obrigada a viver uma espécie de exílio interior, na subjetividade do seu sentimento de inquietação e estranheza por viver em um lugar que reúne aspectos diferentes da Rua da Alegria, no que toca a infraestrutura e aspectos humanos, sem amigos, sem desejo de construir relações, sempre debruçada em sua janela, observando as partidas e chegadas do bonde, na expectativa do regresso de José Augusto, “com seus cabelos grisalhos à altura das têmporas, os vivos olhos negros, a voz cheia, os bonitos modos, todo de preto no luta da mulher”. (MONTELLO, 1982, p. 42-43).

4.5. O sentimento de exílio

Na esteira dos elementos da condição humana, o exílio também encontra voz nos romances de Josué Montello. Em *A Décima Noite* (1982), o jovem Abelardo, após a morte do pai, ainda criança, foi levado do Maranhão para estudar no internato em Minas Gerais. O

período vivido em terras mineiras foi marcado pelas saudades e lembranças da infância na terra natal; as evocações de memória dessa época o atormentavam, mas também reforçavam sua identidade. Ao regressar, o jovem volta aos lugares que foram cenários da sua experiência em solo ludovicense, como se o fato de rever esses espaços pudesse suprir o tempo que lhe foi roubado, uma tentativa frustrada, pois o exílio é uma fratura incurável entre o indivíduo e seu lar que gera uma tristeza e carência que jamais pode ser superada, como bem defende Said (2003).

Em *Janelas Fechadas*, o sentimento de exílio merece atenção muito especial, pois é importante elemento de percepção da paisagem, desvelando o olhar sensível de Montello para as condições humanas protagonizados pelos personagens excluídos. Benzinho e sua família, de forma velada, foram banidos de seu lugar, na medida em que a escola “sugere” a D. Binoca o trancamento da matrícula da filha no Santa Teresa, considerando a gravidez da aluna: “Não foi expulsa do colégio, a própria mãe a conselho das freiras, troncou-lhe a matrícula” (MONTELLO, 1982, p. 108). Da mesma forma, o deslocamento para a área do Anil não ocorreu em obediência aos atos de expulsão oficiais, no entanto, os sentimentos de vergonha e de exclusão vivenciados por D. Binoca ao conversar com a diretora da escola, Madre Peixoto, e a inconformidade de Juca, sendo o homem da casa, que nada pode fazer contra o “calhorda” que seduzira sua irmã, apontado pela comunidade como “paspalhão”, foram alegações suficientes para que família recorresse à migração:

Na fala de Juca, a experiência de migração é marcada pelos sentimentos de vergonha e tristeza, assim narrado:

Tivemos que deixar a casa da Praça da Alegria em São Luís e nos meter nesse buraco longe de tudo para não passar essa vergonha dos vizinhos te verem de barriga. Não participamos aos amigos parentes nossa mudança para que não apareçam por aqui. Tuas colegas romperam comigo. Mamãe amargurada vive a chorar pelos cantos. MONTELLO, 1982, p. 37).

O olhar sobre exílio em *Janelas Fechadas* será analisado, desviando-o do critério de mobilidade, dando primazia à análise das condições humanas dos personagens vítimas do banimento em suas vivências fora do seu grupo, suas experiências de privação, ainda que veladas. Recorre-se ao neologismo construído por Alex Nouss (2019, p. 53), “**exiliência**”, para traçar uma análise dos sentimentos advindos do deslocamento, que constitui afirmação ou resistência comum nos sujeitos migrantes: “quaisquer que sejam as épocas, as culturas e as circunstâncias que os acolhem ou que as provocam”. Para Nouss (2019), a exiliência pode declinar também na consciência, ou seja, o sujeito pode se sentir em exílio sem ser exilado, como pode ser exilado sem, contudo, se sentir em exílio. O estudo de Alexis Nouss (2013)

pensa o exílio para além da materialidade dos conceitos, desaguando no estudo da condição exílica, nos sentimentos.

Para Ana Paula Coutinho (2016, p. 10), tradutora da obra *Pensar o Exílio e a Migração Hoje*, o pensamento de Nouss pretende resgatar:

[...] as figuras do exilado e/ou do migrante das limitações da grelha sociopolítica e das especializações disciplinares que têm dominado o discurso das migrações contemporâneas [...] pelo reconhecimento das experiências das condições exílicas enquanto condição comum a todos os sujeitos em migração.

Partindo dessa construção intelectual sobre o exílio, para D. Binoca, a sua exiliência representa resistência à dor causada pela ruptura com o prazer de viver em sua casa, lar onde desfrutou de seu breve convívio matrimonial, onde criou os filhos, onde celebrou conquistas e viveu a saudade do marido morto, lugar de segurança e aconchego. No *Dicionário de Símbolos*, Chevalier e Gheerbrant (2018, p. 196) explicam que a casa está no centro do mundo, que é a imagem do universo e é, também, um símbolo do feminino com o sentido de refúgio, de proteção do seio maternal. Essa significação é apropriada para a compreensão de como a casa representa, para a personagem, um lugar carregado de significados acolhedores.

Nessa senda, Bachelard (2007, p. 84) defende que o lar é o espaço onde nos sentimos tranquilos e seguros. A morada, a casa natal, é um universo com valores de proteção e é onde nos sentimos mais confortáveis em nossa intimidade. De acordo com este autor, a “casa, mais ainda que a paisagem, expressa o ‘estado de alma’”. Mesmo reproduzida em seu aspecto exterior, material, ela representa a intimidade.

O pensamento humanista do geógrafo Edward Relph (2014,p.24) acompanha o viés da filosofia e implementa essa concepção quando revela que o lar é “onde as raízes são mais profundas e mais fortes , onde se conhece e se é conhecido pelos outros, o onde se pertence, a ausência de uma lar pode nos levar a saudade”. Tuan (1965, p.07) compartilhando as acepções humanista de Relph, resgata o significado terno e elo emocional entre a pessoa e o seu lar e enfatiza que “nós saímos para todo tipo de lugar, mas retornamos para o lar, ou para lugares tão acolhedores quanto; O lar é onde a vida começa e termina”

Fundamentado nessas acepções teóricas, sobre a casa e lar e seus estimas afetivos, pode-se inferir que na experencia exílica de Dona Binoca, resistir a perda do lar foi certamente a atitude mais resiliente que marca a sua trajetória no exílio do Anil. Para Tuan (2013) Os pertences de um indivíduo são a extensão de sua identidade, “ser privado deles é diminuir o valor como ser humano na sua própria estimação “(TUAN, 2013, p.144). A casa era o bem maior, não apenas material, mas o *locus* onde foram vividos importantes acontecimentos que a personagem guarda na memória e que ajudaram a construir a sua identidade. Ricoeur (2007)

defende que lugares de memória são como “*reminds*” (lembretes), um apoio à memória que falha, é a mais forte ligação entre o homem e a data que recorrem os episódios. Em vista dessa análise, a personagem vivia de lembranças, lamentações e saudades da alegria da praça que acolhia sua casa, como se as memórias fossem amenizar a dor, enquanto se entregava ao destino, na certeza de que o Anil jamais curaria a ferida aberta causada pela separação de sua casa. “Me mudei prá cá, com vergonha dos vizinhos da Praça da Alegria, e isto aqui é o fim do mundo, com este silêncio, com a tosse desse pobre coitado e a saparia deste foi não foi, até o dia amanhecer. Vou levando o barco como posso. (MONTELLO, 1982, p.54).

Para o Juca, irmão de Benzinho, o exílio foi marcado pela vergonha, a frustração e inépcia de não exercer com hombridade o papel que lhe foi designado com a morte do pai, de proteger as mulheres da desonra e da infelicidade, especialmente Benzinho. Embalado por esse misto de sentimentos, não assentiu com o seu drama e nem cedeu à frustração e ao conformismo como sua mãe, sua resistência foi recorrer à mudança para o Rio de Janeiro, mais um processo migratório que visa encontrar um lugar onde pudesse construir perspectivas e salvar a família da condição desprovida de honra, integridade e paz: “No Rio, depois de minha vida assentada, mandou buscar a senhora e a Benzinho. Lá o meio é maior, ninguém tem tempo para abelhudar a vida dos outros. (MONTELLO, 1982, p. 76).

A sentimentos de vergonha promovido pelo exílio também se estende a Benzinho, embora queira disfarçar seus sentimentos de aflição em constante tentativa de acalmar os ânimos da mãe e muitas vezes questionar o motivo de tanto julgamento e exclusão, considerando que seu ato foi apenas fruto do ensinamento destinado às mulheres criadas para serem mães dignas do milagre de Deus, não escondia seus sentimentos de vergonha. Benzinho vivia enclausurada no chalé do Anil, quase sempre de janelas fechadas, como se tivesse ali de passagem, uma infeliz experiência, preocupada com os sinais da gestação a apertar seu ventre para disfarçar a barriga redonda que não cabia mais em qualquer vestido (MONTELLO, 1982). Para Said (2003, p. 49), uma vez banido, exilado, leva uma vida infeliz, como se vivesse de passagem “e insiste ciosamente em seu direito de se recusar a pertence a outro lugar”.

A saudade era constante na vida dos personagens migrantes, sempre recordando as lembranças das vivências na Praça da Alegria. Benzinho vivia a evocar as lembranças da sua fase estudantil, da movimentação e manifestações populares recorrentes no centro de São Luís.

Na fala do narrador:

para dizer a verdade, a saudade frequentemente lhe voltara, e ela dava por si a lembrar a rua movimentada, as crianças brincando de roda nas noites de luar, o apito do vigilante da Guarda Noturna, a animação da praça nos dias de carnaval, com muito fofão pulando e muitos blocos de mascarados. (MONTELLO, 1982, p. 25).

É importante frisar que o Anil, ainda que representasse rejeição e saudade para os personagens em tela, não cabe afirmar que seja conceituado como lugar exílico, uma vez que esse significado diz respeito à representatividade que tem para Benzinho, Dona Binoca e Juca. O lugar tem o significado de quem o experiencia, dando ênfase aos estudos humanistas aqui analisados no terceiro capítulo, os sentimentos atrelados ao lugar como apinhamento e espacialidade, bem como a essência de lugaridade, conceitos atribuídos por Tuan (2012, 2013) e Relph (2014), são definidos pelas condições de vida e relações mantidas nos espaços.

Dessa forma, para Dr. Crispim e Dona Esmeralda, vizinha de Benzinho, o Anil representa um lugar de sossego e paz, onde vislumbram possibilidades financeiras e a tranquilidade encontrada no espaço rural, imerso na natureza ainda latente. O Anil é o lugar onde Dona Esmeralda encontra o sentido de lar como abrigo e segurança, próximo ao que D. Binoca sente pela sua casa na Praça da Alegria, sentimentos pelo lar fundados nos estudos de Bachelard (2007), Relph (2014) e Tuan (2012, 2013): “perto de tudo: o bonde que passa à porta da igreja, que fica na outra rua, da farmácia que é ali adiante. E também do açougue, da delegacia de polícia. Não troco esse sossego pela confusão de São Luís” (MONTELLO, 1982, p. 42-430), disse a vizinha de Benzinho no tom amigável ao apresentar as potencialidades do seu lugar, qualidades mergulhadas nos sentimentos de afetividade e de amor.

Após análise da paisagem percebida na narrativa e seus elementos físicos, humanos, humanistas, incluindo os dramas e medos vividos pelos personagens, encerra-se esse capítulo fazendo alusão aos sentimentos produzidos pela relação do homem com a terra, amplamente discutido por Dardel (2015) em suas inferências ao ser-no-mundo de Heidegger. Na medida em que o narrador mostra uma paisagem fruto da convergência de momentos vividos, impressão que une os elementos da estética e da condição humana do espaço, toma desenho uma paisagem com viés de “tonalidade afetiva de ser no mundo” (GALVÃO FILHO, 2019, p. 67) e mostra, por meio do espaço vivido na segregação, das celebrações populares, do cotidiano e das angústias dos personagens, da subjetividade, alinhados ao comportamento de outrora, uma paisagem que “não é uma essência feita para se olhar, mas a inserção do homem no mundo, de um combate pela vida, manifestação de seu ser com os outros, base de seu eu social (DARDEL, 2015, p. 32).

Assim sendo, quando a narrativa de *Janelas Fechadas* coloca a cidade por meio de expressões humanas informadas por códigos culturais ligados à conjuntura vivida, apreendidos no habitar na terra, nos termos de Besse (2014, p. 13), ela nos apresenta a paisagem com “um tipo de grande (retícula) mental, um véu mental que o ser humano coloca entre ele mesmo e o

mundo, produzindo com essa operação a paisagem propriamente dita”. O mesmo autor vai defender que esse véu, essa representação mental possui uma realidade paisagística que se apresenta ao ser humano, seu atestado de existência. Antes mesmo de ser estética, a paisagem é obra da mente, uma leitura individual, não dissociada dos fatos vividos e sentidos, que não existe em si, mas na relação com o indivíduo e/com o coletivo, intersubjetivamente, que reverbera sentimentos enraizados na *Geograficidade*.

No próximo capítulo, os mais variados significados do Anil serão profundamente analisados, considerando as vivências de Benzinho no o espaço/ lugar e a maneira como se mostra a transitoriedade desses significados para a personagem

5. ANÁLISE DA GEOGRAFICIDADE NA OBRA

Este capítulo encerra a análise da *Geograficidade* no romance. A observação da relação entre o homem e a terra, nos termos de Dardel (2015), é esboçada através da perspectiva de lugar, enquanto categorias espaciais que traduzem as experiências e as individualidades do sujeito no seu lugar vivido, fundamentadas nas considerações de Yi-Fu Tuan e Edward Relph.

Para Tuan (2013, p. 338), todo indivíduo compartilha atitudes e perspectivas comuns no mesmo ambiente, porém “a visão que cada pessoa tem do mundo é única, de forma nenhuma fútil”. A experiência do deslocamento e o sentimento de exílio podem ter sido compartilhados por todos os membros da família de Benzinho, no entanto o significado do espaço Anil para cada indivíduo é carregado de particularidade e, dessa forma, para não correr do risco de relativizar a experiência, ao tratar da percepção de forma conjunta, a análise do lugar na obra terá como aporte a observação de viés humanista fenomenológica das emoções vividas e memórias evocadas pela protagonista, tomando por base os sentimentos topofílicos, de apinhamento e de espaciosidade, bem como lugar íntimos e de memória, produtos da relação homem - meio.

5.1 Lugares e seus significados em meio ao processo de deslocamento e conversão

Longe do convívio social do bairro de origem, Benzinho vivencia tempos de solidão, saudade e incertezas, mas também de lucidez e esperança, sentimentos antagônicos, reflexo de suas vivências que reverbera nos múltiplos significados do lugar. As primeiras experiências no Bairro Anil foram marcadas pelo inesperado deslocamento da família e o desaparecimento de seu amado, e esses elementos desaguam em sentimentos que influenciam na relação com o espaço. Nesse momento, recorre-se à categoria **espaço** e não **lugar** para conceituar o Anil, considerando os estudos de Tuan (2013) que diferencia as unidades espaciais pensando nos símbolos que elas emitem “A partir da **segurança** e **estabilidade** do lugar estamos ciente da amplidão, da liberdade e da **ameaça** do espaço e vice-versa” (TUAN, 2013, p. 14). O lugar para Tuan não é apenas uma região física onde a afetividade se impõe por mecanismos de poder, mas sim o encaixe de valores humanos associados a afetividade. Marandola Jr (2014, p. 242) implementa esse pensar afirmando que “é nesse lugar que estão fundadas as memórias coletivas, as identidades e os laços compartilhados que nos mantêm ligados ao mundo”.

Diante desse aporte teórico sobre o sentido de lugar, infere-se que o Anil para a jovem Benzinho, em princípio, não traduz segurança e apoio. A moça experiencia uma constante ameaça à reputação da sua família, caso José Augusto não retorne do Rio de Janeiro e desça do bonde com o pedido de casamento. Sentimentos protetivos não são sentidos, na medida em que

o espaço nutre elementos de julgamento social, afirmação e vigilância patriarcal que impossibilitam transcender a condição presente de mulher desprivilegiada.

Todas as agruras ali vivenciadas reverberam em enclausuramento, janelas fechadas para o mundo, com exceção dos horários de chegada e partida do bonde, “a preparar-se todas as tardes, instalando-se na mesma cadeira, à espera do bonde que traria José Augusto” (MONTELLO, 1982, p. 43). Uma prisão simbólica que reverbera em sentimento de limitação, embalada pelas visíveis fragilidades estruturais do chalé “porta e janela”, iluminado à luz de velas, sem encanamento, a tomar banhos na água de poço do quintal de terreno úmido e escorregadio, mais ainda, de dimensão espacial muito inferior à casa da Praça da Alegria, que era “uma casa espaçosa, a alcova ventilada, imensa varada, o quarto dela e o quarto do Juca, por fim a copa e a cozinha, com o quintal e o banheiro” (MONTELLO, 1982, p. 25).

Em casa, vivia a entreter-se com os jogos de cartas, sempre apreensiva, buscando na sorte, repostas e revelações do seu destino, e a brincar com bonecas já empoeiradas e esquecidas pela idade avançada. O espaço parece fechar-se sobre ela. Conforme afirma Tuan (2013), a falta de locomoção, circulação e reconhecimento da área faz com que a pessoa tenha dificuldade de desenvolver ideias elementares do espaço abstrato, porque tais ideias só podem se desenvolver com o movimento, experiências que só podem ser transformadas em saber por meio do conhecimento do espaço. A anulação da mobilidade e liberdade na esfera social e as bagagens emocionais da personagem ocasionam então um sentimento de **apinhamento** que, nos termos de Tuan (2012), repercute na sensação de desconforto. Sentir-se preso no espaço, sem perspectiva de conforto e superação são elementos da condição humana que indicam o sentir-se apinhado.

O apinhamento nem sempre está ligado a espaços limitados, assim como alta densidade demográfica não apinha pessoas, necessariamente. Tuan (2012) fundamenta essa concepção nas observações das experiências de vida e do cotidiano de povos distintos; as deduções vêm das experiências vividas no espaço, intersubjetivamente. Para o autor, experiência é a maneira como uma pessoa conhece seu mundo e, nessa conjuntura, o lugar é um centro de significado da experiência; é conhecido não só através dos olhos e da mente, mas também das experiências passivas e diretas, que resistem à reificação (TUAN, 1965).

As fragilidades do chalé do Anil, agregadas aos fatores emocionais advindos do banimento estabelecido por preceitos morais da elite conservadora, pessoas que apinham e podem restringir liberdade e privar dos espaços, moças na conjuntura social de Benzinho, são fatores que aglutinam a sensação de apinhamento.

Diante da teoria humanista construída por Tuan, considera-se então que o Anil, para Maria de Lourdes, trata-se de um espaço que nutre forte sentimento de insegurança, mal-estar e apinhamento. Alargando as conceituações do sentimento para com o Anil na percepção de Benzinho, Relph (2014), convida a pensar o espaço como lugar, porém consolidado pela ausência de fatores que possam entendê-lo enquanto espaço de afetividade. O Anil e suas debilidades estruturais, culturais e humanas, nas acepções de Relph, representa um lugar, porém sem lugaridade. O termo “lugaridade”, conforme explanado no terceiro capítulo do trabalho, representa um lugar que atende a fatores que contemple um viver de plena consciência de satisfação e que contribua para a construção de um significado em conformidade com o bem-estar do indivíduo. O geógrafo vai defender que esses fatores não estão ligados apenas aos elementos externos do corpo e traz à baila a importância de se pensar aspectos psicológicos como base para a construção da lugaridade, a reunião de fatores em sentido psicológico “integra em nosso corpo, o estado do nosso bem-estar, a imaginação, o envolvimento com os outros e nossas experiências ambientais” (RELPH, 2015, p. 29).

A lugaridade é posta em pauta, na medida em que emperra o potencial de superação da personagem, fortemente atacado por preceitos culturais que desejam diminuir-la. Nessa conjuntura, o Anil e próprio o chalé de porta e janela são espaços que aglutinam sentimento de apinhamento de não lugaridade para Benzinho, considerando todos os fatores não contemplados na reunião, incluindo a fisionomia, as atividades sociais, a história local, o relacionamentos com os outros e a carga emocional do indivíduo (RELPH, 2015).

A referência de lugar e lugaridade como amplitude protetiva e de afetividade, nos termos de Relph (2014) e Tuan (2013), é representado em *Janelas Fechadas* pela casa da Praça da Alegria. O lar é centro de significados afetivos, onde Benzinho pode ficar ouvindo o gramofone, às alturas, dançando pela casa e repetindo inúmeras vezes as músicas mais queridas: “cerrava os olhos, com nuca apoiada no espaldar da cadeira ou do sofá, as pernas estiradas pra frente e era como **se ficasse suspensa no ar**, distraída com o sentimento do verso ou com a suavidade da melodia” (MONTELLO, 1982, p.23). Uma leveza pautada na vida ainda não perturbada pela punição a que foi submetida, pois ainda pertencia à sociedade conservadora, um lugar com *reunião* de todo os fatores protetivos, único, repleto de interioridade, de familiaridade. (RELPH, 2014).

Para Marandola Jr (2014) é pelo lugar, nos termos humanistas da Geografia, que nos identificamos e que constitui a base de nossa experiência no mundo. Nesse sentido, deduz-se que a casa da Praça da Alegria é, certamente, o lugar onde Benzinho nutre maior sentimento de

acolhimento e é referência identitária por atender ao ideal que perpassa pela estudante de escola de freiras, amparada socialmente como mulher que cumpri seu papel. É nesse lugar que vive a melhor experiência de mundo e conforto, onde se sente livre em diversos níveis de significado, lugar de liberdade, base protetiva para a ligação com o mundo, com sua referência de mundo, lugar de inclusão e não de limitações. (TUAN, 2012).

Ampliando mais as investigações conceituais de Tuan (2013) sobre os significados dos lugares, a relação entre a jovem Maria de Lourdes e sua casa da Praça da Alegria pode ser analisada como um envolvimento topofílico e de espacialidade, sentimentos que assumem muitas formas e variam muito em termo de escala e de intensidade nas particularidades dos sujeitos. A relação topofílica que Benzinho nutre pelo centro da cidade, pela casa da Praça da Alegria assume um nível de afetividade que evolui ainda de deleite, apego, orgulho e alegria nas coisas e momentos ali vivenciados.

Importante pontuar que os significados dos lugares não são eternizados e podem sofrer transformações à proporção que as experiências e os sentimentos se reconfiguram. Nos termos de Mello, “no íntimo das pessoas, transitórios ou duradouros, os lugares da atualidade ou do passado podem variar de acordo com os valores, a quebra de preconceito a afirmação de conceitos e a afirmação de novas normas” (MELLO, 2014, p. 40).

As mudanças de experiência no espaço possibilitam transitoriedade de significados de espaço para lugar, corporificados por meio da experiência, ambiguidade e valores humanos. Observa-se essa transmissão de valores na narrativa quando da personagem Benzinho, sentindo a necessidade de superação, haja vista a falta de perspectiva de casamento, decide mudar seu comportamento perante o espaço Anil e passa a se apropriar das áreas circunvizinhas.

A vontade de conhecer a paisagem estética do lugar foi uma atitude libertadora de Benzinho, rumo ao processo de superação de apinhamento e de sua condição diminuída, a começar pela própria casa, no quintal que pouco visitara, pois até a água para seu banho era transportada pelo irmão, diariamente: “não quero depender de Juca para tomar banho eu mesmo desço ao banheiro e tomo banho na água da cacimba (MONTELLO, 1982, p. 59). Decidida a reconhecer a paisagem, desceu à cacimba, interagiu com a natureza sem se preocupar com os animais ali existentes, “e então entretida Benzinho ficou, olhando seu corpo refletido por meio do lume da água, que não se lembrou mais de cobra sempre de olhinhos acesos e língua cumprida para fora da boca”. (MONTELLO, 1982, p.60).

Perceber a paisagem é atividade inerente à condição humana, considerando a relação vital entre o homem e a terra, conforme preceitos de Dardel (2015). No entanto, para tal é

necessária à retomada do conhecimento e da experiência da área para que o indivíduo possa estar habilitado a viver a paisagem e toda a sua representatividade.

Feitosa, Cordeiro (2010) reforça esse pensamento ao observar que a percepção da paisagem exige do indivíduo condições que ultrapassam a simples resposta a estímulos, o que inclui a capacidade de constituir relações entre os fenômenos percebidos. Para tal percepção, além do conhecimento e da experiência, é necessário que se tenha maturidade e sensibilidade.

Segundo Tuan (2013), para que se concretize o gosto desenvolvido por certas paisagens ou o elo afetivo por lugares, é necessário que se tenha motivos para a apreensão do interesse; a percepção da paisagem é duradoura e profunda quando está mesclada com veemência pelas informações locais. “As imagens mudam à medida que as pessoas adquirem novos interesses e poder, mas continuam a surgir no mesmo ambiente cujas facetas, previamente negligenciadas, são vistas agora com total claridade” (TUAN, 2013, p. 170). Assim, a percepção da paisagem pode se alterar por meio do conhecimento, bem como os sentimentos a ela atrelados. Nessa esteira de pensamento, diante da postura de reconhecimento da paisagem do Anil por Benzinho, o lugar passa a ter outro significado, alinhado às novas perspectivas de vida da personagem.

Além da busca pelo reconhecimento da área, a jovem passa a dedicar seus dias a construir, modificar seu novo lar, deixando-o com aspecto mais acolhedor e habitável: “ela própria encheu de terra outras latas e depois de furar-lhes os fundos com prego, ali plantou margaridas, avencas, amores-perfeitos, um pé de papoula, outro de samambaia”. (MONTELLO, 1982, p. 60-61). Um processo de reconstrução do lar, por meio do plantio de flores e plantas que adornam um nicho acolhedor, pleno de aspectos íntimos da personalidade. “As janelas da casa, com exceção apenas das duas que davam para a rua, em breve se encheram de outras plantas que Benzinho trazia do quintal para lá e os jarros de argila”. (MONTELLO, 1982, p. 61).

Importante frisar que não se trata apenas de uma simples reforma material ou criação de “máquina de habitar”, mas um lugar que proporcione abrigo, experiências de espaço. Entende-se aqui a espacialidade analisando o espaço vivenciado nas tensões estabelecidas, a partir das relações conflituosas com o sujeito (BRANDÃO, 2015). Nessa fluidez de pensamento, a transformação do lugar respalda-se nos investimentos e ações que possam contribuir com o nascer de sentimentos positivos. Cultivar flores foi uma das possibilidades encontradas por Benzinho para construir o lugar com viés mais acolhedor e que pudesse ressignificar sua casa, sua vida.

O Dicionário de símbolos aponta que cada flor possui um significado próprio, no entanto, de maneira geral, tem princípio passivo, representado pelo receptáculo aparente do cálice tal como taça. Nota-se, por meio da simbologia, que as flores se abrem para novas perspectivas e Benzinho festeja essas mudanças com múltiplas cores, de flores diversas, especialmente as papoulas, símbolo do atributo de Démeter, deusa grega da colheita, da fertilidade, a deusa da terra, terra que, cultivada, simboliza transformação, nascimento, morte e reaparecimento. (CHEVALIER, GHEERBRANT, 2018).

É no solo do lugar de exílio que Benzinho investe suas perspectivas e sonhos, morre para as zonas de limitações em que se encontrava e nasce para novos projetos como se almejasse se despedir da fase perversa e buscar, na variedade das flores, remédio para a vida incolor gerada pelo sentimento de exílio: “os exilados sentem uma necessidade urgente de reconstituir suas vidas rompidas e preferem ver a si mesmos como parte de uma ideologia triunfante ou de um novo restaurado.” (SAID, 2003, 48).

Os seres humanos, ao longo da existência, têm procurado o meio ambiente ideal, a construção do mundo ideal é uma questão de remover os defeitos da realidade que se mostra. Tuan (2013). A postura que emerge da vontade de renascer dialoga com a maturidade transcorrida da maternidade. O ápice da transformação é marcado pela decisão madura e destemida de não esconder sua barriga, viver livre sem atenção aos olhares de julgamento:

Agora está decidido: não me espremo mais. Vivo trancada em casa, sem poder respirar, com risco de matar meu filho dentro de minha barriga, são para verem que estou grávida. Não me aperto mais, minha barriga não é a primeira e nem a segunda. Ponto Final: quem quiser achar ruim, que ache, quem quiser falar que fale. Chega! (MONTELLO, 1982, p. 92).

De certo modo, a maternidade trouxe ânimo necessário a Benzinho no enfrentamento de suas angústias. Durante a gestação, a mulher sofre uma gama de transformações físicas e psicológicas, mais ainda sociais, haja vista a redefinição de papéis, especialmente no seio familiar, na relação com sua mãe, pois passa a exercer concomitantemente o papel de filha e de mãe e, na construção de novos papéis. podem surgir sentimentos de empoderamento e autonomia. (BASSOF, 1991).

De fato, a maternidade pode ser concebida como possibilidade para compreender a postura destemida que a personagem assume ao desbravar o lugar, promover interação com o meio, construir relacionamentos com a população local e conferir outra definição significativa ao lugar. Nas cerimônias de acolhimento aos amigos, a dádiva tríplice do dar, receber e retribuir, sem necessária obrigação moral, fruto das representações coletivas. Mauss (2003), foi concretizada após o parto da menina Heloisa, filha de Benzinho. Licor de jenipapo foi

distribuído às visitas, traduzindo assim receptividade com os vizinhos e amigos do bairro. É por meio da interação com lugares e pessoas que os espaços adquirem o seu significado mais pessoal e “a pessoa se liga ao lugar quando este adquire um significado mais profundo ou mais íntimo”. (OLIVEIRA, 2015, p. 12).

Assim, após o nascimento da filha, a mãe já havia construído laços humanos, amizades estabelecidas com a vizinhança e com os moradores do Anil, ainda que tenham modos de vida díspares do que foi vivido pelas pessoas do centro da cidade.

O profundo sentimento de lugar foi reconhecido por Benzinho quando, ao passear com a filha pelas estradas do Anil, sentiu receptividade e carinho de todos os moradores. A cena narrada representa o reconhecimento dos vínculos construídos com a vizinhança, a amplitude das relações com as pessoas que nos rodeiam, cotidianamente, é de extrema importância para a configuração de lugar como abrigo, caso contrário, compartilhar o mesmo bairro, ruas e demais residências, até que se torne afetivamente organizada para o indivíduo, representa apenas lugares íntimos de cada morador, um lugar com limites individuais ou familiares, com valores que podem ser ameaçados por forças exteriores, mas que podem ser trabalhados e:

[...] crescem imperceptivelmente com cada impressão inconsciente do paladar, do olfato e do tato, e com atos cotidianos espontâneos como pedir e emprestar açúcar. Perceber a amplitude da vizinhança requer o uso da visão e, especialmente, da visão da mente, pois a amplitude da vizinhança se estende para além da experiência direta do indivíduo. (TUAN, 1965, p. 10).

É pertinente mencionar que o reconhecimento do espaço enquanto lugar, nos termos de Tuan (1965, 2012) demanda tempo, porém o decurso do tempo não garante o sentido de lugar; É o relativismo profundamente defendido pelo pensamento humanista: “se a experiência leva tempo, a passagem do tempo em si não garante a experiência. Uma pessoa pode conhecer um lugar intimamente após cinco anos de permanência; outra viveu lá toda a sua vida e é para ela tão irreal quanto os livros não lidos na sua prateleira” (TUAN, 1965, p.14). Isto posto, infere-se, por meio da análise da experiência de Benzinho, que o tempo influenciou na reconstrução do significado do Anil, mas não de forma predominante: é preciso considerar as atitudes, os investimentos e a mudança da forma como passou a se relacionar com o lugar e com as pessoas, a mudança está ligada à decisão madura e desprendida de encarar a vida, sem se deixar sofrer pelas amarras sociais.

Mesmo depois da morte prematura da filha, aos três anos de idade, possivelmente vítima de meningite, sepultada no cemitério do Anil, a personagem se recusa a sair de São Luís em viagem para a cerimônia de casamento do irmão a ser realizada no Rio de Janeiro. Optou pela solidão voluntária no Chalé do Anil, lugar onde encontrou acolhimento e solidariedade das

pessoas comovidas com seu luto e passa a não sentir mais saudade do passado: “quando a pessoa sente que ela mesma está dirigindo as mudanças e controlando os assuntos importantes para ela, então a saudade não tem lugar em sua vida: a ação em vez de lembranças do passado apoiara seu sentido de identidade” (TUAN, 2012, p. 229).

Benzinho consolida sua trajetória no Anil, casando-se na igreja, de vestido de noiva, levantado na frente, em virtude da nova gestação avançada, customizado com grinalda de botões de laranjeira na cabeça. A cena representa a vida (re) construída ao lado dos amigos, novos significados para com o lugar, fundamentado pela vontade de viver o presente e a pausa necessária para a construção de conexões amorosas, um lugar de pertencimento, de abrigo e de memórias compartilhadas, livre das amarras do passado opressor e indesejável; embora com a tristeza pelo luto eterno de mãe, naquele lugar, consegue enxergar a mundialidade, o lugar enquanto circunstancialidade, “o centro do mundo circundante da cotidianidade enquanto fundamento espacial da existência” (MARANDOLA JR, 2014, p. 245), um presente de realidade experiencial, “ponto sensível da existência, com sua mistura rudimentar de alegria e tristeza” (TUAN, 2012, p. 239).

O Anil para Benzinho, agora, é o lugar com significado mais intenso do termo, pensado por Yi Fu Tuan. A paisagem para a jovem tem outra acepção, ela conhece e sente profundamente o bairro, “um conhecimento que emerge do seu mundo interior e que se manifesta em poesia, em fragrâncias de cor, luz e sensações sem intervenções incômodas do racionalismo” (FEITOSA, Márcia, 2014, p. 163).

A análise dos significados de lugar para a protagonista Benzinho, apoiada na fenomenologia, será ampliada para lugares que são guardiões de memórias, espaço palco de vivências, caminhos para se pensar mais profundamente sobre a relação da personagem com os lugares.

5.2 O Lugar íntimo e de memória representado pelo Colégio Santa Teresa

Os seres humanos carregam seus lugares e esses vicejam no contágio e na interação estabelecida, não importando se aqui, ali, acolá ou alhures. (MELLO, 2014, p. 47). Alguns lugares, por intermédio de festividades, dramas ou mesmo por situações corriqueiras que ali se manifestam passam a significar referência nas vidas dos sujeitos que carregam as lembranças por toda vida, tempo e espaço.

À guisa dessa reflexão e tomando como base as referências de vida da personagem Benzinho, é fácil perceber alguns pontos localizados no centro da cidade que são referências para a recordação da experiência de uma vida, verdadeiros aportes para a memória, lugares onde se cristaliza e se refugia e, eternizados, acompanham a jovem no seu drama de deslocamento e exiliência.

O Colégio Santa Tereza ocupa papel de destaque na memória de Maria de Lourdes, sempre recorrendo aos alvitre do tempo de estudante, dos momentos ali vividos. Certamente o colégio de freiras, e tudo o que representa, é lugar de memória para Benzinho. No que toca à reflexão sobre lugar de memória, Ricoeur (2007) pontua que eles funcionam como documento, luta contra o esquecimento que, representando um status de sítio, de paisagens, ao contrário das lembranças que voam como voam as palavras. O lugar, por uma conceituação material, é a mais forte ligação entre o homem e a data que recorrem às lembranças individuais e coletivas, em especial os lugares habitados que são, por excelência, memoráveis. Nora (1993, p. 9) amplia o entendimento conceituando esses lugares nos três sentidos da palavra: “material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos”. Observa que os lugares de memória, nos quais não mais habitamos, sobrevivem da evocação de lembranças e nutrição de sentimentos por meio de vigilância consciente e inconsciente; são lugares salvos de suas memórias, semioficiais, semi afetivas e sentimentais, de unanimidade e sem unanimidade.

As lembranças do Colégio Santa Teresa estão presentes na memória de Maria de Lourdes e desvelam a importância desse lugar para a identidade da personagem que busca reviver os acolhedores momentos vividos na escola, como se, dessa forma, pudesse suprir as fragilidades impostas pelo sentimento de apinhamento vivido no Anil e minimizar a saudade da vida de outrora. Por longas horas, no chalé do Anil, vivia a recordar o cotidiano da escola, lugar de manifestações humanas de relevo para Benzinho.

Voltada para dentro de si mesma, e o que vira era a sala de aula as colegas, a Madre Peixoto, Parecia-lhes que a sua volta, havia repentinamente, voltado a bulha do colégio, com as alunas falando alto, o ruído do recreio, a bater da sineta, o tumor dos sapatos nos degraus da escola. (MONTELLO, 1986, p. 46).

Infere-se que as lembranças constantes são lutas pelo esquecimento, funciona como aporte, uma válvula para enfrentar os desígnios do destino a que foi imposta. A busca pela recordação dos fatos vividos no colégio são como se estivesse no passado, experimentando todos os elementos dos sentidos, como se estivesse vivendo dos sons emitidos pelo cotidiano da vida escolar; é sempre uma maneira de reforçar as memórias e mantê-las vivas, como reforço para manifestações de coragem e de relutância da personagem.

Ainda sobre lugares de memória, Pollak (1992) reforça que estes podem ser monumentos, lugares de comemoração que servem de base para lembranças de um período em que a pessoa viveu. O Colégio Santa Teresa não apenas assumia a missão do ensino, como também da construção de pensamento e postura religiosos, embalados pelos rituais espirituais, apoiados no calendário católico que contemplam os dias dos santos e outras manifestações e é, portanto, um lugar monumento de comemoração, nos termos do autor (1992). Porém, o que traz a condição de lugar de memória para Benzinho, é representado pela simplicidade dos acontecimentos ali vividos, a beleza do cotidiano escolar, embalada pelos laços de afetividade com as pessoas e a imagem, nas coisas menores e mais familiares, na sua totalidade compartilhada. “De súbito, porém, sentia saudades do Colégio, da Madre Peixoto, da sala de aula, do recreio no pátio, da missa da capela, do ruído dos passos na escada, do pigarro de Monsenhor Brito, sempre a assuar-se com um grande lenço de cambraia”. (MONTELLO, 2002, p. 43).

Convém discutir ainda sobre partilha de experiências, as lembranças do que foi vivido com as colegas e as freiras assumem papel muito importante na evocação da memória da personagem. Considera-se, então, que as memórias da personagem são individuais, contudo, carregadas de sentido de agrupamento. Halbwachs (2013) revela que as lembranças individuais são resultado da vivência na coletividade e podem ser lembradas por outros, porque jamais estamos sós. O autor expõe que a memória possui um resgate de forma individual, porém, muito daquilo que é evocado são elementos de cunho social, o que permite uma definição coletiva e compartilhada do espaço. As imagens espaciais desempenham um papel importante na memória coletiva, pois o lugar, palco das práticas de um grupo, não é como uma lousa na qual se escreve e depois se apaga informações; antes, é um local que recebeu a marca de vários indivíduos e, assim, configura os símbolos culturais existentes nele.

Nessa seara, Ricoeur (2007) aponta que as lembranças não são construídas apenas através dos sentidos e das experiências individuais (esfera da interioridade que não pode ser negada), mas também, por meio das situações em que se posicionam as experiências, incluindo

o outro (a corporeidade do sujeito), o espaço, a visão de mundo e de mundos, compartilhada com outros sujeitos que são cenários do acontecido e, portanto, elementos da memória.

Os lugares de memória nascem e vivem de sentimentos individuais e coletivos, precisam ser alimentados, manter as celebrações rituais, tradições ou vivências neles vividos, porque as operações não são naturais. Nesse sentido, mesmo com indícios de expulsão e exclusão que a escola representa na vida de Benzinho, o lugar assume grande alcance afetivo e é sempre o destino a ser visitado quando dos planos de retorno ao centro, na esperança de resgatar ali algo valioso que ficou perdido no passado. Em diálogo com sua mãe Binoca, disse: “Depois que o neném nasceu, quero voltar para o colégio. Diga isso a Madre Peixoto, quando for a São Luís” (MONTELLO, 1982, p. 46).

Nessa perspectiva, Tuan (2012) explica a importância dos lugares do passado para resgate do eu, enfatiza que os indivíduos podem reconstruir o passado com breves visitas aos seus bairros de infância ou local de nascimento. Lugares com grandes significados simbólicos para o sujeito. O regresso é uma maneira de recordar a história pessoal, através do contato com pessoas e estruturas do passado, fortalecendo a individualidade, uma necessidade para aqueles que necessitam da interioridade por via do contato com lugares simbólicos pessoais “o passado precisa ser resgatado e tornado acessível” (TUAN, 2012, p. 228).

Assim, Maria de Lourdes, logo após nascimento da filha, ainda na fase de amamentação, se desloca para o Colégio Santa Teresa, sem aviso prévio e no intuito de reviver, de alguma forma, momentos compartilhados com as colegas, com as freiras com a paisagem vivida e seus sentidos. Decide então, partir para seu destino de reconstrução do eu, acompanhada da filha e, ao adentrar no lugar, “por um instante, emocionada prendeu a respiração, com o ouvido atento, sentindo os olhos úmidos, sobretudo quando cresceu, de repente, o alvoroço das alunas no pátio” (MONTELLO, 1986, p. 194). Sentindo-se acolhida naquele lugar tão íntimo, de aconchego, Benzinho sentiu tamanha espaciosidade, liberdade para agir e se colocar no lugar e, obedecendo aos instintos e anseios, cedeu ao desejo de amamentar a filha ali no pátio, sob o olhar das moças presentes.

Para Tuan (2012, p. 172), os lugares íntimos são aqueles onde encontramos carinho, aconchego que se assemelha ao sentimento do lar de infância, são lugares onde verdadeiramente as pessoas estabelecem contato, “são transitórios e pessoais. Podem ficar gravados no mais profundo da memória, e cada vez que são lembrados, produzem intensa satisfação”. A espaciosidade sentida no lugar íntimo, nos termos de Tuan (2012), a fez transcender a sua condição presente, superando o estigma de mulher de “mal passo”, não admitida naquele espaço

e sentiu tamanha segurança que rompeu com as regras patriarcais ali estabelecidas e amamentou sua filha sob olhares curiosos da plateia entusiasmada.

No entanto, atendendo as diretrizes sociais, a Madre Prefeita da escola, presenciando a cena, se coloca contrária às atitudes da jovem mãe, deixa transparecer o incomodo representado pela visita da ex-aluna e, de maneira agressiva, ordena sua retirada do local: “Madre Peixoto não pode atender você, Maria de Lourdes, nem aqui é lugar apropriado para dar de mamar a sua filha. Por favor, vá para sua casa. E não volte aqui, sem estar autorizada pela direção do colégio”. (MONTELLO, 1982, p. 196). Consciente da sua realidade, já empoderada pelos impulsos da maternidade, a jovem não cede aos insultos da freira e se desponta firme no propósito maternal: “mas eu não vou daqui Madre Prefeita, sem primeiro minha filha terminar de mamar. E com a freira à sua frente, a servi-lhe de biombo, continuou a amamentar lolo, exibindo o seio farto que a menina ia sugando com a costumeira voracidade”. (MONTELLO, 1982, p. 197).

Diante do propósito contrariado, o lugar Colégio Santa Teresa passa a assumir outro símbolo, não mais íntimo. Para Nora (1993, p. 9) A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento. Recorrendo ao direito ao esquecimento, Benzinho então afasta de si a intimidade do lugar, recorrendo ainda a possibilidade da partida para o Rio de Janeiro ao encontro do seu irmão, tentado abstrair o sentimento pelo lugar íntimo concebido pela sua escola.

No Chalé, após a visita ao Colégio Santa Teresa, Benzinho analisa a situação experienciada, o narrador assim descreve as conclusões e os sentimentos da personagem:

Mais tarde, ao voltar a folhear as velhas revistas trazidas da casa de D. Esmeralda, benzinho deu a voz a um tom de tristeza, dizendo a filha que adormecera no colo: - Não dá importância à grosseria da Madre Prefeita. Ela sempre foi estúpida, um dia, Deus lhe quebra a crista. É só a gente esperar para ver. Além disso, nós estamos para ir embora de São Luís (MONTELLO, 1982, p. 198).

Para Pollak (1992, p. 10) a memória é um fenômeno vulnerável à reconstrução que em nível individual pode ser consciente ou inconsciente. O que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra é evidente resultado de um verdadeiro trabalho de organização. Embalada pelo viés de administração das lembranças, pode-se perceber na narrativa que o Colégio Santa Teresa, agora norteado pela lembrança da agressividade proferida pela Madre Prefeita, perde a posição de lugar íntimo, não mais sendo possível resgata o sentimento de espacialidade, porém, apagar da memória um importante monumento seria impossível, considerando a posição identitária que assume na vida da jovem.

Para Ricoeur (2007), quando o esquecimento assume uma posição de sepultamento, surgem, então, uns paradoxos que protesta esse rótulo e questiona: como pensar o esquecimento, se não, lembrar-se do fato esquecido, lutar contra o esquecimento é retornar a “coisa” esquecida, portanto, como admitir sepultamento e apagamento. A memória contém o esquecimento, este é um obstáculo para evocar, no entanto faz parte do processo de evocação da lembrança.

Assim, por mais que não recorra aos momentos vividos no colégio, as materialidades estão ali presentes nos itens do enxoval da filha Heloisa, o sapatinho de lã e camisolão do batizado presenteados pelas amigas mais próximas, do Santa Teresa, que “tinham pra ela um valor próprio, que os distinguia das outras peças do enxoval, ora se alegrava com eles, ora se entristecia, conforme refletia sobre o gesto das duas ou sobre o retraimento e o silêncio das outras companheiras” (MONTELLO, 1982, p. 136). O elo entre a personagem e a escola estava ainda no apego aos rituais religiosos, na identidade cristã e, mesmo que involuntariamente, ainda nutria carinho pelos anéis que ligam à escola de freiras. Entretanto, resta sepultar as recordações, o hábito de vagar pelas lembranças do lugar íntimo de outrora, por meio do apagamento necessário.

Algumas lembranças advindas de experiências desagradáveis estão carregadas de sentimentos insuportáveis, mas podem servir como superação e fortaleza para o sentimento de identidade. Nos termos de Candau (2011, p. 15) pela análise e consciência dos fatos, o homem aprende a suportar o passado, “juntando os pedaços do que foi uma nova imagem que poderá talvez ajudá-lo a encarar a vida presente”. Pelos caminhos da superação, é necessário recorrer aos “esquecimentos tradicionais” capazes de ligar os indivíduos ao presente em busca de reconstrução identitária.

Considerando as mudanças na percepção do lugar, discutidas na sessão anterior e as origens e consequências dessa mudança na vida da protagonista Benzinho, infere-se que, em nome de uma readaptação de vida e de referências, alguns sepultamentos foram alcançados.

5.3 As Janelas e as nuances da Paisagem

Os espaços presentes no romance *Janelas Fechadas* são tantos quanto permite a imaginação do autor. Observam-se, no decorrer do trabalho, os espaços materializados, palcos das vivências dos personagens que se relacionam com eles e manifestam sentimentos de afetividade ou apatia. Espaços físicos limitados, amplos, inventados que são vividos pelos sujeitos da trama andam paralelo aos espaços simbólicos “que atribui valoração distinta a quem

dele participa” (AZEVEDO, 2015, p. 17). Nos termos de Brandão (2015), é preciso entender que a feição espacial na literatura exige uma espacialidade própria da linguagem. Segundo o autor:

a linguagem é espacial porque é composta de signos que possuem materialidade. A palavra é uma manifestação sensível, cuja concretude se demonstra na capacidade de afear os sentidos humanos, o que justifica que se fala da visualidade, da sonoridade, da dimensão tátil e do signo verbal (BRANDÃO, 2015, p. 63).

Não se recusa a existência de uma materialidade ao espaço, mas não anula o uso de termos sem a delimitação de seu sentido original e “ressaltar que o corpo não pode ser como manifestação auto fundante, nem como noção auto evidente”. (BRANDÃO, 2015, p. 65). Para este autor é preciso ainda considerar discurso espacial, conjunto de fatores com variantes de formatações e sentidos

[...]incluindo aí a própria literatura, mas também os discursos científicos e filosóficos no qual se concretiza, além de um sistema conceitual e operacional um quadro de referências simbólicas, um conjunto de valores da natureza cultural a que genericamente se denomina imaginário espacial. (BRANDÃO, 2013, p.35).

As referências simbólicas destacadas pelo autor viabilizam paisagens na literatura, são metáforas, simbologias e codificação de espaços embrionados na trama e carregados de sentidos e que reverberam em uma leitura das emoções da condição humana, da subjetividade dos personagens.

Da linguagem que possui o próprio espaço, a palavra janelas no romance objeto de estudo assume uma dimensão que sinaliza, por exemplo, as transitoriedades dos sentimentos da personagem Benzinho

Segundo o dicionário de símbolos, considerando as janelas do templo de Jerusalém, o termo *janela* pode indicar direções, que correspondem ao oriente, ao sul e ao ocidente. Permitem a entrada de luz em três modalidades e sentidos diferentes. As janelas simbolizam ainda receptividade, se a janela for quadrada a receptividade é terrestre, relativa ao que vem enviado do céu. (CHEVALIER, GHEERBRANT, 2018).

Receptividade não foi a simbologia emitida pelas janelas do chalé Anil, quando da chegada de Benzinho ao local de exílio. “A recepção foi embalada por janelas guarnecidas de rotulas. Muito comprida, parecia não ter fim, envolta pela farta folhagem de arvores e trepadeiras que se alastrava ao longo do terreno” (MONTELLO, 1982, p. 9). Um espaço fechado, extenso, sem possibilidades, ladeado de uma paisagem verde com arvores e trepadeiras que dominam o terreno desconhecido.

Ainda recorrendo à simbologia, a cor verde esconde segredos guardião do conhecimento profundo das coisas e do destino. A virtude secreta do verde simbolizado pelas folhagens do

Anil, nas primeiras passagens da narrativa, guarda grandes mistérios sobre a vida da jovem a buscar instalações no ambiente desconhecido e que, por isso, guarda também as chaves de um destino incerto. (CHEVALIER, GHEERBRANT, 2018).

Em face desses pontos, as janelas fechadas para o conhecimento, convida o leitor a desvendar os arcanos de Benzinho e se abrem para as os descobrimentos, na medida em que os fatos são revelados e as miúdes do drama familiar florescem, como nas acepções de perspectiva matrimonial frustrada, exiliência, sentimento incestuoso e o banimento. As janelas, no romance, assumem as representações, fechadas, abertas e escancaradas que disponibilizam indícios para perceber as nuances da vida da personagem, seus sentimentos mais antagônicos, suas angústias, temores e alegrias.

Quando fechadas, simbolizam espaço de recato e descontentamento, talvez embalados pela vergonha do mundo que condena e castiga a mulher desobediente às normas decretadas de outrora. Janelas fechadas para o mundo que não a acolhia. Em certos momentos da saga, as janelas fechadas, ainda que sejam cerradas pela vergonha e exclusão transmitem também segurança e sossego para Benzinho. Em um misto de quietude e tristeza, em estações de reclusão e silêncio. Decidida a arcar com sua condição social, ciente de seu destino, após a longa espera por José Augusto, Benzinho resolve fechar-se em casa, um aprisionamento necessário para paz “aqui já decidi: a rua, para bater perna eu não saíu. Prefiro o sossego de minha casa. E de janelas fechadas para ninguém me ver. Que vão chatear o bispo e não a mim. (MONTELLO, 1982, p.120).

Na casa da alegria, as janelas eram bem altas e fechadas que simbolizavam proteção contra violência, “Janela alta na casa do centro que não dava para o ladrão subir” (MONTELLO, 1982, p.30), mas ainda assumiam função de segurança, prevenção contra perigos que rondavam as reputações das moças, sempre que se despedia da filha D. Binoca recomendava: “Não te esqueças, fecha bem as janelas e as portas”. (MONTELLO, 1982, p. 26). Ao atentar para os conselhos maternos, Benzinho vivia a recordar de sua idade já avançada. “Chega de recomendação, mãe. Não sou mais menina, já fiz dezoito anos”. (MONTELLO, 1982, p. 27), alegava esse argumento sem perceber que os perigos não estavam ligados aos temores atinentes a idade em si, mas aos receios dos ataques à imagem feminina.

Em certos momento, as janelas ficam abertas apenas na sua lateralidade, para visualizar lugares e pessoas que indicam abrigo, com vista apenas para a vizinhança mais próxima que sempre apoiaram, especialmente nos momentos de julgamento e de solidão, “Janelas abertas para o quintal do vizinho bastava-lhe como passatempo ou evasão” (MONTELLO, 1982, p.13).

Nesses momentos de reclusão, amizade dos mais próximos, o cotidiano do lar, a casa e “as plantas, as bonecas, os seus passarinhos e sobretudo sua janela” (MONTELLO, 1982, p.91). Suas janelas que se abrem ou fecham alinhadas às suas condições humanas. Com exceção para os momentos em que passava o bonde, ainda nos capítulos de desilusão e tristeza “De tarde, tornou a sentar na cadeira de braço da sala, de gente para a janela de rua à espera da chegada do bonde” (MONTELLO, 1982, p. 47). As janelas sempre estão abertas para as chegadas do bonde, para a esperança de retorno de José Augusto, trazendo consigo a passagem para o vida tão amorosamente lembrada.

Quando da sua mudança de postura motivada pela maternidade futura e a consciência de sua realidade social, conforme análise trabalhada anteriormente, as janelas são mantidas sempre abertas para que adentrem: a luz e o vento à casa do Anil. No período de transição de sentimentos para com lugar, do apinhamento à espaciosidade, as janelas da casa do Anil se mantêm floridas, abertas e cultivadas “as janelas da casa com exceção apenas as duas que davam para a rua, em breve se enchiam de outras plantas que Benzinho trazia do quintal para as latas e os jarros de argila” (MONTELLO, 1982,p.61). A planta simboliza nascimento perpetuo e contínuo fluxo incessante da energia vital, mais ainda, por assumirem funções medicinais, são dadivas do céu e raízes da vida (CHEVALIER, GHEERBRANT, 2018).

Apropriamo-nos dessa simbologia para analisar a configuração das janelas abertas que curam e marcam o nascimento da mulher madura e ciente de sua posição. As curas das plantas nas janelas estão ainda entrelaçadas à fase em que a jovem passa por doença do pós-parto que a deixou bastante debilitada. As janelas cultivadas e abertas possibilitam a entrada de luz como vias para auxílio medicinal “para que o sol da manhã a ajudasse a desfazer a palidez do rosto e da alma” (MONTELLO, 1982, p. 175) e entusiasmo para encarar uma vida de mãe.

Abertas, as janelas também estiveram no ato da amamentação. No intuito de mostrar os seios fartos e a cena materna tão julgada pelo mundo que se manteve fechado nos momentos de dor, a jovem optava por alimentar a filha Heloisa sempre de janelas abertas para que todos cumprissem seu papel e destino com serenidade e altruísmo.

A reciprocidade das janelas do Anil foi finalmente alcançada na narrativa das janelas escancaradas, abertas ao extremo para passagem do vento e luz “recolhendo em toda intensidade a luz da alta tarde, como se mostravam o caminho ao vento constante que por ali passasse”. (MONTELLO, 1982, p. 250). Escancaradas ainda quando do reconhecimento do carinho que Jose Senhor nutria por ela e da possibilidade de segurança e conforto que provém da companhia dele, no diálogo entre os dois personagens, de janelas escancaradas, Benzinho

confessa: “com você aqui José Senhor fico mais tranquila: sei que nada me há de faltar. “Você mesmo me diz que é como se fosse um parente próximo para horas boas e para horas difíceis”. (MONTELLO, 1982, p. 158).

As janelas podem fechar representando outros sentimentos que não de apinhamento, tristeza e solidão, fechadas para encerrar o ciclo de exiliência, amparada pela companhia do José Senhor que lhe propõe casamento, segurança e abrigo. E na decisão de ceder as investidas dele, de forma decidida, vai ao encontro do pretendente e se põe a fechar as “janelas com ferrolho, depois passou a chave na sala e encostou a porta resoluta, segura de si (MONTELLO, 1982, p. 259) e novamente se entregou ao amor, de janelas cerradas para os julgamentos, o banimento, com trancas e determinação.

Se nos debruçarmos para o significado de janelas, conforme indicativos do dicionário de símbolo, na narrativa, elas sempre indicavam os sentidos, ora abertas, fechadas e escancaradas, sempre sinalizando os sentimentos de Benzinho, realidades percebidas que desvelam os sentidos na narrativa.

Este capítulo encerra importantes reflexões acerca das experiências no lugar e os sentimentos atinentes a essa relação, sobretudo das impressões pessoais de Benzinho, perpassando pelos estágios de apinhamento e de espacialidade, sentimentos conceituados por Tuan (2012, 2013), bem como fatores da reunião de lugaridade de Relph (2014).

Os sentimentos que estão alinhados aos fatos narrados e vividos na trama, bem como às lembranças dos espaços íntimos e de memória, contextualizados as experiências, pontos de vistas híbridas, não apartadas das realidades vividas no romance, e modos de sentir a paisagem e o significado de lugar em uma leitura humanista geográfica.

Por fim, trouxemos à baila importantes reflexões sobre a simbologia da paisagem, na figura das janelas das casas do Anil e da Praça da Alegria que são marcos para a análise das nuances sofridas pela personagem e para despertar os sentidos da/ na leitura.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com um olhar apaixonado pela cidade, Josué Montello mostra marcas de São Luís, que induzem a uma abordagem interdisciplinar de pensar o lugar contemplando fatores estruturais, humanos e psicológicos que possibilitaram a percepção da paisagem e os significados de lugar como elementos geográficos sobrepostas da experiência humana. As categorias foram discutidas por meio do olhar humanista em Geografia com aproximações fenomenológicas, especialmente, no exame da relação do homem com terra, com o meio onde se estabelece a vivência, o habitar. Uma delimitação geográfica que possivelmente nenhuma síntese sistemática restrita poderá conduzir.

Convém mencionar, inicialmente, que estabelecer essa ilação humanista foi desafiador, especialmente, no que toca ao diálogo com a Literatura, que exigiu importantes reflexões e ponderações no decorrer da pesquisa, no sentido de evitar transpor discursos recorrentes da formação acadêmica disciplinar da autora. Por vários momentos surgiram relutâncias e mudanças na bússola primeira, ainda carregada de um cientificismo que construía verdadeiros muros para a interdisciplinaridade.

Esses elementos desafiadores somados da análise literária de cunha refinado, elaborada por importantes pesquisadores das obras montellianas, exigiram extremo cuidado nas inferências e conclusões para não incorrer na artificialidade da abordagem, sempre atentando para grande expressão maranhense que marca os romances do escritor, sinalizando o elo afetivo entre o autor e o lugar, expressão da *Geograficidade* na narrativa.

Como mote do trabalho, a análise da *Geograficidade* do romance inicia com uma busca pelos teóricos que embalsamaram o surgimento do pensamento humanista na Geografia, principalmente os pensamentos de John Wright e suas inferências sobre a *geosofia* e *terras incógnitas* em que defende a existência de espaços ainda desconhecidos, considerando a procura pela descoberta de elementos íntimos do homem com a terra, por múltiplos pontos de vista que ultrapassam teia científica dos geógrafos e suas produções sistematizadas, ampliando o horizonte científico para saberes constituídos nas subjetividades dos sujeitos interessados em desbravar as terras em suas particularidades. Importante recorrer, aqui, ao estudo de Galvão Filho (2019) na obra *Por abismos...casas...mundos...ensaio de geosofia fenomenológica*, onde constrói necessárias considerações sobre os estudos de *Wright* e reforça que as subjetividades advindas de vários pontos de vistas não estão alheias aos fatos e são emersas das experiências geográficas com a terra e, por isso, sinalizam os variantes contextos atinentes às condições humanas.

A corrente humanista também encontra veredas no pensar as condições humanas, sinalizadas por *Lowenthal* e seus preceitos acerca das impressões pessoais que caminham para pensar a paisagem por intermédio das inferências em relação ao meio ambiente, aos lugares onde vivemos e agimos embalados pela realidade que nos move.

Eric Dardel situa-se nesse cenário com seus desdobramentos intelectuais que reverberam na própria construção do sentido da *Geograficidade*, nesse elo visceral entre o homem e terra e inspirado nas convicções fenomenológicas de Heidegger e Merleaut Ponty.

Dardel pensa o habitar como verbo preponderante da ação humana, dando à terra o teor de casa maior do homem e, portanto, as relações que envolvem o residir nessa casa são veias que auxiliam o entendimento do liame entre o homem e natureza, na sua configuração natural e humana. Essa importante ilação motiva geógrafos interessados na veia humanista, especialmente Yi Fu Tuan e Edward Relph que nos convidam a pensar mais profundamente o espaço, o lugar e os sentimentos atinentes ao envolvimento do homem com o ambiente em que vive, conceituando assim diversos sentimentos de animosidade e de aversão que foram aspectos fundamentais para teorizar as afirmações do presente estudo.

A tessitura evidenciada foi o palco para que a Geografia resgatasse seu elo com arte, devidamente fundamentada através da literatura, ainda no segundo capítulo deste estudo, pela coletânea de importantes geógrafos como Maradola Jr, Livia de Oliveira e Thiago Cavalcante e pelos professores Marcia Manir e Brandão Filho, nas suas produções que são caminhos interdisciplinares para se entender e abordar a complexidade dos espaços e dos lugares na Literatura.

No que toca a análise da paisagem, no presente estudo aglutinaram-se elementos que revelam a relação entre o escritor Josué Montello e a paisagem da cidade de São Luís, fundado no trajeto literário de resgate da identidade maranhense ocorrido no século XX, plano literário que deu indícios dessa relação com a terra tão atrelada aos costumes e tradições da sociedade. Interessante ainda que os sujeitos elencados nesse propósito literário, protagonistas dos ensaios culturais, são aqueles que emergem da classe popular, detentores das práticas cotidianas das manifestações festivas.

Na literatura montelliana são comuns os traços marcantes da representatividade cultural advinda dos folguedos e festividades realizadas nos subúrbios da cidade. Na obra *Janelas Fechadas* foi bastante imperativo, na narrativa, as várias formas de representação popular, centradas nas festas do período junino: bumba-meu-boi e festejos do sincretismo religioso e profanos dos festejos católicos e umbandistas, bem como dos carnavais. Estes foram

entretenimentos de grande aceitação pela sociedade maranhense, em que pese a reprovação da elite mais puritana eurocêntrica, que muitas vezes desprestigiava, criminalizava e excluía tais manifestações culturais do contexto padrão elitizado que tentava perpetuar o branqueamento da cultura e que por meio da literatura é resgatado e enaltecido, numa homenagem posta em vitrine nacional.

Os agrupamentos mais elitizados foram narrados por meio das experiências das personagens Benzinho e Maria das Virgens, que participam dos festejos como coadjuvantes ou por meio de convite de sujeitos pertencentes às classes mais abastadas da São Luís de outrora e, dessa forma, a narrativa foca na descrição dos momentos festivos, dando ênfase aos costumes da elite.

O drama humano atinente à passagem vivida do narrador, mostra plena ciência do sistema opressor e paternalista da São Luís de outros tempos, com seus preceitos machistas, excludentes, que oportunistam sentimentos de exclusão e de vergonha naqueles que não foram reconhecidos pelas normas, desprestigiados e banidos. Nessa seara, a sensibilidade de Montello para condições humanas dos personagens excluídos, suas exiliências e perspectiva matrimonial frutadas mostram a paisagem percebida na sociedade ludovicense de outrora.

Destarte, considera-se por meio da análise da paisagem, na obra *janelas Fechadas*, o alcance do objetivo proposto no projeto de pesquisa que vislumbrou esta apreciação da paisagem percebida na narrativa, assumindo papel de testemunha da presença humana e do passado, dando ênfase aos elementos estruturais e humanos, imbrincados no narrador, por seu mundo vivido.

Em paralelo a isso, os significados dos lugares como artefatos que pertencem ao conjunto da paisagem ludovicense e a *Geograficidade*, que se constituem também como objetivos do trabalho, foram contemplados no decorrer da dissertação da realidade vivida pela personagem Benzinho, das suas dores, das perspectivas fracassadas, da vergonha e da solidão relativas à sua condição humana, experienciada nos espaços do Anil que são fruto dos códigos morais percebidos pelo narrador, elencados no quarto capítulo.

As conclusões foram construídas por paralelos do que foi vivido pela personagem na casa da Praça da Alegria, seu lar primeiro, e pelas vivências no colégio Santa Teresa, lugar onde construiu laços de amizade, e viveu estações importantes que ficaram vivas na memória da jovem e assumiram papel de lugar guardião de memória. As lembranças foram cuidadosamente narradas por Montello, amiúde, repletas de detalhes que são possibilidade para o entendimento

dos sentimentos de espacialidade e de topofilia que Benzinho sente pela alegria dos lugares que constituem o centro da cidade.

No traçar de um novo desenho, Janelas Fechadas, abertas e escancaradas são extraordinárias fontes da representação dos sentimentos atinentes ao lugar vivido, podendo-se contemplar a simbologia e os significados ocultos que revelam topofilias, espacialidades e apinhamentos não encontrados nas especificidades da ciência, um conhecimento vasto que mostra espaços de beleza e de encantos, ampliando as leituras à busca da geografia literária.

À guisa de encerramento, entendemos que o romance ainda que de escrita única, encerra muitas leituras de mundo, leituras que provocam interpretações infinitas. Elucidamos, aqui, que esta análise do romance partiu de uma reflexão humanista fundamentada na geografia que tem como mote as múltiplas formas de experiência nas paisagens e nos lugares.

Dessa forma, considera-se que essa discussão não se encerra aqui; este trabalho é um convite para se pensar outras análises da obra pelos meandros da percepção, não contemplados neste estudo, que podem embalar outros projetos, tendo sempre como norte a abertura para o oculto, para observação dos sentimentos para com os lugares e para o sentido da paisagem vivida e disposta emocionalmente que pode ganhar novas imagens e cores onde passa a ser reconhecida e a fazer parte da existência das coisas materializadas e palpáveis.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, Elizabeth Sousa. EVA FUTURA: a questão da “nova mulher” nos discursos das primeiras décadas republicana (1890-1920). In: ABRANTES, Elizabeth Sousa (Org.) **Mulher e República no Maranhão**. São Luís: EDUEMA, 2015.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares**: introdução a uma antropologia da super modernidade. Campinas: Papyrus, 1994.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. (Trad. Antônio de Pádua Danesi) 2ª ed. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2008.

BARBOSA, Juliana Carneiro. “A DEUSA DO LAR”: o ideal feminino em São Luís república (1930-1950). In: ABRANTES, Elizabeth Sousa (Org.) **Mulher e República no Maranhão**. São Luís: EDUEMA, 2015.

BARROS, Antônio Evaldo Almeida. **A TERRA DOS GRANDES BUMBAS**: a maranhensidade ressignificada na cultura popular (1940-1960). Caderno Pós Ciências Sociais São Luís, v. 2, n. 3. 2005.

BARROS. Antônio Evaldo Almeida. O Pantheon Encantado: sujeitos, culturas e questão racial no processo de formação identitária maranhense. In: BARROS, Antônio Evaldo Almeida, BARROSO Jr, Reinaldo dos Santos, BARBOSA, Viviane de Oliveira, et.al. **Histórias do Maranhão em tempos de República**; São Paulo: Paco Editora, 2015.

BASSOF, E. **Mães e Filhas**: a arte de crescer e aprender a ser mulher. São Paulo: Saraiva, 1991.

BESSE, Jean-Marc. **Ver a Terra**: seis ensaios sobre a paisagem e a Geografia. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2014.

BESSE, Jean Marc. **O Gosto de Mundo**: exercícios da paisagem. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2014.

BOSSANEZI, Carla. Mulheres dos Anos Dourados. In: PRIORI. Mary Del (Org). **História das Mulheres do Brasil**. São Pulo: Ed Contexto, 2000.

BRANDÃO, Luís Alberto. Regimes de Espacialidade na Literatura Brasileira Contemporânea. In: DALCASTATAGNE, Regina, AZEVEDO, Luciene. **Espaços Possíveis na Literatura Brasileira Contemporânea**. Porto Alegre: Zouk, 2015.

BUTTNER, Anne. LAR, HORIZONTES DE ALCANCE E O SENTIDO DE LUGAR. (Tradução: Leticia Pádua) **Revista Geograficidade**. Universidade Federal Fluminense, v.5, n.1, 2015.

CABRAL, Geovane Gomes. **Histórias e práticas culturais do poeta José Costa Leite**. Edição Curitiba: Apris, 2019.

CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

CAVALCANTE, Thiago Vieira. Geografia Literária em Rachel de Queiroz. Fortaleza: Edições UFC, 2019.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de símbolos**. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 2018

CORREA, Dinacy Mendonça. Josué Montello: a performance de um escritor fecundo, versátil, capaz de se expressar literariamente também na voz dos infantes e juvenis. In: SANTOS, Silvana Maria Pantoja, CAVALCANTE, José Dino costa. SOUZA, Joseane (Org.) **Josué Montello entre memórias, ficção e cultura**. São Luís: EDUFMA, 2018.

CORREA, Dinacy Mendonça. **Da Literatura Maranhense: O romance do século XX**. São Luís: EDUEMA, 2015

CORRÊA, Roberto Lobato. **Sobre a Geografia Cultural**. Departamento de Geografia. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2009.

CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Introdução à Geografia Cultural**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2010.

COSGROVE, Denis, E, JACKSON, Peter. Novos Rumos da Geografia Cultural. In: ROSENDAHL, Z. (Org.). **Introdução à Geografia Cultural**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2010.

CRUZ. Arlete Nogueira da. Duas vozes maranhenses. In: Oliveira, Franklin de. **A saga romanesca de Josué Montello**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2017.

DARDEL, Eric. **O Homem e a Terra: natureza da realidade geográfica**. (Trad. Werther Holzer) São Paulo: Ed. Perspectiva, 2015.

FEITOSA, Marcia Manir Miguel. **A representação do espaço e do poder em Mario de Carvalho: uma apologia da subversão**. São Luís: Café de Lápis, 2018.

FEITOSA, Marcia Manir Miguel. Expressão do Lugar em Sophia de Mello Breyner Andresen: A poética do mar em Portugal. In: MARANDOLA Jr, Eduardo, HOLZER, Werther, OLIVEIRA, Lívia (Org.). **Qual espaço do Lugar?** São Paulo: Perspectiva, 2014.

FEITOSA, Antonio Cordeiro. O conhecimento e a experiência como condição fundamental para a percepção da paisagem. In: ALVES, Ida Ferreira; FEITOSA, Márcia Manir Miguel (Org.). **Literatura e paisagem: perspectivas e diálogos**. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2010.

FEITOSA, Danilo da Silva. **Do bucólico Cutim ao Bairro Anil**. Departamento de História Universidade Estadual do Maranhão, 2016.

FERREIRA, L. F. **Acepções recentes do conceito de lugar e sua importância para o mundo contemporâneo**. Revista Território, Rio de Janeiro, ano 5, nº 9. 2000.

FERRETI, Mundicarmo. Tambor, Maracá e Brincadeiras de negro no Maranhão na virada do século XIX e Início do século XX. In: BARROS, Antônio Evaldo Almeida, BARROSO Jr, Reinaldo dos Santos, BARBOSA, Viviane de Oliveira, et.al. **Histórias do Maranhão em tempos de República**. São Paulo: Paco Editora, 2015.

GALVÃO FILHO, Carlos Eduardo Pontes. **Por abismos...casas...mundos...ensaio de geosofia fenomenológica**. Londrina: Eduel, 2019.

GUIMARÃES, Solange T. de Lima. **Paisagens de Névoa e Neblina: a imagem literária de paisagens do medo**. Geografia, Literatura e Arte, v.1, n.1, p.71-93, jan./jun. 2018.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **A memória Coletiva**. (Trad. Beatriz Sidou) 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. (Trad. de Maria Sá Cavalcante Schuback). 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

HOLZER, Werther. **A Geografia Humanista: sua trajetória de 1950 a 1990**. Londrina: Eduel, 2016.

HOLZER. Mundo e lugar: ensaio de Geografia. In: MARANDOLA JR., Eduardo; HOLZER, W.; OLIVEIRA, Livia (Org.). **Qual espaço do lugar?** São Paulo: Perspectiva, 2014.

LIMA, S.T. de. Geografia e literatura: alguns pontos sobre a percepção da paisagem. **Geosul**, Florianópolis, v. 15, n. 30, jul./dez. 2000.

LUCENA, Thalita de S., S.; SANTOS, S. M. P. Arquitetura do Espaço na teia literária de *Um beiral para os Bentevis*, de Josué Montello. In: SANTOS, Silvana Maria Pantoja, CAVALCANTE, José Dino costa. SOUZA, Joseane (Org.) **Josué Montello entre memórias, ficção e cultura**. São Luís: EDUFMA, 2018.

MAIR, Lucy. **Introdução à Antropologia Social**. (Trad. Edmond Jorge). Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MARANDOLA JR., Eduardo. Lugar enquanto circunstancialidade. *In*: MARANDOLA JR., Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Livia (Org.). **Qual espaço do lugar?** São Paulo: Perspectiva, 2014.

MARANDOLA JR., Eduardo. Fenomenologia e pós-Fenomenologia: alternâncias e projeções do fazer geográfico humanista na Geografia contemporânea. **Revista Geograficidade**, UFF, Niterói, v. 6, n. 2, 2013.

MARANDOLA JR., Eduardo. Eduardo; GRATÃO, Lúcia Helena Batista (Org.). **Geografia e Literatura**: ensaios sobre Geograficidade, poética e imaginação. Londrina: EDUEL, 2010.

MARTINS, Ananias Alves. **Carnavais de São Luís**. São Luís: Editora Teresina, 2013.

MELLO, J. B. Ferreira. O triunfo do lugar sobre o Espaço. *In*: MARANDOLA Jr, Eduardo, HOLZER, Werther, OLIVEIRA, Livia (Org.). **Qual espaço do Lugar?** São Paulo: Perspectiva, 2014.

MELLO, L. Gonzaga de. **Antropóloga Cultural**: Iniciação teoria e tema. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da Percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em geografia**: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico. São Paulo: Contexto, 2008.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, repensar o pensamento. 6. ed. Rio de Janeiro, 2000.

MONTELLO, Josué. **Janelas Fechadas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

MONTELLO. Josué. **Diário do Entardecer**. Rio de Janeiro; Fronteira, 1991.

MONTELLO. Josué. **Degraus do Paraíso**. Rio de Janeiro Nova Fronteira, 1986, 5º ed.

MONTELLO. Josué. **A Décima Noite**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

NABOZNY, Almir. Anotações de leitura, um convite para ler a tradução de “O homem e a Terra” de Eric Dardel. **Revista Geograficidade**, UFF, v.2, n.2, 2012.

NORA, Pierre. Entre Memória e História – A problemática dos Lugares. (Trad. Yara Aun Khoury) **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, PUC-SP, v.10, 1993.

NOUSS, Alexis. **Pensar o exílio e a migração hoje**. Trad. Ana Paula Coutinho. Porto: Edições Afrontamento. 2013.

OLIVEIRA, Livia de. Percepção do meio ambiente e Geografia: estudos humanistas dos espaços, da paisagem e do lugar. In: MANDAROLA JR., Eduardo; CAVALCANTE, Tiago (Org.) São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017.

OLIVEIRA. O sentido do Lugar. In: MARANDOLA Jr, Eduardo, HOLZER, Werther, OLIVEIRA, Livia (Org). **Qual espaço do Lugar?** São Paulo: Perspectiva, 2014.

OLIVEIRA, Franklin de. **A saga romanesca de Josué Montello**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2017.

PACHECO, Maria da Glória Costa. A HONRA FEMININA NOS BANCOS DOS RÉS: tratamento jurídico da conduta sexual feminina nos processos-crimes de defloração no Maranhão (1980-1940). In: ABRANTES, Elizabeth Sousa (Org,) **Mulher e República no Maranhão**. São Luís: EDUEMA, 2015.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992

RELPH, Edward C. **Place and placelessness**. Londres: Pion, 1976.

RELPH. Reflexões Sobre a Emergência Aspectos e Essência de Lugar. In: MARANDOLA Jr, Eduardo, HOLZER, Werther, OLIVEIRA, Livia (org). **Qual espaço do Lugar?** São Paulo: Perspectiva, 2014.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. (Trad. Alain François [et al.]) São Paulo: Editora da Unicamp, 2007.

SANTOS, Elza Ferreira. O primeiro amor ninguém esquece, substitui-se: uma leitura de *A Décima Noite* e do Édipo. In: SANTOS, Silvana Maria Pantoja, CAVALCANTE, José Dino costa. SOUZA, Joseane (Org.) **Josué Montello entre memórias, ficção e cultura**. São Luís: EDUFMA, 2018.

SANTOS, Roza. Velhos carnavais, velhos foliões. In: NUNES, I. M. de Azevedo (org). **Olhar: memória e reflexões sobre a gente do Maranhão**. São Luís: Comissão Maranhense de Folclore, 2003, p. 270.

SAID, Edward. Reflexões sobre o exílio. In: SAID, Edward (Org.) **Reflexões sobre o exílio e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das letras, 2003.

SARAMAGO, Lúcia. O pensamento do lugar em Heidegger. In: MARANDOLA JR., Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Lúcia (Org.). **Qual espaço do lugar?** São Paulo: Perspectiva, 2014.

SAUER, Carl O. A morfologia da Paisagem. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998, [1925].

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo – razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SERPA, Ângelo. **Por uma Geografia do espaço vivido: Geografia e Fenomenologia**. São Paulo: Contexto, 2019.

SILVA, Rosângela G.; FEITOSA, M. M. O exílio interior em Teolinda Gersão: a experiência de lugar existencial na velhice. **Revista Signótica**, Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Goiás, v. 21, 2019.

STENDHAL [Marie- Henry-Beyle] **O Vermelho e o Negro**. São Paulo: Martin Claret, 2003 [1830]

STRAUSS, Claude Levi. **As Estruturas Elementares de Parentesco**. 3^o ed. (Trad. Mariano Ferreira) Petrópolis Editora Vozes. 2013.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. Londrina: Eduel, 2013.

TUAN, Yi-Fu. Geografia humanística. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio. **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1982.

TUAN, Yi-Fu. LUGAR: UMA PERSPECTIVA EXPERIENCIAL. (Trad. Márcia Manir Miguel Feitosa e Renata França Pereira com a colaboração de Millena Portela, Tércila Duarte e Ubiratam Barros) **Revista Geograficidade**. UFF, v.8, n.1, 2018; 1965.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Londrina: Eduel, 2012.

WRIGHT, John K.: o lugar da imaginação na geografia. Tradução: Leticia Pádua. **Revista Geograficidade**. UFF, v.4, n.2, 2014;1946.